

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA 'JÚLIO DE MESQUITA FILHO'  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Gabriela de Resende Ferreira

**RELEITURA ELIASIANA DE SÉRGIO BUARQUE DE  
HOLANDA:  
DEMOCRACIA E PERSONALISMO NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO.**

Marília  
Novembro 2014

GABRIELA DE RESENDE FERREIRA

**RELEITURA ELIASIANA DE SÉRGIO BUARQUE DE  
HOLANDA:  
DEMOCRACIA E PERSONALISMO NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Marília – para a obtenção do Título de Doutor na área de Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Aluisio Schumacher.

Área de Concentração: Pensamento Social e Políticas Públicas.

Marília  
Novembro 2014

GABRIELA DE RESENDE FERREIRA

**RELEITURA ELIASIANA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA:  
DEMOCRACIA E PERSONALISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.**

Tese apresentada à Banca de Defesa da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora, na área de Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Titular 1 (Orientador): Prof. Dr. Aluisio Almeida Schumacher  
Departamento de Sociologia  
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília

Titular 2: Profa. Dra. Maria José de Rezende  
Departamento de Sociologia  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Titular 3: Prof. Dr. Luis Antônio Francisco de Souza  
Departamento de Sociologia  
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília

Titular 4: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego  
Departamento de Sociologia  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Titular 5: Profa. Dra. Célia A. Ferreira Tolentino  
Departamento de Sociologia e Antropologia  
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília

Marília, 04 novembro de 2014.

*Para o meu pai,  
vivo em mim.*

# AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que mesmo não se interessando efetivamente pela carreira que resolvi seguir, nunca deixou de me apoiar materialmente ou emocionalmente; está sempre na torcida; ao 'Seu Zé' (*in memoriam*), contabilista apaixonado por política e história, pelas oportunidades de estudo que sempre me proporcionou; pelo orgulho que sentia ao me apresentar aos médicos que o acompanharam no final como a “filha que em breve seria doutora”.

Ao professor Aluisio Almeida Schumacher, que por ser, acima de tudo, generoso, soube como ninguém orientar, apoiar e direcionar. E, principalmente, por ter apostado em mim e em meu trabalho.

À professora Maria José de Rezende, em primeiro lugar, por aceitar meu convite em acompanhar minha obsessão em busca de maior compreensão da democracia no Brasil. Além disso, pela generosidade em compartilhar comigo, após leitura atenta e cuidadosa de meus textos, seu alto grau de erudição. Por fim, por ter me apresentado a Sérgio Buarque de Holanda.

Ao professor Luis Antônio Francisco de Souza que sempre me acolheu tão bem na UNESP, e que sempre apostou na minha insistência em estudar a democracia brasileira a partir de uma releitura de Sérgio Buarque de Holanda; pelas reflexões e sugestões compartilhadas no momento da qualificação.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação e da Biblioteca (UNESP/Marília) pelo atendimento, sempre de forma muito atenciosa e prestativa, às diversas solicitações realizadas ao longo do curso.

À colega Aparecida Amorim, colega de curso, companheira de disciplinas, pela amizade, compartilhamento de ideias, angústias e desejos.

Aos meus colegas de Conselho Municipal de Saúde (em Varginha, Minas Gerais) pela generosa oportunidade de aprendizado que me ofereceram; nossos encontros às vezes mensais, posteriormente semanais e, depois, diários, serviram de inspiração constante para que minhas (re) leituras, de Sérgio Buarque de Holanda e de Norbert Elias, fossem feitas “com os dois pés no chão”.

A Luiz Carlos Montans Braga, meu companheiro constante, pelo estímulo cotidiano, pelo carinho diário em, pacientemente, dedicar muito de seu tempo para compartilhar comigo minhas ansiedades e inseguranças; por fim, pelos esclarecimentos filosóficos sem os quais não seria possível acompanhar intensamente as propostas de Norbert Elias e de Sérgio Buarque de Holanda.

*A nossa dúvida é nossa paixão,  
e a nossa paixão é a nossa tarefa.*

Henry James

## RESUMO

Trata-se de uma reflexão crítica dos atuais modelos de leitura sobre a democracia no Brasil a partir de uma articulação entre a teoria processual de Norbert Elias e o conceito de personalismo em Sérgio Buarque de Holanda. Para tanto, a presente pesquisa utiliza a teoria sociológica de processos em Norbert Elias como “ponte” entre a teoria social contemporânea e a área de pensamento social no Brasil. Assim, o personalismo, em vez de traço cultural singular, passa a ser repensado como um padrão de sentimento, pensamento e ação retirado de um fundo social e coletivo de conhecimento da realidade brasileira. Esta releitura eliasiana de Sérgio Buarque de Holanda oferece, às atuais abordagens sobre a democratização no Brasil, um modelo sociológico focado em investigar como alterações de longo prazo, tanto na estrutura social quanto na estrutura de personalidade, promovem processos específicos de democratização.

**Palavras-chave:** Teoria dos Processos Sociais. Fundo Social de Conhecimento. Norbert Elias. Sérgio Buarque de Holanda. Personalismo. Processo de Democratização no Brasil.

## ABSTRACT

This is a critical reflection of the current models of reading about democracy in Brazil, from an articulation between Norbert Elias's theory of social processes and Sérgio Buarque de Holanda's concept of personalism. Therefore, this research uses the sociological theory of processes in Norbert Elias as a "bridge" between contemporary social theory and the area of social thought in Brazil. Thus, instead of personalism like singular cultural trait, becomes a concept rethought as a pattern of emotion, thought and action, that is taken from a social and collective fund of knowledge, and that belongs to Brazilian reality. This retelling of Sérgio Buarque de Holanda by Norbert Elias offers to the current approaches to democratization in Brazil a sociological model focused on investigating how long-term changes in both social and personality structure, promotes specific processes of democratization.

**Keywords:** Theory of Social Processes. Social Fund of Knowledge. Norbert Elias. Sérgio Buarque de Holanda. Personalism. Democratization Process in Brazil.



# SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1 – Democracia, democratização e processo de democratização no Brasil.....	16
1.1 Democracia e Brasil: leituras sociológicas.....	23
1.2 O processo de democratização em Norbert Elias.....	38
Capítulo 2 – Processos sociais e história processual: similitudes e divergências entre Norbert Elias e Sérgio Buarque de Holanda.....	47
2.1 A teoria dos processos sociais em Norbert Elias.....	47
2.2 A noção de processo histórico em Sérgio Buarque de Holanda.....	70
Capítulo 3 – Releitura Elíasiana de Sérgio Buarque de Holanda.....	91
3.1 Teoria social contemporânea e pensamento brasileiro: como reler um clássico da imaginação social brasileira.....	93
3.2 Relendo o personalismo: de singularidade cultural a componente do fundo social de conhecimento.....	105
Conclusão.....	128
Referências Bibliográficas.....	139

## INTRODUÇÃO

Este é o resultado de uma pesquisa que nasceu de campo e cresceu teórica. Quando a linha de pesquisa em Pensamento Social Brasileiro e Políticas Públicas do Programa do Doutorado em Ciências Sociais na Universidade de Marília aceitou o projeto inicial de pesquisa, havia um objetivo claro: rever os atuais modelos de análise da democracia no Brasil a partir, sobretudo, da ideia de personalismo em Sérgio Buarque de Holanda. O escopo de observação se limitava aos Conselhos de Saúde. Ou, mais especificamente, como o personalismo ainda moldava as relações cotidianas no Conselho local, bem como este padrão de comportamento muitas vezes influenciava a funcionalidade da instituição (nascida para fiscalizar e deliberar sobre as políticas públicas de saúde locais)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A pesquisa começou a ser desenhada em 2009 a partir de um contato primário com membros do Conselho Local de Saúde em Campo Mourão (PR). A ideia original era avaliar o tipo de democratização que se desenvolvia naquele Conselho. O projeto de doutorado seria o desdobramento de um estudo que resultou na dissertação de mestrado intitulada “Participação, personalismo e democracia no Brasil Contemporâneo: análise da prática política de uma associação de moradores à luz das reflexões de Sérgio Buarque de Holanda” (2009). Neste primeiro contato com os moradores de Campo Mourão, foram realizadas entrevistas com os membros da diretoria, observações participantes de eventos e entrevistas com moradores envolvidos na associação estudada. Já a pesquisa de campo para o doutorado começou a se desenvolver a partir de observações participantes em reuniões no Conselho Local de Saúde, estudo de documentos da instituição (tais como atas, regimentos e propostas de trabalho), além da participação junto a importantes eventos: a Conferência Municipal de Saúde (ano 2011) e reuniões ordinárias para a prestação de contas do poder executivo municipal (anos 2010 e 2011). Por motivos pessoais, a pesquisadora precisou fixar residência em outro município (Varginha, Minas Gerais). Assim, a partir de janeiro de 2012 o Conselho de Saúde de Varginha passa a ser o objeto de estudo. A mudança espacial não prejudicou o desenvolvimento da pesquisa para o doutorado. Ao contrário: permitiu que uma inevitável e constante comparação entre os dois conselhos fosse sendo construída ao longo dos anos. Além disso, mesmo que os resultados de tal comparação não façam parte do escopo desta pesquisa, nada impede que sejam aproveitados em um estudo futuro, cujo objetivo seja um teste dos principais resultados alcançados com a pesquisa teórica aqui desenvolvida. Resta dizer que a pesquisa de campo necessitava de um repertório teórico (o que aqui se denomina articulação Elias-Holanda) cujo aprofundamento demandou minuciosa construção teórica entrelaçando os autores. Na ocasião do exame de qualificação, foi sugerido que o objeto da pesquisa de doutorado se restringisse a esta articulação teórica. Posteriormente, já com uma construção teórica consistente, os dados coletados em campo poderiam se tornar objeto de futuras análises.

A intenção era, de fato, não permitir que minhas leituras teóricas divagassem sem rumo e sem lastro empírico. Por isso, participava não apenas das reuniões “formais” do Conselho de Saúde local (em Varginha, Minas Gerais), mas acabei por compartilhar das atividades administrativas cotidianas. Ia todas as manhãs, de sete a oito meses, e acabava fazendo algo que, posteriormente, se revelou mais importante do que as reuniões mensais “oficiais” na Câmara Municipal (todas as terças-feiras do mês, à noite): participava do bate-papo matinal entre o presidente, seu “ajudante administrativo” e todo o tipo de gente que passava por lá enquanto eu lia e anotava sobre as Atas do Conselho; ou, então, apenas conversávamos sobre o assunto que predominava em nossos encontros, a política local.

Paralelamente aos encontros no Conselho minha leitura atenta à *Raízes do Brasil*<sup>2</sup> permitiu que eu notasse certa semelhança entre suas interpretações processuais da sociedade brasileira e a proposta processual que fundamenta toda a sociologia de Norbert Elias. Inicialmente, Norbert Elias foi convocado para ser um “coadjuvante” da pesquisa, já que o seu conceito de *habitus* serviria como um catalisador diacrônico para o conceito de personalismo em Sérgio Buarque de Holanda. Ou seja, a ideia de que algumas normas e regras não escritas são repassadas de geração em geração poderia facilitar o resgate e a leitura da imagem que habitualmente se faz do conceito de personalismo: como algo datado e como se já não fizesse mais sentido para a análise da sociedade brasileira.

Mas, de coadjuvante Norbert Elias passa a ator central: a partir do conceito de *fundo social de conhecimento*, inserido no contexto mais amplo de sua teoria dos processos – incluindo os processos de democratização – a pesquisa vislumbra a possibilidade de realizar uma releitura sobre o processo de democratização no Brasil, a partir da articulação entre a teoria processual de Elias e o conceito de personalismo em Sérgio Buarque de Holanda. Esta

---

<sup>2</sup> A opção por *Raízes do Brasil* em detrimento de outras obras de Sérgio Buarque de Holanda se justifica em razão de duas questões: a primeira, diz respeito ao fato de que esta é a sua “obra inaugural”, ou seja, é nela que o autor esboça, pela primeira vez, sua tentativa de reunir estruturas sociais e uma estrutura de personalidade (o que denomina como mentalidade) para a interpretação da formação da sociedade e do Estado no Brasil. A segunda questão que levou à preferência pelo foco em *Raízes* é que nesta obra Holanda propõe, e desenvolve, um modelo de processo histórico muito similar com a proposta processual de Norbert Elias, como poderá ser visto no capítulo 2 da presente pesquisa. Pela complexidade da obra, e pelo limitado escopo da pesquisa, optou-se por aprofundar o conhecimento de *Raízes do Brasil*.

proposta de releitura eliasiana de Holanda não trata sua interpretação da sociedade brasileira (a cordialidade e o personalismo) como ensaio, ou como narrativa, nem como tentativa de estabelecimento de um tipo social (de clara inspiração weberiana). A questão é que o resultado das vivências de Sérgio no exterior (sua estada na Alemanha), assim como seu crescimento e sua aprendizagem social em meio à sociedade brasileira, o habilitou a expressar como certos sentimentos, comportamentos e regras não escritas acabam sendo compartilhados por grupos inteiros de determinadas sociedades. Ficam depositados num fundo social de conhecimento compartilhado por seus membros e transmitidos de geração a geração. Isso não significa que esse fundo social não se modifica: ao contrário, fica à mercê de constantes alterações, o que inclui processos de ampliação ou diminuição de valores, regras não escritas, padrões de ações e sentimentos, entre outros.

Essa articulação entre o pensamento dos autores permite que outra luz seja lançada à análise da democratização brasileira. Sem dúvida, importantes avanços institucionais, no que diz respeito ao processo de democratização, foram construídos recentemente pela sociedade brasileira: a implantação de eleições periódicas, o estabelecimento de diálogo governamental com movimentos sociais, a ampliação do número de instituições que buscam alargar o espaço de participação da população em geral, tais como os conselhos de políticas públicas, os fóruns, dentre outros. Essa consolidação de uma estrutura social que permite o desenvolvimento de regimes mais democráticos é constantemente estudada e acabou por resultar em um *mainstream* sobre o processo de democratização no Brasil.

Contudo, uma leitura eliasiana da realidade social necessita articular estrutura social e estrutura de personalidade. Não faz sentido tentar compreender a funcionalidade de instituições, tais como os conselhos locais de políticas públicas, sem entender como opera a rede interdependente de pessoas e grupos que atuam diretamente ou indiretamente em tais instituições. Para Norbert Elias, estrutura de personalidade, que pode ser estudada a partir de um fundo social de conhecimento, também é, assim como as estruturas sociais, corresponsável pela ampliação, ou regresso, de um processo de democratização. O modo como as pessoas de um grupo vivenciam o que os afeta depende dos padrões para lidar com os fenômenos desenvolvidos por

suas sociedades, e aprendidos através de gerações. Significa dizer que o fato de se criar um espaço formal, cujo objetivo é a ampliação da participação, não gera práticas e sentimentos automaticamente democráticos.

Talvez por isso, a minha vivência de cotidiano, experienciada por alguns meses no Conselho Municipal de Saúde, significasse mais do que as reuniões “formais” abertas à comunidade. No dia-a-dia havia uma sensação, de minha parte, que as práticas e ações recaíam sobre o presidente. E ele chamava para si este diferencial de poder. Mesmo que nas reuniões abertas à comunidade o discurso dele fosse norteado por palavras tais como coletividade, comunidade. Ou seja, um discurso e uma linguagem que fomentavam práticas mais democráticas (ou de maior distribuição de poder), ao passo que no cotidiano, e nas entrevistas de outros companheiros de conselho, seus interesses pessoais, suas práticas personalistas se revelam constantes. Esse aparente paradoxo não se apresentava apenas nas ações, no comportamento e nos sentimentos do presidente: acabavam aparecendo nas entrevistas com outros membros ou nos bate-papos na sede do Conselho Municipal de Saúde. Aparente paradoxo porque, ao se utilizar o conceito de fundo social do conhecimento, percebe-se que as relações interdependentes cotidianas não se fixam em propostas ‘racionalis’ ou ‘deliberativas’ puras. Elas são tecidas a partir de uma mescla entre racionalidades mais ou menos impessoais (ou pessoais), dependendo da configuração em que se envolvem.

Por isso, um projeto que começou empírico viu a necessidade de ser revisto e de se debruçar sobre os atuais modelos de democratização no Brasil, a partir de uma releitura eliasiana do personalismo no Brasil. Assim, o problema passou a ser de que forma uma releitura eliasiana do conceito de personalismo em Holanda pode auxiliar a repensar os atuais modelos de compreensão de democratização no Brasil. É uma proposta de reflexão crítica das leituras atuais sobre a democracia no Brasil, a partir de uma articulação entre a teoria processual de Norbert Elias e o conceito de personalismo em Sérgio Buarque de Holanda.

Esta ideia de aprofundar a proposta teórico-conceitual em torno de Elias e Holanda, sugerida pelos membros da banca de qualificação da tese, apresenta-se como segue: o primeiro capítulo é uma rápida revisão das leituras sociológicas mais atuais sobre a democracia e a democratização no Brasil. A

primeira seção apresenta tais projetos sociológicos ao mesmo tempo em que revê a bibliografia predominante nos estudos de instituições ‘participativas’ no Brasil. Na segunda seção, a intenção é esclarecer o quanto tais propostas (sobretudo da ciência política brasileira) se distanciam de proposições sociológicas sobre a democratização, enfeixadas no campo de pesquisas denominado como sociologia histórica, além de revelar como a proposição eliasiana sobre processo de democratização se difere das abordagens anteriores. A abordagem processual de Elias permite o resgate do conceito de personalismo em Sérgio Buarque de Holanda para que seja sugerida outra leitura sobre o processo de democratização no Brasil.

Com o segundo capítulo a ideia é aprofundar as teses processuais em Elias e Sérgio Buarque de Holanda. Embora tenham construído obras em campos diferentes – o primeiro em sociologia e o segundo em história social – ambos partiram da mesma noção de compreensão social: a processualidade. Em vez de procurar explicações causais e unilineares para as relações sociais que estudavam, ambos passaram a utilizar o processo social como abordagem que fundamentava suas construções teóricas e suas apostas em termos de pesquisa de campo. Para ambos, somente se pode compreender a realidade social quando se constata que há estreita relação entre os acontecimentos de hoje e os eventos passados.

Nesse sentido, o terceiro capítulo é o resgate da interpretação que Sérgio Buarque de Holanda fez sobre a democracia no Brasil. Em vez de continuar a considerar *Raízes do Brasil*, e o conceito de personalismo contido ali, como mero ensaio datado e ultrapassado, a proposta é outra. A força com que o “fundo emotivo”, presente na formação social brasileira desde a sua colonização, exerce sobre a organização de nossas estruturas sociais é o foco do livro e o alvo de nosso interesse. A personalidade extremada (ou personalismo) é, neste caso, entendida como uma forma de conhecimento aprendida e retransmitida a partir de gerações, que é cotidianamente utilizada como referencial para as relações interdependentes, que se configuram no tempo e no espaço. O capítulo se desdobra em três seções: a primeira contextualiza esta proposta de reler um clássico do pensamento brasileiro dentro da teoria social contemporânea e da área de pensamento social brasileiro. A segunda seção aposta no estabelecimento de um debate sobre a

atualidade do conceito de personalismo, não em torno de ambiguidades culturais, mas a partir da interpretação de que os ensaios podem ser lidos como padrões de discursos forjados em meio a um fundo social e compartilhado de conhecimento, tese eliasiana. A terceira e última seção propõe que o personalismo, entendido como parte de um fundo social de conhecimento, passe a ser utilizado em novas leituras sobre o atual processo de democratização no Brasil.

## CAPÍTULO 1

### DEMOCRACIA, DEMOCRATIZAÇÃO E PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Antes de se passar à proposta de reflexão crítica das recentes leituras sobre democracia no Brasil, deve-se iniciar tal estudo com a distinção entre as seguintes definições: democracia, democratização e processo de democratização.

Por estudos sobre a democracia entendem-se aquelas pesquisas que procuram pontuar, em diferentes sociedades, características comuns a regimes considerados democráticos e que são utilizadas para monitorar e comparar Estados nacionais. As principais características podem ser elencadas como: a existência de um parlamento atuante, de instituições e órgãos executivos, da realização de eleições periódicas e competitivas para os cargos de autoridade, um judiciário formalmente independente, além da garantia de respeito às liberdades civis.

Já o termo democratização é um pouco mais amplo e possui, atrelada aos seus pressupostos teórico-metodológicos, uma característica comum que perpassa os diferentes trabalhos que tratam da questão, qual seja, a constatação de que a democratização “[...] é um processo dinâmico que sempre permanece incompleto, que sempre corre os risco de ser revertido e [que deve ser estudado] a partir de uma perspectiva histórica” (Tilly, p. 13)<sup>3</sup>.

De forma ampla, podem-se apontar quatro principais tipos de definições sobre democratização: constitucional, substantiva, procedimental e orientada por pelo processo<sup>4</sup>. A abordagem constitucional concentra-se em analisar, ao longo da história, como as leis relacionadas à atividade política e sancionadas por um regime propiciam diferenças entre oligarquias, monarquias e repúblicas, por meio de uma comparação entre os arranjos legais. No

---

<sup>3</sup> TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

<sup>4</sup> São várias as linhas processuais que analisam a democracia. As definições acima elencadas podem ser encontradas principalmente nas seguintes obras: ANDREWS, Georg R. and CHAPMAN, Herrick (orgs.). **The Social Construction of Democracy: 1870-1990**. New York: New York University Press, 1995; HELD, David. **Models of Democracy**. Stanford: Stanford University Press, 1996; O'DONNELL, Guillermo. **Counterpoints: selected essays on authoritarianism and democratization**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1999.



entanto, tal critério de análise deixa a desejar quanto às discrepâncias existentes entre os princípios firmados nos diversos arranjos legais e as práticas cotidianas. As propostas de análises substantivas, por sua vez, focam suas observações nas condições de vida e de política que um regime promove ao longo do tempo. As abordagens voltadas para as definições procedimentais procuram isolar um determinado conjunto de práticas governamentais para determinar se um regime qualifica-se como democrático. Normalmente os pesquisadores focam a atenção sobre os desdobramentos, ao longo do tempo, do processo eleitoral, ou a presença de determinados elementos, tais como a existência de um sistema político multipartidário competitivo, a presença do sufrágio universal para todos os adultos, o estabelecimento de eleições periódicas garantindo o voto secreto, entre outros. As pesquisas sobre democratização voltadas para a análise do processo buscam identificar um conjunto mínimo de processos que precisam estar continuamente presentes para atestar um regime como democrático. Para Robert Dahl<sup>5</sup>, um dos principais autores dessa linha de abordagens, uma democracia “poliárquica” faz pressupor o funcionamento de seis instituições: “[...] oficiais eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação alternativas; autonomia associativa; cidadania inclusiva” (1998, p. 85).

Outra perspectiva de análise de longa duração sobre a democratização vem das pesquisas desenvolvidas por Charles Tilly<sup>6</sup>. Em *Democracia*, Tilly propõe claramente “[...] construir uma explicação geral para a mudança e a variação nos regimes, de modo a descrever os caminhos que os levaram na direção da democracia ou num sentido contrário a ela” (2013, p. 13). Para levar adiante suas intenções, Tilly (2013, p. 27-36) propõe focar as interações entre Estado e cidadãos ao longo do tempo com o intuito de “[...] encontrar mecanismos causais recorrentes que se combinam e apresentam, como efeitos imediatos, sinais de democracia, democratização ou

---

<sup>5</sup> DAHL, Robert. **On Democracy**. Yale: Yale University Press, 1998.

<sup>6</sup> Desde a década de 1970 Charles Tilly estuda casos variados de movimentos sociais e protestos coletivos em países como França, Inglaterra e Itália (1830-1930), na intenção de construir um modelo de análise amplo e comparado sobre a relação entre a luta popular e a democratização. Para maiores detalhes, ver: TILLY, Charles. **Big Structures, Large Process, Huge Comparisons**. New York: Russel Sage Foundation, 1984; \_\_\_\_\_. **From mobilization to revolution**. Reading: Addison-Wesley Press, 1978; \_\_\_\_\_. **Coerção, Capital e Estados Europeus: 900-1992**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

desdemocratização”. Para Charles Tilly (2013, p. 28) “[...] um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre os Estados e seus cidadãos engendram consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes”. Significa dizer que Tilly propõe um modelo sobre democratização limitado em seu escopo pela análise de processos políticos públicos, o que exclui a maior parte das interações pessoais entre cidadãos, oficiais do Estado ou entre oficiais do Estado e cidadãos. Tais interações podem revelar, ao longo do processo histórico, o grau de democracia daquela sociedade, uma vez que a pesquisa procura estabelecer a extensão na qual “[...] o Estado se comporta em conformidade com as demandas expressas por seus cidadãos. Para mensurar a democratização ou a desdemocratização verificamos em que extensão essa conformidade está aumentando ou diminuindo” (2013, p. 27). Ao final, Tilly (2013, p. 37) argumenta que

[...] os principais processos na promoção da democracia, em todos os períodos, consistem na crescente integração das redes de confiança nos processos políticos públicos, no crescente insulamento dos processos políticos públicos em relação às desigualdades categóricas e na autonomia decrescente dos principais centros de poder em relação aos processos políticos públicos.

Mas nenhuma dessas abordagens será utilizada como base para a construção da presente pesquisa. Nenhuma delas propõe um modelo sociológico de interpretação do processo de democratização que vislumbre como as alterações diacrônicas desenvolvidas nas estruturas sociais e nas estruturas de personalidade se articulam, de forma interdependente, na configuração de realidades sociais. Para Norbert Elias, uma concepção de análise processual da realidade social exige reintroduzir no debate sociológico o problema das mudanças de longo prazo das estruturas da sociedade e das estruturas de personalidade (1956; 1993; 1994a; 1994b; 1997a; 1997b; 1998; 2000; 2001; 2001a; 2006; 2008)<sup>7</sup>. Como se verá o longo das páginas que

---

<sup>7</sup> A abordagem processual de Norbert Elias inicia-se com o projeto intitulado *O Processo Civilizador* publicado, em dois volumes, ainda na década de 1930. Contudo, sua sociologia processual foi sendo desenvolvida em inúmeros trabalhos publicados ao longo de sua vida intelectual, incluindo a noção de processo de democratização no Ocidente. Com uma capacidade excepcional para mesclar estudos teóricos e modelos sociológicos de análise empírica, sua obra é considerada vasta e, ao mesmo tempo, coerente, pois toda ela se fundamenta em torno da ideia de uma sociologia dos processos. Não se construiu a presente tese a partir de toda a sua obra, mas de uma bibliografia considerada relevante para a reconstrução de sua fundamentação teórica em torno de uma sociologia processual. Ver:

seguem, o estudo das mudanças provocadas nas estruturas de personalidade parte da investigação de como se configura, ao longo do tempo, a aprendizagem dos seres humanos em grupo. O ajustamento humano a situações de mudanças são aprendidas de geração em geração, e estão disponíveis em um fundo social e compartilhado de conhecimento (Elias, 1998; 2008). Como se verá, a releitura eliasiana do conceito de personalismo em Sérgio Buarque de Holanda passa por esta articulação entre os conceitos de fundo emotivo (mentalidade personalista) e o conceito de fundo social de conhecimento, presente no núcleo fundamental da obra dos dois autores. A ideia é que a articulação entre os dois conceitos permita que uma nova abordagem processual sobre a democratização brasileira inclua uma dimensão simbólica (ou de personalidade personalista em maior ou menor grau compartilhada), até então não considerada pela literatura da área.

O que a abordagem processual da sociologia em Norbert Elias muda, sobretudo quanto ao processo de democratização, em relação às alternativas propostas anteriormente? Em primeiro lugar, Norbert Elias (1998; 2006; 2011) parte do pressuposto de que nenhum processo desenvolvido pelas relações interdependentes de seres humanos, ao longo dos séculos, foi planejado no sentido de haver um voluntarismo de um indivíduo, ou de um grupo, sobre os demais. As investigações sociológicas devem mostrar, ao longo do tempo, o que são e como ocorrem as transformações não planejadas das estruturas sociais e de personalidade. Em segundo lugar, há uma mudança na dimensão temporal com a qual Elias trabalha. Para Elias (2006, p. 211) o passado, o presente e o futuro devem ser considerados como um “contínuo

---

ELIAS, Norbert. Problems of Involvement and Detachment. **British Journal of Sociology**, v. 7, n. 3, p. 226-252, 1956; \_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização** (Vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993; \_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes** (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a; \_\_\_\_\_. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b; \_\_\_\_\_. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a; \_\_\_\_\_. *Towards a Theory of Social Processes: a translation*. **British Journal of Sociology**, vol. 48, nº 3, p. 357-383, 1997b. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/591135>>. Acesso em: 03/09/2011; \_\_\_\_\_. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998; \_\_\_\_\_. ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000; ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001; \_\_\_\_\_. **Norbert Elias por Ele Mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a; \_\_\_\_\_. **Escritos e Ensaios 1: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006; \_\_\_\_\_. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

diacrônico”. Assim, os fenômenos sociais e culturais, passam a ser considerados como eventos que se desenvolvem ao longo de determinado período de tempo, e que estão em permanente mudança em relação às direções<sup>8</sup>.

Nesse sentido, “[...] não há um passado, presente ou futuro estáticos” (2006, p. 28), mas processos sociais com estágios, anteriores ou posteriores, em direções opostas ou na mesma direção. Se não há estaticidade, fica complicado evidenciar a causalidade como mecanismo decisivo de processos de democratização. Ou seja, não dá para afirmar que o evento A, presente no processo de formação do Estado estudado, seja a única causa possível que leva ao fenômeno B, aparente na sua figuração atual. Portanto, a direção dos processos (assim como no de democratização) deve ser compreendida a partir de pares conceituais tais como integração/desintegração; engajamento/distanciamento; ascensão/declínio; civilização/descivilização<sup>9</sup>. Tais pares conceituais podem, segundo Elias, auxiliar a localizar e compreender oposições e tensões em estruturas sociais e estruturas de personalidade, dentro de um movimento processual (de democratização ou não). Para Elias (2006, p. 29)

[...] uma fase posterior é geralmente caracterizada pela imposição de uma estrutura social modificada e, especialmente, **por uma mudança decisiva nas relações de poder**, favorecendo determinadas posições sociais e desfavorecendo outras. [Nos processos sociais não-planejados há] **uma dinâmica imanente de lutas de poder específicas, lutas essas que determinam direções**. [...] Uma teoria sociológica dos processos sociais tem de levar em conta, por

<sup>8</sup> Já que Norbert Elias considera que todos os processos sociais são transformações amplas e de longa duração de figurações formadas por seres humanos e em direções bipolares, cabe esclarecer como o autor trabalha com o conceito de direção dos processos. A principal característica das direções dos processos, as direções bipolares, não se dá mediante a instauração de aspectos normativos (por exemplo, avanço ou retrocesso, bom ou mal, entre outros), mas de direções opostas no sentido de mostrarem **ascensão ou declínio** (integração ou desintegração de unidades sociais, aumento ou diminuição do capital social entre camadas sociais, aumento ou diminuição do nível de controle humano sobre a natureza, etc). São estes pares conceituais opostos (ascensão ou declínio) que servem para nortear o estudo sobre as direções dos processos sociais. Tais direções também evidenciam outra peculiaridade da análise processual de Elias: o fato de que os movimentos em uma direção podem dar lugar a movimentos contrários, além do fato de que ambos podem ocorrer simultaneamente (tanto a direção de ascensão quanto a de declínio). Os critérios que definem as direções dos processos sociais analisados independem do fato do observador os considerar bons ou ruins.

<sup>9</sup> A seção 2 deste primeiro capítulo propõe aprofundar a concepção de processo de democratização proposta por Elias. Nela, poder-se-á encontrar uma proposta de síntese teórico-conceitual em que se esboça a operacionalização de tais pares conceituais no corpo do modelo sociológico processual eliasiano.

exemplo, a afinidade estrutural de processos de formação do Estado no passado e no presente (grifo nosso).

Em terceiro lugar, a proposta processual de Norbert Elias traz um aspecto novo e crucial para a análise das configurações que os seres humanos, considerados em interdependência, desenvolvem ao longo do tempo: a inclusão de uma dimensão simbólica socialmente compartilhada e aprendida (2006). Os seres humanos formam figurações uns com os outros, e o modo a partir do qual vivem conjuntamente é, para Norbert Elias (2006, p. 25)

[...] sempre codeterminado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra. [...] Sem sua apropriação, por exemplo, o aprendizado de uma determinada língua especificamente social, os seres humanos não seriam capazes de se orientar em seu mundo nem de se comunicar uns com os outros.

Significa dizer que tal dimensão simbólica (que vai desde o compartilhamento de uma linguagem específica, passando por padrões de pensamento, sentimento e ações, regras não escritas de comportamento, até impulsos e formas de autocontrole desses impulsos) é socialmente aprendida (Elias, 1998). A aprendizagem individual dessa dimensão simbólica ocorre por meio de acumulação “[...] mnésica de experiências, de modo que podemos mais tarde recorrer a estas para que nos ajudem a diagnosticar e prognosticar qualquer nova situação” (Elias, 2008, p. 119). Os símbolos socialmente aprendidos podem ser acessados por meio do que Elias denomina como “fundo social de conhecimento”. Esse “saber social incorporado ou habitus” (1997a, p. 9) é o ponto de partida para que o pesquisador da realidade social tenha acesso às formas variáveis e individuais de conhecimento (1997a; 1998).

Por isso, o modelo de análise de um processo de democratização para Norbert Elias requer que uma dimensão simbólica esteja na base de sua argumentação. É do fundo social de conhecimento, codeterminado e transmitido através das gerações em figurações, que se pode analisar como as alterações em estruturas sociais são vivenciadas pelas estruturas de personalidade dos seres humanos em figuração (1993; 1994a; 1994b; 1998; 2008).

A articulação entre Elias e Holanda ocorrerá, como se verá a partir do capítulo 3, exatamente neste ponto comum de articulação entre os

dois autores: um fundo social compartilhado de conhecimento que revela padrões de sentir, pensar e agir. O personalismo em Sérgio Buarque de Holanda será aqui interpretado como um padrão de convívio e de controle, tanto individual (autocontrole) quanto social, desenvolvido e repassado por aprendizagem aos demais membros da sociedade a partir de um fundo social de conhecimento, que sofre constante alteração. Ao denunciar tais padrões em *Raízes do Brasil* o próprio Holanda associa ao termo personalismo (assim como cordialidade) a expressão “fundo emotivo” (2006, p. 160).

Antes de se passar à proposta de processo de democratização para Norbert Elias, passa-se a algumas leituras brasileiras recentes sobre a democratização no Brasil.

## 1.1 DEMOCRACIA E BRASIL: LEITURAS SOCIOLÓGICAS

Desde meados da década de 1970<sup>10</sup>, a literatura sociológica no Brasil dedica parte substantiva de suas análises às transformações sociais que caminham rumo à ampliação da distribuição de poder político.

Em meio a mudanças diretamente relacionadas às tentativas de derrubada do regime ditatorial instalado em março 1964, portanto diretamente dirigidas por tendências específicas das configurações sociais brasileiras daquele momento, as pesquisas sociológicas dos anos 70 se debruçaram sobre o que consideravam ser os 'novos atores sociais', que 'emergiriam para restaurar e ampliar a democracia no Brasil'. A ideia de que os novos atores emergiam em pleno regime ditatorial brasileiro deve-se, em grande parte, às explicações europeias e norte-americanas provenientes da sociologia de movimentos sociais<sup>11</sup>. O foco nos atores (agência),

<sup>10</sup> O estudo da democracia no Brasil não se inicia a partir da década de 1970. Mas, em função da proposta que aqui se desenvolve, o ponto inicial de regresso às pesquisas sobre democracia é esta época. A maior parte da bibliografia que hoje corporifica o *mainstream* sobre democratização no Brasil parte daquelas pesquisas para aprofundar suas propostas. Cabe ressaltar aqui outras pesquisas sobre as dificuldades que cercam a democratização no Brasil, realizadas desde o início do século XX. De forma distinta de Sérgio Buarque de Holanda e de Norbert Elias, tais autores já propunham uma análise processual sobre a formação do Estado no Brasil e sobre suas tentativas democráticas. Dentre as obras principais, podem-se destacar: AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1958; BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação: realidade da soberania brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931; FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 2001 [1957]; FERNANDES, Florestan. Existe uma crise da democracia no Brasil? In: **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979; FURTADO, Celso. **Brasil: da República oligárquica ao Estado militar**. In: **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; ROMERO, Sílvio. **Parlamentarismo e Presidencialismo**. Rio de Janeiro: Companhia Imprensa, 1893. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01616200#page/3/mode/1up>; TORRES, Alberto S. **A organização nacional**. São Paulo: Nacional, 1978 [1914].

<sup>11</sup> Como bem sintetiza Alain Touraine (1977, p. 336), o movimento social passa a ser visto e estudado como sendo o mesmo que “[...] a ação social conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica”. A partir da década de 1960 várias sociedades europeias, assim como os norte-americanos, viram emergir diferenciadas formas de mobilização, que não se baseavam na diferença de classes, mas eram encabeçadas por jovens, mulheres, e estudantes que lutavam mais por demandas ‘pós-materiais’ (direitos civis, feminismo e ambientalismo) que por ideologias político-partidárias. Os projetos concretos para a redemocratização brasileira naquele período (as mobilizações sobre custo de vida, urbanização e de reação à violência nas grandes cidades) acabaram por resultar em um pensamento dogmático e, por vezes, demasiado otimista, quanto à habilidade dos movimentos sociais em construírem espaços neutros, separados do Estado e capazes de efetivamente distribuir poder por meio da participação popular (HARBER, 1996). Harber afirma, ainda, que as leituras feitas pelos cientistas sociais naquele momento não se voltaram para o entendimento dos processos relacionais entre Estado, partidos políticos, sindicatos e outras estruturas de poder, já que a maior parte das análises era realizada por

individualizados ou coletivos, como protagonistas centrais de uma espécie de constituição espontânea e popular de um novo espaço, neutro e igualitário, de participação política é projetado por pesquisadores como Eder Sader (1988), Krischke e Mainwaring (1982) e Octávio Ianni (1980)<sup>12</sup>. A projeção das pesquisas revelou, sobretudo, uma genuína e profunda mudança da participação popular na vida pública. A reinvenção democrática se devia exatamente à crescente pressão que os movimentos populares exerciam naquele momento.

Um segundo grupo de pesquisadores, agora a partir de meados da década de 1980 até meados da década de 1990, passa a analisar a democratização no Brasil a partir do pressuposto de que as tensões populares ocorridas no período de distensão política serviram como aprendizado para o desenvolvimento de formas coletivas e conscientes de ação participativa. Essa literatura<sup>13</sup> inaugura a discussão sobre a constituição de um “esboço de espaço público no cenário de consolidação das instituições políticas formais” (Ferreira,

---

ativistas ou antigos militantes dos próprios movimentos estudados (com forte ênfase no paradigma marxista e no projeto de mudança social). Para maiores esclarecimentos quanto à trajetória de pesquisas europeias e norte-americanas acerca dos movimentos sociais, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970 no ocidente, ver ALONSO, Ângela. *As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate*. In: **Lua Nova**, São Paulo, 76, 2009, p. 49-86. Para as perspectivas latino-americanas e especificamente brasileiras, ver DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumarán/ANPOCS, 1995; DURHAM, Eunice Ribeiro. *A sociedade vista da periferia*. In: KOWARICK, Lúcio. (org.). **As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 169-206; GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997; HARBER, Paul Lawrence. *Identity and Political Process: recent trends in the study of Latin American social movements*. **Latin American Research Review**, vol. 31, n.1, 1996.

<sup>12</sup> KOWARICK, Lúcio (coord.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (org.). **A Igreja nas Bases em Tempo de Transição**. São Paulo: CEDEC/L&PM, 1986; IANNI, Octávio. **O ABC da Classe Operária**. São Paulo: Hucitec, 1980.

<sup>13</sup> Para se aprofundar na trajetória de constituição da referida literatura, pode-se consultar, principalmente, BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa**. São Paulo: Ática, 1991; \_\_\_\_\_. *Cidadania e Democracia*. **Lua Nova**, n. 33, p. 5-16, 1994; DAGNINO, Evelina. **Os Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994; PAOLI, Maria Célia. *Movimentos Sociais e espaço público*. **Humanidades**, v. 08, n. 4, p. 498-504, 1992; \_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*. In: HELLMANN, Michaela (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, p. 24-55, 1995; TELLES, Vera. *Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos*. In: KOWARICK, Lúcio (coord.). **As Lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 247-286, 1988; \_\_\_\_\_. *Cultura da dádiva, avesso da cidadania*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, 1994a. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br>> </portal/publicacoes/rbcs\_00\_25/rbcs25\_05.htm>. Acesso em: 25 jun. 2009; \_\_\_\_\_. *Sociedade Civil e os caminhos (incertos) da cidadania*. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n.2, p. 7-14, 1994b; \_\_\_\_\_. *Sociedade civil, direitos e espaços públicos*. **Publicações Pólis**, v. 14, p. 43-54, 1994c.



2009, p. 140), além de acreditar que a multiplicidade de movimentos sociais possa ter contribuído para o aprendizado de construção cidadã a partir da experiência democrática de lidar com o conflito (reaprender a legitimidade da ação política a partir das tensões e do conflito). Para a maior parte dos pesquisadores desta linha de abordagem, após a Constituinte (em 1988), uma massa expressiva de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, e organizações não governamentais passam a reivindicar espaços “alternativos” capazes de ampliar a participação social, por meio de um projeto específico de “partilha efetiva do poder entre Estado e sociedade civil”<sup>14</sup>.

Esses espaços “alternativos” ou diferenciados, que trazem a possibilidade de promover um novo modelo de relacionamento entre sociedade e Estado no Brasil – exemplificados por diversos espaços implementados via Constituição de 1988 tais como os conselhos públicos, as câmaras setoriais, as conferências e fóruns de participação popular –, passam a ser o objeto de estudo das ciências sociais a partir da década de 1990. Essa “virada categórica no debate sobre o processo de democratização no Brasil”<sup>15</sup> principia um movimento acadêmico de busca por novos conceitos, mais específicos e adequados para se pensar a “nova realidade” com a qual a sociedade brasileira se depara a partir daquele momento. Conceitos como “espaço público”, “esfera pública”, “nova sociedade civil” e “democracia deliberativa” emergem na tentativa de explicar como os movimentos sociais e as demais organizações da sociedade civil apreendem o novo formato institucional de relação com o Estado, na medida em que todos eles agora compõem o quadro decisório do Estado<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> DAGNINO, Evelina. Construção Democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. In: **Política e Sociedade Revista de Sociologia Política**, v.1, n. 5, 2004.

<sup>15</sup> FERREIRA, Gabriela de Resende. **Participação, personalismo e democracia no Brasil contemporâneo**. 211f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

<sup>16</sup> AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994; AVRITZER, Leonardo (coord.). **A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática**. São Paulo: Perspectiva, 1996; \_\_\_\_\_. Um desenho institucional para o novo associativismo. In: **Lua Nova**, 39, p. 149-174, 1997; \_\_\_\_\_. Teoria Democrática e Deliberação Pública. In: **Lua Nova**, n. 50, p. 25-46, 2000; \_\_\_\_\_. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a; AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, v.47, n. 4, p. 703-728, 2004b; AVRITZER, Leonardo. A relevância política da participação popular. **Le monde diplomatique Brasil**, v. 2, n. 20, p. 19, mar. 2009; COSTA, Sérgio. Esfera pública,

Nesse contexto, a ampliação da democratização e a emergência dos novos canais mistos de participação e fiscalização popular-institucional passam a ser o novo foco da literatura sobre democratização, no movimento denominado por Adrián Gurza Lavalle<sup>17</sup> como “matriz de pensamento habermasiano”. Com uma agenda de pesquisa voltada para a revisão da democracia elitista e representativo-institucional (para quem aos cidadãos comuns caberia a função de escolha de governo, mas não a capacidade de governar), Jürgen Habermas<sup>18</sup> acredita que a democracia deve ser considerada mais do que um simples conjunto de regras de um jogo. Ceder aos cidadãos apenas a possibilidade de, de vez em quando, opinar sobre seus representantes, a partir de regras pré concebidas de um jogo concorrencial, é o mesmo que isolar a participação política de seu conteúdo concreto e de suas múltiplas possibilidades de se efetivar. Para Habermas (1979, p. 376)

a participação política, além de ser um produto, é também um elemento propulsivo do difícil e incerto caminho da humanidade em direção à sua própria emancipação. Com isto, evita-se o perigo de tratá-la como um fator que, ao lado de outros, garantem o equilíbrio do sistema e reduzam a democracia a simples regras de um jogo.

Essa matriz de pensamento habermasiano está centrada, especificamente na América Latina, em duas agendas de pesquisa voltadas para a reforma da democracia: (a) a literatura que trata especificamente da democracia deliberativa, proposta do próprio Habermas para o que ele entende ser a política deliberativa<sup>19</sup> e, (b) os trabalhos que focam as contribuições da sociedade civil para a ampliação da participação democrática<sup>20</sup>.

---

redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 38, p. 38-53, 1994; \_\_\_\_\_. A democracia e a dinâmica da esfera pública. **Lua Nova**, n. 36, p. 55-65, 1995; \_\_\_\_\_. Contextos da construção do espaço público no Brasil. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 47, p. 149-192, 1997a; \_\_\_\_\_. Categoria analítica ou *passé-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 43, p. 3-25, 1997b; \_\_\_\_\_. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, p. 121-134, 1997c.

<sup>17</sup> GURZA LAVALLE, Adrián. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, 2006.

<sup>18</sup> HABERMAS, Jürgen. Participação Política. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (org.). **Política e Sociedade**. São Paulo: Nacional, v. 1, p. 375-388, 1979.

<sup>19</sup> Habermas afirma que a política deliberativa é uma concepção democrática que parte da ênfase de que a ampliação da participação deva se estruturar recorrendo ao discurso. Da síntese que faz dos modelos democráticos liberal e republicano, Habermas sugere, a partir da sua Teoria da Ação Comunicativa, que o debate e a deliberação são necessários

Contudo, uma parte da literatura passa, ao final da década de 1990, a questionar o uso que as ciências sociais fazem dos conceitos de participação e sociedade civil nos estudos desses novos espaços institucionais de participação<sup>21</sup> que se formam a partir da Constituição de 1988. As críticas focam, principalmente, dois modelos concomitantes de análise democrática na América Latina: o modelo da "nova sociedade civil"<sup>22</sup> e a sua junção com as análises empíricas sobre os novos formatos de participação por meio dessa nova sociedade civil (as chamadas instituições participativas).

Cohen e Arato (1992) redefiniram o conceito de sociedade civil, a partir do programa de pesquisa da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, de forma a estruturá-lo como categoria de análise para a pesquisa empírica<sup>23</sup>. No lugar da premissa, eminentemente moderna, de caráter

---

às sociedades contemporâneas para garantir, à sociedade como um todo, espaços democráticos de participação. Para o pensador "[...] a teoria do discurso não faz a realização de uma política deliberativa depender de uma cidadania coletivamente capaz de ação, mas sim da **institucionalização** dos correspondentes procedimentos e pressupostos comunicativos. Essa teoria já não opera com o conceito de um todo social centrado no Estado [republicanismo] [...], tampouco localiza esse todo em um sistema de normas constitucionais que regulem o equilíbrio de poder e o compromisso de interesses de modo inconsciente e mais ou menos automático, conforme o modelo da troca mercantil [liberal]. [...] A teoria do discurso, diferentemente, conta com a **intersubjetividade de ordem superior** de processos de entendimento que se realizam na forma institucionalizada das deliberações, nas instituições parlamentares ou na rede de comunicação dos espaços públicos políticos" (1995, p. 47-50, grifo nosso). Para aprofundar no debate sobre a democracia deliberativa ver HABERMAS, Jürgen. Três Modelos Normativos de Democracia. **Lua Nova**, n. 36, p. 39-53, 1995; \_\_\_\_\_. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade (vol. 1 e 2). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997; GUTMANN, Amy. A Desarmonia da Democracia. **Lua Nova**, n. 36, p. 5-37, 1995.

<sup>20</sup> A literatura sobre as contribuições da sociedade civil para a ampliação da participação democrática na América Latina é muito maior e, normalmente, associada ao trabalho de Cohen e Arato (1992) e a acadêmicos associados a essa perspectiva como Avritzer (1994). Ainda dentro dessa literatura que estuda as contribuições da sociedade civil à ampliação da participação democrática, mas em perspectiva habermasiana, ver os trabalhos de Sérgio Costa e Leonardo Avritzer (2004b).

<sup>21</sup> GURZA LAVALLE, Adrián. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, n. 47, p. 121-135, 1999; \_\_\_\_\_. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 90. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 66, p. 91-109, 2003; \_\_\_\_\_. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, 2006; SILVA, Marcelo Kunrath. Entre a norma e o factual: questões para uma análise sociológica dos processos de participação social na gestão pública. **Revista Política e Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 187-202, 2004; \_\_\_\_\_. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Revista Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 156-179, 2006.

<sup>22</sup> Sobre o conceito dicotômico de nova sociedade civil ver COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1992.

<sup>23</sup> Ver AVRITZER, Leonardo. Além da dicotomia Estado/Mercado - Habermas, Cohen e Arato. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 36, pp. 231-222, 1993. Para conhecer os principais resultados da agenda de pesquisas de Habermas, consultar: HABERMAS, Jürgen. **The Theory of Communicative Action**: reason and the rationalization of society. Boston:

internamente constitutivo do vínculo entre a sociedade e o Estado, a nova sociedade civil surge apenas para restabelecer uma posição dicotômica entre eles. Como salienta Gurza Lavallo (1999, p. 131),

a polêmica novidade dessa nova sociedade civil reside na sua definição como um momento oposto ao Estado, sem qualquer liame ou intercâmbio conformativo que não seja dado *a posteriori*, isto é, apenas como decorrência do seu confronto. Nessa relação dicotomizada, o polo axiológico positivo corresponde à sociedade civil, convertida em protagonista de um incessante conflito com o Estado, que, por sua vez, ocupa a posição do antagonista e o polo de valor negativo. [Além disso] [...] o novo modelo ungiu a sociedade civil de **universalidade**, despindo-a de seus particularismos e fazendo dela o espaço de interesse geral (grifo nosso).

No momento mesmo em que o conceito de nova sociedade civil reúne a capacidade de ser um agente que se contrapõe ao Estado, ao mesmo tempo em que é portador e transmissor do interesse geral, essa agenda de pesquisa passa a conviver com um grave dilema, qual seja, o de que a sociedade civil é homogênea (porque se contrapõe ao Estado) e ambígua<sup>24</sup> (porque admite uma nebulosidade de características e elementos que ampliam demais o leque das formas de organização) (Gurza Lavallo, 1999). Associações não estatais, não econômicas, de base voluntária e de surgimento aparentemente espontâneo passam a disputar espaço com o Estado, o mercado e um vasto leque de formas variadas de organização social que não se encaixam na nova definição de sociedade civil (tais como as igrejas, as cooperativas, os sindicatos, etc.). Em resumo, a "nova sociedade civil" surge, na agenda de pesquisa, como a categoria analítica capaz de explicar a parte mobilizada da sociedade civil que interage na esfera pública para salvaguardar os interesses gerais (aos moldes da ação coletiva dos movimentos sociais).

Nesse caso, em vez de agenda de pesquisa, o que se vê é um normativismo e uma ênfase em torno da construção de um eixo de orientação para a ação política. Como aponta Gurza Lavallo (1999, p. 134),

---

Beacon Press, 1984; \_\_\_\_\_. **The Theory of Communicative Action: lifeworld and system - a critique of functionalist reason.** Boston: Beacon Press, 1989.

<sup>24</sup> Para Habermas (1997, v. 2, p. 99) "[...] o núcleo da sociedade civil é constituído por uma teia associativa que institucionaliza os discursos portadores de soluções para os problemas tangentes e as questões de interesse geral".

[...] numa espécie de reverso salvífico, a sociedade civil como projeto político apaziguou o incômodo ocasionado pelo declínio das promissoras elaborações analíticas sobre os novos movimentos sociais que, outrora dominantes, tinham ocupado por sua vez o espaço deixado pelo recuo das teorias sobre a luta de classes - de hegemonia incontestada até a década de 60. [...] O modelo da nova sociedade civil foi particularmente bem sucedido no fornecimento de uma via de reflexão para o retorno do ator moral da transformação social, entretanto, as condições que fizeram possível tal êxito, esgotaram-se após os processos de democratização.

Portanto, um grande problema trazido para a análise da natureza da participação nas sociedades democráticas atuais, evidenciado pela forma como o conceito de nova sociedade civil foi normativamente construído, é dizer que existem transformações efetivas sendo realizadas por esses atores da "nova sociedade civil". Assim, ao se empregar a teoria normativa como modelo da realidade estudada (conselhos gestores, fóruns, conferências e demais espaços diferenciados de construção democrática), o pesquisador corre o risco de sobrepor as categorias normativas aos objetos empíricos, ocultando-os ou até mesmo negando-os.

Outra crítica que se faz aos estudos sobre como a "nova sociedade civil" tem transformado estes novos formatos institucionais de participação no Brasil é feita por autores como Silva<sup>25</sup>. Para Silva parece haver, por um lado, um descompasso entre as prescrições normativas do modelo teórico de pressupostos habermasianos e os "atores empíricos" que conformam as instituições participativas no Brasil contemporâneo e, por outro, uma "naturalização" das "virtudes democráticas da sociedade civil".

Quando se desenha uma "nova sociedade civil" para o Brasil da "redemocratização", a partir dos anos 1990, uma das principais características evidenciadas é sua capacidade de institucionalizar os discursos capazes de solucionar os problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas (KUNRATH, 2006). Ou seja, uma homogeneização discursiva, ao final do processo de deliberação, necessária à produção de uma esfera autônoma das relações estatais, denominada como

---

<sup>25</sup> SILVA, Marcelo Kunrath. Entre a norma e o factual: questões para uma análise sociológica dos processos de participação social na gestão pública. **Revista Política e Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 187-202, 2004; \_\_\_\_\_. Sociedade Civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Revista Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 156-179, 2006; \_\_\_\_\_. Sociedade Civil no Brasil: institucionalização e/ou contestação. **Em Debate**, ano 3, n. 4, p. 37-43, 2011.

sociedade civil, "[...] a qual não se identifica com o Estado, nem com a economia, nem com outros sistemas de funções sociais, pois permanece vinculada aos núcleos privados do mundo da vida" (Habermas, p. 99-100, 1997).

Significa dizer que, para a agenda de pesquisa que toma como pressuposto de análise essa concepção de sociedade civil como categoria para a análise das instituições participativas brasileiras (conselhos gestores, conferências, fóruns, etc.), há uma vinculação natural e direta entre o associativismo civil e a democratização. Elementos como clientelismo, autoritarismo, baixa densidade associativa, patrimonialismo e heteronomia entre atores políticos e governamentais, fundamentais para a compreensão de séculos de relações políticas e de direcionamento na construção (histórica) do Estado brasileiro, são ignorados por esta literatura que vincula "nova sociedade civil" e redemocratização. Portanto, o que a literatura que estuda as instituições participativas no Brasil faz, a partir dos anos 1990, é retirar qualquer possibilidade de estudo do longo e complexo processo de democratização do Estado brasileiro a partir das tensões interdependentes entre múltiplos atores e suas divergentes configurações e lutas por distribuição de poder (aspectos comuns e presentes na maior parte dos processos de democratização vivenciados pelas sociedades ocidentais).

A naturalização das "virtudes democráticas da sociedade civil" impede que os pesquisadores das instituições participativas no Brasil reflitam sobre como e por que apenas a criação de mecanismos e procedimentos institucionais participativos (conselhos gestores, por exemplo) não garantem a transformação das estruturas e dinâmicas de relacionamento político considerados "tradicionais". Por isso, em alguns casos, quando essa literatura encontra algum estudo de caso que não se encaixa no polo "positivo" das virtudes civis e democráticas, normalmente apelam para a tradicional explicação: falta "vontade política" na gestão pública daquele objeto estudado, sem nem mesmo procurar identificar por meio de quais processos a "vontade política" prejudica a ação "autônoma e racionalizada" do objeto estudado<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Ao estudar a "efetividade deliberativa" dos conselhos municipais de saúde e de criança e adolescente em variados locais no nordeste do Brasil, Eleonora Cunha analisa que resquícios de centralização política de governos locais sobre os conselhos gestores é ainda um formato comum encontrado na relação entre governo e conselheiros. No entanto, em vez

Falta à literatura que pesquisa as atuais formas de participação no Brasil uma predisposição para averiguar quais transformações vêm ocorrendo efetivamente na operacionalização cotidiana das instituições participativas<sup>27</sup>. Essa é uma percepção de extrema relevância para uma agenda de pesquisa empírica que se interesse pelos processos de democratização, cuja centralidade esteja na ampliação da distribuição de poder por meio de mecanismos institucionais de participação. Como ressalta Gurza Lavalle (2011a, p.14)<sup>28</sup>,

[...] a 'pós-participação' [...] não remete ao mérito da participação em si, nem alude ao fato de as promessas associadas à ideia de participação terem se mostrado irrealizáveis, infundadas ou historicamente superadas, [...] mas atenta para o fato de as **questões cruciais terem mudado após a participação, ou, com maior precisão, após a institucionalização em larga escala de arranjos participativos** (grifo nosso).

O fato é que há pelo menos quinze anos os atores sociais encontram-se inseridos em instituições cuja principal função é o desenvolvimento de um controle social das políticas públicas estatais. Há, portanto, o desenvolvimento de uma **rotina de participação** que precisa ser melhor pesquisada, não em consonância com postulações normativas, mas em relação à produção de conhecimento empírico que traga implicações mais gerais no plano da distribuição de poder. Caso contrário, corre-se o risco, assim como salienta Norbert Elias, de que a criação das instituições

---

de problematizar essa "persistência" tradicional em procedimentos e instituições participativas, afirma que o empecilho à "emancipação" (ampliação da distribuição de poder e participação) só ocorre quando os governos analisados não "[...] têm projetos políticos de cunho mais participativo e emancipatório", uma vez que, em casos onde tais projetos fundamentam os governos locais, "[...] a maior centralidade pode indicar uma tentativa de valorização dos espaços participativos por meio da apresentação de suas propostas à deliberação dos conselhos" (Cunha, 2005, p. 12). Como afirmar, em uma cultura historicamente forjada pelo autoritarismo e personalismo, que um governo tem cunho mais ou menos emancipatório? Pela coligação partidária? Não se pode crer que por estes métodos seria possível explicar quando as relações entre governos locais e conselhos são mais ou menos emancipatórias. Afinal, a história nos apresenta inúmeros casos de ditaduras tanto de esquerda quanto de direita. CUNHA, Eleonora S. M. A efetividade deliberativa dos conselhos municipais de saúde e de criança e adolescente no Nordeste. **Paper**, p. 1-30, 2005. Disponível em: <<http://neic.iuperj.br/textos2/Eleonora%20Schettini%20M.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

<sup>27</sup> Para um aprofundamento do conceito de instituições participativas ver: PIREZ, Roberto Rocha (org.). **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, 2011.

<sup>28</sup> GURZA LAVALLE, Adrian. Após a participação: nota introdutória. **Lua Nova**, n. 84, p. 13-23, 2011a.

participativas seja considerada como a causa da ampliação da distribuição de poder entre a sociedade, e não o contrário. Diz Elias (2008, p. 68):

Uma visão da história que descreva as mudanças sociais como resultados de acontecimentos individuais pode levar à conclusão de que a legislação estatal de ampliação do direito voto foi a causa do aumento comparado de poder entre governados e governantes. [...] Isso seria passar o carro à frente dos bois.

Em recente artigo Gurza Lavalle<sup>29</sup> propõe focar o "estado da arte" presente nos estudos sobre participação no Brasil e acaba por concluir que a categoria participação "[...] desempenhou o papel de uma ideia força, normativamente carregada de sentidos que, ao longo do tempo, acabaram misturados" (2011b, p. 37). E mais: essa carga normativa na maior parte das vezes impede que seja feita uma avaliação mais crítica quanto à qualidade da democracia que se configura a partir das inovações institucionais participativas no Brasil.

A categoria "participação" emerge, nos estudos de sociologia política brasileira, a partir da década de 1960, como uma categoria "prática", ou seja, "mobilizada para conferir sentido à ação coletiva de atores populares" (Gurza Lavalle, 2011b, p. 34). São três os principais significados reunidos sob o ideal de participação que emergem nos estudos de democracia no Brasil a partir dos anos 1960: (a) participação popular (emancipação popular), (b) participação da agência popular (ligada aos preceitos da Teologia da Libertação<sup>30</sup>) e (c) participação popular como projeto novo de sociedade.

O ideal participativo como participação popular, em fins dos anos 1960 no Brasil, não tinha como referência as eleições, nem as instituições de representação, mas buscava ressaltar a importância de se propagar a ideia de participação com vistas à emancipação popular. Da mesma forma, a ênfase que a categoria participação recebe a partir do intercâmbio de ideias com a Teologia da Libertação, em fins da década de 1970, recai sobre formas de combate à injustiça social. Como salienta Gurza Lavalle, "[...] a participação

<sup>29</sup> GURZA LAVALLE, Adrian. Participação: valor, utilidade, efeitos e causas. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, 2011b, p. 33-42.

<sup>30</sup> Para um maior aprofundamento em relação às teses originais relacionadas ao movimento latino-americano intitulado Teologia da Libertação, ver: BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo**. São Paulo: Vozes, 1972; MONDIN, Battista. **Os teólogos da libertação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.



aparece, assim, [...] como recurso capaz de fazer avançar a pauta de demandas distributivas, de acesso a serviços públicos e de efetivação de direitos das camadas populares" (2011b, p. 34). Por fim, outra feição que a categoria prática da participação ganha ao final da década de 1970 no Brasil está vinculada à estratégia basista da esquerda brasileira: a participação popular como mote para a organização dos explorados em torno da disputa de um novo projeto de sociedade (Gurza Lavalle, 2011b).

No entanto, ao se configurar o movimento de transição política que resulta na Constituinte de 1988, surge um novo significado para o ideal participativo: se antes a participação era *popular*, agora passa a ser *cidadã*. Para Gurza Lavalle (2011b, p.35),

[...] a semântica da participação tornou-se comum para parte dos atores envolvidos na Constituinte, seja como aliados de movimentos sociais ou em nome deles. Sobretudo, o ideário participativo herdado das duas décadas anteriores, que exprimia um compromisso com segmentos populares - aludindo implícita ou explicitamente ora uma opção preferencial pelos pobres ora por uma posição de classe -, era inadequado para as exigências do discurso público de registro universalizante que poderia disputar a nova Constituição. Os atores engajados com a participação popular passaram a reelaborar seu discurso em termos de participação cidadã, e o campo dos atores sociais diversificou-se com a multiplicação de organizações não governamentais. [...] Assim, o ideário participativo adquiriu feições mais abstratas e foi consagrado, em 1988, como direito do cidadão para além da participação eleitoral.

O que se nota, no decênio seguinte à Constituinte, é que, concomitantemente à regulamentação dos preceitos constitucionais e à transformação dos conselhos gestores em expedientes institucionais capazes de viabilizar a participação na gestão das políticas públicas, emerge uma "denúncia normativa" entre os pesquisadores que se dedicavam ao estudo de tais objetos, que apontava "(...) iniquidades e carências pelas quais as práticas de participação nos conselhos não mereciam, a rigor, ser chamadas de participação" (Gurza Lavalle, 2011b, p. 35). O resultado mais geral dessa "primeira geração"<sup>31</sup> de estudos, cujo pressuposto central era a categoria

<sup>31</sup> Para aprofundar o conhecimento sobre a chamada "primeira geração" indica-se, entre outros, AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994; AVRITZER, Leonardo (coord.). **A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática**. São Paulo: Perspectiva, 1996; \_\_\_\_\_. Um desenho institucional para o novo associativismo. In: **Lua Nova**, 39, p. 149-174, 1997; \_\_\_\_\_. Teoria Democrática e Deliberação Pública. In: **Lua Nova**, n. 50, p. 25-46, 2000.

prática de participação (e, portanto, com um ideal normativo articulador), foi um adiamento do que se configura, efetivamente e cotidianamente, nos diversos conselhos que se multiplicaram por diferentes cidades no Brasil.

Com o intuito de desfazer a ideia de "não participação", presente nos estudos da chamada "primeira geração", os pesquisadores substituíram a "denúncia da ausência pela descrição sistemática daquilo que efetivamente é realizado nos diferentes conselhos" (Gurza Lavalle, 2011b, p. 35), o que Gurza Lavalle denomina como "segunda geração"<sup>32</sup>. Entre as principais consequências que podemos apontar desse debate estão: (a) uma caracterização minuciosa das instituições participativas que, no entanto, não avançaram sobre seus efeitos para a coletividade e para a participação social; (b) ao concentrar suas investigações em um tipo específico de instituição participativa, essa literatura assume o formato das instituições estudadas como delimitação natural dos objetos de pesquisa, o que ressalta a desproporção entre a multiplicidade de experiências participativas no país e o conhecimento de seus efeitos.

Qual o legado desta normatividade para os estudos sobre a democratização por meio de instituições participativas no Brasil? O conceito de participação serviu como um ideal normativamente carregado de sentidos e significados que, ao longo do tempo, serviram mais para tornar mais opaca a realidade do que para explicá-la. Não que o normativismo seja algo ruim. Pelo contrário: ele serve de referência para a construção e reelaboração teórica da democracia.

---

<sup>32</sup> Especificamente sobre os modelos, ou desenhos, de participação democrática existem inúmeros trabalhos descritivos, cujos objetos se espalham amplamente sobre o território brasileiro. Entre estes, costuma-se atrelar como estudos de "segunda geração", entre outros, AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, espaço público e poder local: uma análise do orçamento participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002; AVRITZER, Leonardo, NAVARRO, Zander, MARQUETI, Adalmir (org.). **A Inovação Democrática: o orçamento participativo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003b; AVRITZER, Leonardo (ed.). **Participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004a; \_\_\_\_\_. **A Participação Social no Nordeste**. Belo Horizonte: UFMG, 2007; \_\_\_\_\_. Instituições Participativas e Desenho Institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil Democrático. **Revista Opinião Pública**, v. 14, n. 1, jun. p. 43-64, 2008; SILVA, Tarcísio. Da participação que temos à que queremos: o processo do Orçamento Participativo na cidade do Recife. In: AVRITZER, Leonardo, NAVARRO, Zander, MARQUETI, Adalmir (org.). **A Inovação Democrática: o orçamento participativo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003; TEIXEIRA, Ana Claudia. Orçamento Participativo em pequenos municípios rurais: contextos, condições de implementação e formatos de experiência. In: AVRITZER, Leonardo, NAVARRO, Zander, MARQUETI, Adalmir (org.). **A Inovação Democrática: o orçamento participativo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

Mas, como salienta Gurza Lavalle (2011b, p. 37),

[...] em decorrência dessa carga [normativa], a avaliação dos efeitos produzidos, que supõe a explicitação precisa dos efeitos esperados, permanece como lacuna, em descompasso com a envergadura que as inovações participativas atingiram nos arcabouços institucionais de definição, operação e supervisão das políticas públicas no país.

A apropriação homogeneizante dos atores sociais que atuam em processos de ampliação da democratização (entendida, aqui, como ampliação da distribuição de oportunidades de poder) impede que as instituições participativas (conselhos gestores, fóruns, audiências públicas, etc.) sejam analisadas a partir de suas estruturas multifacetadas e plurais. Significa dizer que tais estudos normativos, embora descrevam uma densidade quantitativa de associações, não apontam para a variabilidade de atores e relações que forjam os tecidos associativos do Brasil contemporâneo. Como interpela Silva (2004, p. 192)<sup>33</sup>,

[...] questiona-se uma apreensão homogeneizante dos atores sociais (característica de conceitos unificadores como 'sociedade civil', 'ongs', 'terceiro setor', entre outros) que perde a dimensão societária como um espaço de diversidade, de relações de poder e de conflitos, no qual se **confrontam** atores marcados por diferentes orientações e mantendo diferentes relações com a participação social (e, mais amplamente, com a democracia). Neste sentido, muito mais do que simplesmente quantificar a 'densidade associativa' em um contexto particular, torna-se necessário um estudo qualitativo do tecido associativo e suas relações com representações e práticas associativas. A partir desta perspectiva, em muitos casos talvez encontremos, surpreendentemente, uma significativa resistência à instituição e/ou ao funcionamento de processos de participação social que vem, não do Estado ou de elites políticas e econômicas, mas de setores da própria sociedade civil (grifo nosso).

A ampliação do direito de voto, seja por meio da eleição direta que retorna com a Constituinte de 1988 ou pela via da institucionalização de mecanismos de participação social, requer alterações na forma como teoricamente se aborda a relação entre o Estado e a sociedade no Brasil. De acordo com Silva (2004), tal revisão teórica acarreta dois tipos de ruptura para os estudos sobre a democratização brasileira. O rompimento com a "tradição estatista" que sobrevaloriza o papel do Estado na direção dos processos

---

<sup>33</sup> SILVA, Marcelo Kunrath. Entre a norma e o factual: questões para uma análise sociológica dos processos de participação social na gestão pública. In: **Revista Política e Sociedade**, n. 5, p. 187-202, 2004.

políticos, ao mesmo tempo em que questiona a atuação dos atores sociais (porque fracos, desorganizados, etc.). E a ruptura com certas "visões marxistas" que desenvolveram uma visão dicotômica e maniqueísta da relação entre Estado e sociedade civil. Em vez de se considerar as instituições participativas como o resultado de uma apropriação da sociedade civil pelo Estado, a democracia com participação social implicaria a incessante luta pelo poder, já que a participação significaria um encurtamento das diferenças de poder, requerendo diferentes e instáveis pontos de equilíbrio. Nas palavras de Silva (2004, p. 194)

[...] a democracia com participação social implicaria a incessante busca de 'equilíbrios instáveis de poder' menos assimétricos (para usar o conceito de Norbert Elias); ou seja, o que está em questão são as formas de relacionamento entre Estado e sociedade civil, ambos entendidos como dimensões inerentes da própria democracia. Tanto a dissolução do Estado na sociedade quanto o controle da sociedade pelo Estado implicariam a impossibilidade da própria **democracia**, entendida exatamente como **uma das configurações possíveis** da relação entre estes 'polos' (grifo nosso).

Com a intenção de repensar as instituições participativas no Brasil a ciência política propôs, recentemente, uma nova agenda de pesquisa, cujo foco está na tentativa de oferecer uma estratégia de análise que resolva, conceitual e metodologicamente, a relação entre a participação e seus efeitos (a partir das decisões efetivas) (GURZA LAVALLE, 2011b). A sistematização das principais questões pesquisadas e teoricamente problematizadas foi organizada e publicada por Gurza-Lavalle em um número específico da Revista Lua Nova<sup>34</sup>. Há, a partir de uma confluência de questões comuns abordadas nos artigos, um consenso quanto à necessidade de se pesquisar questões relacionadas ao cotidiano da participação que não se enquadram em respostas normativas. É preciso lidar, de acordo com Lavalle, com as práticas cotidianas dentro dessas instituições de participação, uma vez que tais instituições têm operado como "espaços de representação extraparlamentar". Como salienta Gurza-Lavalle (2011a, p. 15) esses novos arranjos institucionais têm abrigado múltiplas e variadas organizações civis e atores coletivos, conferindo a esses

---

<sup>34</sup> A sistematização, intitulada "Após a participação", conta com nove artigos além da Introdução. Para aprofundar-se sobre o debate ver **Lua Nova**: revista de cultura e política. Após a Participação, n. 84, 2011.

atores o reconhecimento, automático, como porta-vozes de toda a sociedade civil.

O que a presente pesquisa busca desenvolver, como se verá adiante, está no sentido oposto de tudo o que foi mostrado nesta seção quanto ao estudo da democratização no Brasil. Isto porque a pesquisa propõe repensar o processo de democratização de forma que haja uma articulação entre as estruturas sociais e a estrutura de personalidade, devido à concepção de processualidade inserida na proposta de democratização em Elias. Desse ponto de vista, uma observação da operacionalização cotidiana de “participação” em instituições como os conselhos de políticas públicas deve partir da constatação de como se formam os padrões de sentimento, pensamento e ações daquela realidade estudada. Para tanto, o domínio de tal realidade social não se faz, na concepção eliasiana, sem o devido conhecimento de um fundo social compartilhado entre os atores que atuam, direta ou indiretamente, em tais configurações. Esse fundo social de conhecimento não é imutável, mas também não se inicia com a Constituinte de 1988: por isso, a importância de se conhecer, ao longo da trajetória de formação social e estatal brasileira, os padrões de conhecimento que predominam no fundo social. Esta é a proposta: articular Elias e Holanda de forma a resgatar o personalismo como um padrão social de autorregulação individual e de regulação social, que evidencia um desequilíbrio que pende mais para os impulsos pessoais, e que permanece sendo produzido, e repassado por aprendizagem, por meio deste fundo coletivo de conhecimento.

## 1.2 O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO EM NORBERT ELIAS

Antes de se passar à descrição mais detalhada da proposta de processo de democratização desenvolvida por Norbert Elias, a presente seção inicia-se a partir de uma breve contextualização das teses deste autor em relação a uma área da sociologia profícuca quanto à análise da democratização no longo prazo: a sociologia histórica<sup>35</sup>. Em primeiro lugar, pode-se afirmar certa aproximação entre as abordagens classificadas como sociologia histórica e os trabalhos de Elias, no que diz respeito à dimensão temporal (uma recusa à utilização tradicional da história na sociologia) e às críticas direcionadas ao funcionalismo de Talcott Parsons (foco no sistema social) e suas consequências para o presentismo na sociologia<sup>36</sup>. Assim, é ilustrativa a

<sup>35</sup> A área da sociologia histórica não é recente e tem se desenvolvido em torno de grandes debates, tais como o nacionalismo (Anderson, 1983), as revoluções (Skocpol, 1979), a formação dos Estados nacionais (Anderson, 2004 [1974]; Tilly, 1984; 1996), assim como a democratização (Lipset, 1960; Moore Jr., 1983 [1966]; O'Donnell, 1974). Sobre um exemplo de trabalho considerado como de sociologia histórica com pesquisa sobre a problemática do nacionalismo, ver ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. London: Verso, 1983. Já em relação ao problema das revoluções, um trabalho considerado emblemático na consolidação da sociologia histórica, enquanto campo de pesquisas, é o livro *States and Social Revolutions*, de Theda Skocpol. Além das pesquisas na área, Skocpol também desenvolveu uma tentativa de classificação (em termos da distinção dos principais trabalhos) da área de sociologia histórica. Para aprofundar sobre tais pesquisas, ver: SKOCPOL, Theda. **States and Social Revolutions**. New York: Cambridge University Press, 1979; SKOCPOL, Theda and SOMERS, Margaret. The uses of comparative history in macrosocial inquiry. In: **Comparative Studies in Society and History**, vol. 22, n. 2, p. 147-197, 1980. Para aprofundar o conhecimento sobre aqueles trabalhos de sociologia histórica que focam a formação dos Estados nacionais ver ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1974]; TILLY, Charles. **Big Structures, Large Process, Huge Comparisons**. New York: Russel Sage Foundation, 1984; \_\_\_\_\_. **Coerção, Capital e Estados Europeus: 900-1992**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 [1992]. Já os trabalhos considerados de sociologia histórica e que focam o processo de democratização são também em grande quantidade. Os estudos hoje tratados como clássicos são, principalmente: LIPSET, Seymour M. **Political Man**. London: Heinemann, 1960; MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1966]; O'DONNELL, Guillermo. **Modernization and bureaucratic authoritarianism**. Berkeley: University of California Institute of International Studies, 1973.

<sup>36</sup> A tentativa de reconstrução da área de sociologia histórica mostra, além de uma infinidade de perspectivas distintas, uma reação crítica aos usos tradicionais da história pela sociologia, além de uma tentativa de afastar a sociologia daquelas práticas presentistas que dominavam o cenário de pesquisas sociológicas norte-americanas. Como o foco da presente pesquisa não se fundamenta na sociologia histórica cabe a indicação bibliográfica que trata especificamente do problema. Neste caso, consideradas como as principais propostas de classificação e sistematização dos trabalhos de sociologia histórica, estão: MULHALL, Terry e MORAIS, Jorge V. Mapeando o reino da sociologia histórica: reflexões acerca do modelo teórico-metodológico de Theda Skocpol, 1998. Disponível em: [www.clacso.edu.ar/~libros/anpocs/Terry.rtf](http://www.clacso.edu.ar/~libros/anpocs/Terry.rtf). Acesso em: 30 de set. de 2003; SZTOMPKA, Piotr. **A Sociologia da Mudança Social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

passagem em que Norbert Elias (2006, p. 155) afirma como se opõe ao uso de uma história tradicional:

As teorias erguidas em torno de conceitos tais como 'sistema social' são ilustrativas: reduzem os processos de mudanças estruturadas e direcionais de longa duração – aos quais se aplica o conceito de desenvolvimento e dos quais são exemplos a industrialização, a burocratização, a cientifização, a urbanização ou mesmo os processos de construção de Estados e nações – a um estado imutável, uma condição permanente. Nesse contexto, as mudanças são percebidas, no máximo, como um fluxo não-estruturado, como 'história'.

Contudo, as semelhanças permanecem aqui. À medida que se aprofunda na proposta teórico-processual de Norbert Elias, mais nítido se torna o distanciamento entre suas propostas e as propostas denominadas como sociologia histórica<sup>37</sup>. A história, de acordo com Elias, é indispensável para qualquer sociólogo compreender os problemas do presente. Mas, as perguntas que os sociólogos devem fazer ao passado devem estar fundamentadas em situações sociológicas anteriores, não em fatos históricos tradicionais. Assim, ao recuperar esta distinção Elias deixa clara, inevitavelmente, sua recusa em se autodefinir como um pesquisador da “sociologia histórica”, tal qual aqui se apresentou. Para Norbert Elias (2001a, p. 146)

[...] as gerações seguintes, que não compreendiam mais essa diferença, cujos conhecimentos e centros de interesse se limitavam a um presente bastante exíguo, chamaram mais tarde de 'sociologia histórica' essa maneira de visar as estruturas sociais do passado, os problemas sociológicos concernindo a fases anteriores da sociedade; mas trata-se de uma **designação enganadora**. Todos os sociólogos que citei [Marx e Comte] interrogavam o passado sobre assuntos não históricos, mas sociológicos. Compreendiam [...] o que é a dinâmica da sociedade. Viam, com mais ou menos lucidez, que não se pode explicar os problemas do presente e as estruturas das sociedades humanas caso os consideremos no espectro de um horizonte estreito, isto é, simplesmente como dados estáticos, como problemas e estruturas *hic et nunc* que podem ser analisadas da mesma maneira

<sup>37</sup> Tal afirmação é válida inclusive para trabalhos que expressamente atribuem a designação de “sociologia histórica”, com todas as suas respectivas subdivisões, à obra de Norbert Elias. Este é o caso de Sztompka (1998, p. 352-353) para quem a “sociologia figuracionista” de Elias deve ser considerada como sociologia histórica, e também o exemplo de Mulhall e Morais (1998, p. 8-9) que, além de subclassificarem a obra de Elias como “sociologia histórica interpretativa”, asseguram que o foco de sua obra recai sobre a “interpretação da ação dos agentes”. Para tais autores, o que interessa a Elias é compreender a “construção de sentidos que os atores sociais emprestam aos fenômenos sociais em diferentes culturas”. Como se verá, adiante, tentativa desastrosa essa de associar à sociologia processual de Elias tal denominação já que, para Elias, não há precedência da agência sobre a estrutura, mas uma constante e dinâmica codeterminação entre os mesmos (1993, 1994a, 1994b, 2008).

que problemas e estruturas físicas, ou seja, como se fossem reprodutíveis ao infinito, como se se tratasse de buscar leis eternamente válidas (grifo nosso).

Portanto, a sociologia processual de Elias não pode ser encaixada junto àquelas abordagens focadas sobre os processos sociais que se pautam na preponderância ora da agência, ora da estrutura (tal como apontado por Mulhall e Morais), simplesmente porque o foco de Norbert Elias para lidar com os processos sociais ao longo do tempo (e no presente) é a processualidade. Assim, sua sociologia, embora esteja ligada aos problemas sociológicos do passado, não visa construir generalizações teóricas a partir de experiências do passado (a partir de comparações e generalizações), nem procura desenvolver uma causalidade em torno do desenvolvimento dos processos sociais estudados ao longo do tempo. Não há o predomínio de um homem racional (com uma racionalidade predominante, baseada em uma “escolha racional”) na configuração dos processos sociais de acordo com Elias (1998). Na sociologia processual de Norbert Elias, não se trata de ligar um efeito a uma causa específica. Pode haver uma pluralidade de fatores que, simultaneamente, se apresentam como um fenômeno. Nesse mesmo sentido, Heinich (2001, p. 153)<sup>38</sup> sustenta que

[a partir do pensamento de Elias] não se está mais na geração mecânica de um efeito por uma causa, mas na ordem [...] da relação entre fenômenos interdependentes, submetidos a determinações recíprocas. É assim que, no modelo de Elias, ‘civilização’ e ‘descivilização’ não são, como alguns o supõem, as consequências opostas de uma mesma causa (a monopolização estatal da violência e do imposto), mas sim momentos heterogêneos que coexistem em um mesmo tempo: é preciso se afastar da explicação causal para poder restituir uma coerência geral que dá conta dos fenômenos descritos.

Pensar o atual processo de democratização em qualquer sociedade ocidental requer o retorno, inevitável, ao desenvolvimento de longo prazo que tais sociedades vêm enfrentando há pelo menos cinco séculos. Claro que cada sociedade atravessa tal movimento de ampliação democrática de forma diferenciada. As mudanças relacionadas à ampliação e transformação da distribuição de poder se configuram de formas variadas a partir da estrutura e das disposições sociais que cada uma delas apresenta em determinados

---

<sup>38</sup> HEINICH, Nathalie. **A sociologia de Norbert Elias**. Bauru: EDUSC, 2001.



períodos de tempo. Cada configuração nacional, e suas tendências culturais, se articulam diferentemente rumo à realização de algo que, deste ponto de vista, é comum a todas elas: o rearranjo e a luta constante entre forças e poderes nacionais em busca da constituição, ou da desconstituição, de instituições que assegurem a distribuição (ou concentração) de poder e a ampliação (ou restrição) da participação das pessoas. Esse é o aspecto comum a todas as sociedades ocidentais que se articulam em torno do atual processo de democratização.

Iniciar um estudo a partir deste ponto de vista requer que seu objeto, a participação contemporânea na redemocratização brasileira, seja compreendido a partir de um pressuposto básico: a sociologia dos processos, incluindo a sociologia dos processos de desenvolvimento democrático. Esta é, importa dizer, uma articulação mental e pedagógica inspirada na sociologia de Norbert Elias<sup>39</sup>.

Observar a democratização como um processo de longa duração mais amplo para as sociedades ocidentais envolve a adoção do que Norbert Elias denomina de modelos teóricos de desenvolvimento não planejado e de longa duração das sociedades<sup>40</sup> (ELIAS, 1997b). Desenvolvimento, neste caso, deve ser desconectado da ideia de progresso: ao longo do tempo, sociedades assistem e se envolvem em transformações (nas estruturas sociais e de personalidade). Tais mudanças não são planejadas, mas têm uma direção. A questão que se coloca, para a sociologia, é saber que tipo de transformações elas efetivamente representam e como se pode explicá-las. O ponto específico da sociologia é tentar compreendê-las e explicá-las, e não julgar se tais transformações são melhores ou piores. Somente assim

---

<sup>39</sup> Na obra de Norbert Elias pode ser encontrada toda a articulação em torno da ideia de uma sociologia dos processos. Trata-se de um conceito nuclear que perpassa praticamente toda sua obra. Para aprofundar estudos sobre este conceito, ver: ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios 1: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; \_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a; \_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993; \_\_\_\_\_. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008; \_\_\_\_\_. "Towards a Theory of Social Processes: a translation". **British Journal of Sociology**, vol. 48, nº 3, p. 357-383, 1997b. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/591135>. Acesso em: 03/09/2011.

<sup>40</sup> Para Norbert Elias (1997b, p. 370) "(...) theoretical models of long term unplanned development of societies".

poderemos, de acordo com Norbert Elias, perceber de forma ampla e próxima à realidade onde se inscrevem nossos objetos de pesquisa.

O estudo sobre a democratização que não leva em consideração um modelo teórico baseado na processualidade e na longa duração não revela, com clareza, o quanto as transformações institucionais recentes (ou a estrutura social, no entendimento de Elias) efetivamente resultam em mudança e ampliação da participação democrática (no sentido da distribuição de poder). Para Norbert Elias (1997b, p. 371-372),

[...] sem o empenho na busca de tais modelos não se pode descobrir se, e em que medida, é possível observar nas transformações das sociedades humanas, vistas sob uma perspectiva de longa duração, determinadas estruturas de sucessão e desintegração (como determinadas direções ou tendências persistentes de longo prazo que, apesar de todas as transformações, se deixam observar). [...] Só quando se puder definir e esclarecer melhor o que constitui atualmente essas estruturas de desenvolvimento não planejado de maior abrangência e, com elas, o jogo e contrajogo das tendências dominantes de longo prazo e de suas contratendências (que, por sua vez, e sob certas circunstâncias se tornam dominantes), só então poderão ser elaborados [...] modelos que indiquem, afinal, em que direção seu desenvolvimento pode continuar.

Esses modelos teóricos podem auxiliar as pesquisas a partir do ponto de vista da mudança. Isto é, pensar as sociedades através daquilo que é comum a todas elas: a transformação constante. O que há de certo, de acordo com a sociologia que Norbert Elias desenvolve, é a propensão à mudança nas sociedades humanas. Elias escreve e pesquisa de forma a se contrapor às teorias que enfatizam a fixidez como algo estrutural e “normal” nas sociedades humanas. Para estas teorias, qualquer elemento de mudança significa anomalia. Para Norbert Elias, a primeira constatação deve ser a de que há uma propensão à mudança, denominada como “*immanent impetus towards change*” (Elias, 1997b, p. 371). Assim, o autor aposta na ideia de que a sociologia passe a repensar a reprodução de cada estrutura social a partir desse ímpeto à mudança. Em sequência, que os estudos sociológicos passem a considerar que determinadas estabilidades sociais sejam encaradas como impedimentos temporários ao transcurso da mudança social.

Quando se passa a considerar a democratização a partir desse pressuposto, qual seja, o de que há certas mudanças estruturais que apresentam uma mesma direção para as sociedades, “[...] significa que o

equilíbrio de poder se inclinou até certo ponto a favor daqueles que anteriormente eram considerados plebeus” (Elias, 2008, p. 68). Essa mudança no equilíbrio de poder, que atravessa as relações entre pessoas desde o século XVII pela Alemanha, Inglaterra e França, é constatada por Elias como um processo mais amplo de transformação social que reflete as lutas interdependentes de diversos segmentos e setores pela configuração de novos espaços de poder.

O aumento da complexidade de funções, e de especializações, leva ao aumento consequente do grau de dependência entre as pessoas (crescente especialização e aumento na diferenciação social das pessoas). E tais transformações sociais geram, inevitavelmente, processos de mudança relativa na distribuição de poder entre governantes e governados (ELIAS, 2008).

Nesse sentido, Norbert Elias analisa a democratização pela qual passa a atual sociedade ocidental como um processo de longo prazo que se estabeleceu como resultado dos constantes conflitos e consequentes mudanças em torno das novas configurações, das novas funções sociais e das lutas pelo estabelecimento de novas posições sociais diversificadas. Para este autor (Elias, 2008, p. 70),

[...] as sociedades governadas oligarquicamente pelos privilegiados hereditariamente se transformaram em sociedades governadas por representantes revogáveis de partidos políticos de massas. A alteração no equilíbrio interno de poder é sintomática da transformação global da sociedade.

Ou seja, o que Elias quer ressaltar com tal passagem é que a mudança na distribuição de poder, no sentido de oligarquias passarem à condição de democracias, só foi possível porque houve uma transformação global nas relações interdependentes entre todas as camadas sociais.

Mais do que uma alteração específica e singular de uma dada realidade social, Norbert Elias enfatiza que a democratização das sociedades ocidentais reflete, assim, um processo de longo prazo que permite ao pesquisador observar o que há de recorrente nas relações humanas: a mudança e a flexibilidade das posições sociais.

Alguns elementos acompanham, de forma ampla e global, os processos nacionais que se desenvolvem rumo à democratização. Em primeiro lugar, está a redução das diferenças de poder entre governantes e governados. A ampliação do direito de voto foi a representação mais clara desta redução de diferenças de poder. Como afirma Elias (2008, p. 71),

[...] o alargamento legal do direito de voto, muitas vezes contra uma forte resistência, foi a consequência institucional manifesta da mudança latente na distribuição de poder relativamente a estratos mais alargados. [...] Nenhuma delas [das mudanças na textura das relações humanas] se manteve inteiramente sem canais institucionais através dos quais podiam exercer pressão, direta ou indiretamente, sobre os governos e, nalguns casos, podiam influenciar nas escolhas para os cargos públicos governamentais. O aparecimento de organizações de massas de carácter partidário e político nos séculos XIX e XX foi simplesmente uma manifestação desta redução limitada das diferenças de poder entre governantes e governados.

O segundo elemento que acompanha esta mudança relativa na distribuição de poder e, conseqüentemente, a ampliação do processo de democratização, é a redução das diferenças de poder entre os diferentes estratos sociais.

As transformações que ocorrem ao longo dos tempos nas funções que determinados grupos sociais exercem uns sobre os outros geram posições e funções sociais diferenciados. Como exemplo, Elias (2008) cita a redução nas diferenças de poder entre os nobres proprietários de terras em relação aos seus aldeões (exerciam grande poder), e entre os industriais atuais e seus trabalhadores (exercem menos poder sobre trabalhadores porque dependem mais destes).

Certos grupos sociais sofrem reduções no âmbito de suas funções (alguns deles perdendo-as inteiramente). Norbert Elias (2008, p. 72-73) denomina tal perda de funções como “perda de poder potencial”:

Geralmente designamos esta tendência pelo conceito de ‘democratização funcional’. Este não se identifica com a tendência para o desenvolvimento da ‘democracia institucional’. Refere-se a uma alteração na distribuição social do poder, e por isso pode manifestar-se de várias formas institucionais, tanto em sistemas de partido único como em sistemas pluripartidários.

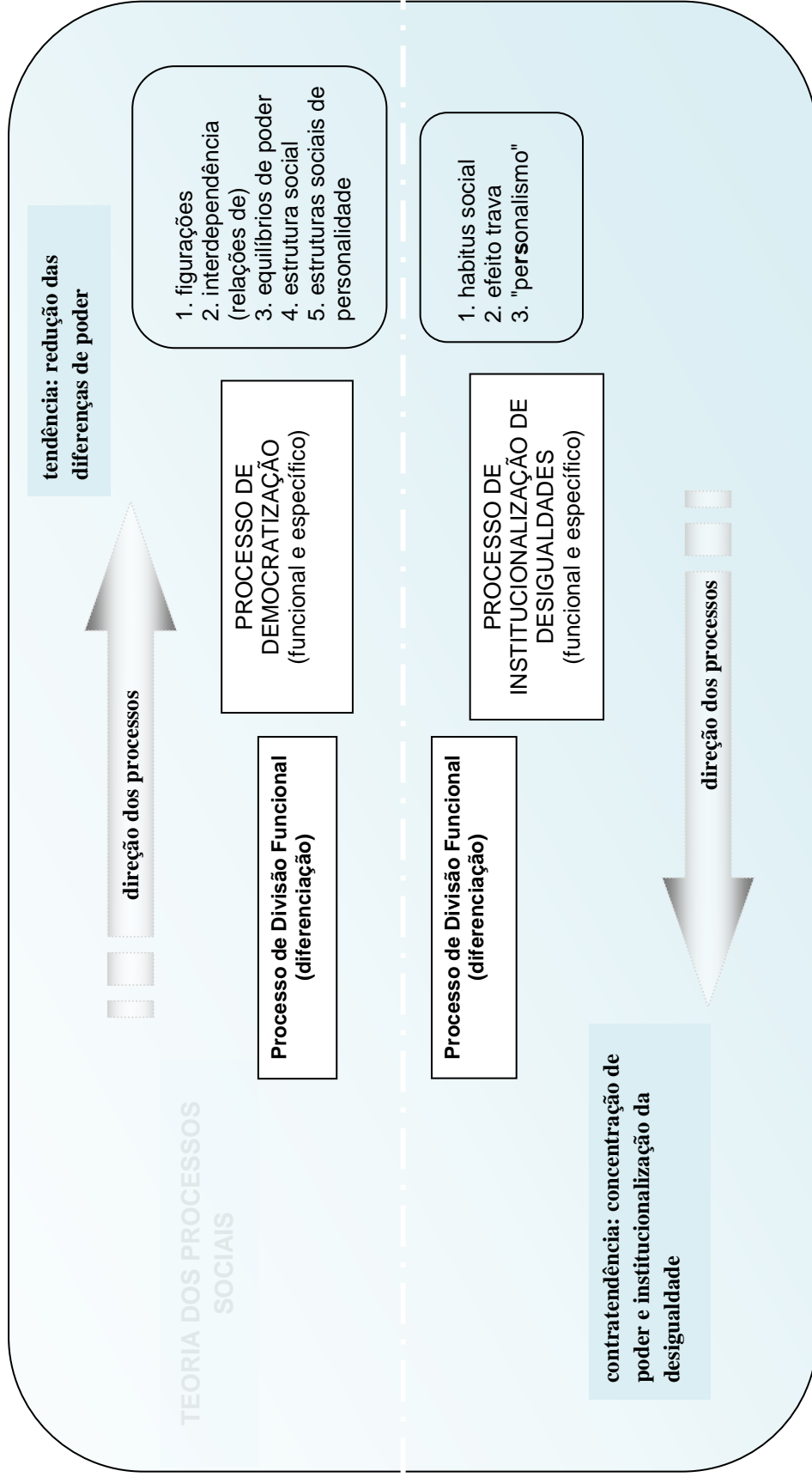
Por fim, Elias aponta para o terceiro elemento que marca esta mudança relativa na distribuição do poder como resultado de um processo

mais amplo de transformações sociais globais: a transformação de todas as relações sociais num sentido de maior grau de dependência multipolar recíproca e de um maior controle. Para Elias (2008, p. 73) “[...] devido às funções especializadas todos os grupos de indivíduos se tornam cada vez mais funcionalmente dependentes de um número cada vez maior de pessoas”. As relações sociais que se estabelecem estão cada vez mais interdependentes. Isso faz com que o pesquisador, na opinião de Elias, deva construir suas análises a partir do pressuposto de que há funcionalidade e flexibilidade emoldurando as várias formas de relações sociais. Portanto, a inclusão nesse processo de democratização funcional confere, aos grupos participantes, posição de superioridade em relação aos que não participam. Como salienta Elias (2008, p.74),

[...] tornar-se superior entre elas [configurações em constante mudança] é uma democratização funcional, um estreitamento [encurtamento] das diferenças de poder e de desenvolvimento para com uma distribuição mais igual de oportunidades de poder. [...] Ela [democratização funcional] penetra em toda a gama de vínculos sociais, embora haja impulsos que se dirigem simultaneamente contra esta tendência.

Mesmo que haja um processo de mudança social global que caminha no sentido de uma ampliação da distribuição de poder, cada uma das sociedades, com suas especificidades, apresenta um processo especial de democratização (Elias, 1997b, 2006, 2008). São processos específicos que ocorrem dentro de, e apesar de, uma direção mais ampla. Assim, voltamos à ideia de tendências e de contratendências, que operam nos processos de democratização.

## ESQUEMA TEÓRICO\*



\*Trata-se de um esboço simplíssimo de construção sintética e pedagógica a partir dos escritos de Norbert Elias sobre a teoria sociológica dos processos sociais. Tal esquema traz os principais elementos, sobre teoria dos processos, contidos em trabalhos diferenciados de Norbert Elias que abordam o tema. O esquema não explica propriamente a teoria, mas auxilia na organização de conceitos espalhados por diferentes obras que ajudam a explicar o objeto de estudo da pesquisa. O conceito de personalismo entra como variante específico da sociedade brasileira.

## CAPÍTULO 2

### PROCESSOS SOCIAIS E HISTÓRIA PROCESSUAL: SIMILITUDES E DIVERGÊNCIAS ENTRE NORBERT ELIAS E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

#### 2.1 A TEORIA DOS PROCESSOS SOCIAIS EM NORBERT ELIAS

Como descrito ao final da Introdução, o capítulo atual propõe aprofundar as teses processuais em Elias e Sérgio Buarque de Holanda. No lugar de explicações causais, unilineares e sem uma dimensão simbólica (estrutura de personalidade), os dois autores, embora escrevendo a partir de campos disciplinares diferentes, optam pela processualidade como parâmetro para apreender as transformações que ocorrem na realidade social, no desdobrar do tempo. Trata-se, inicialmente, de examinar como Norbert Elias formula sua teoria dos processos sociais para, em seguida, apontar as origens e desdobramentos da noção de processos históricos em Sérgio Buarque de Holanda. Ao final, a ideia é apontar as similitudes contidas nas noções processuais dos dois autores: a opção pela adoção de uma noção de **transitoriedade** (fluidez) das relações sociais (em vez de relações estáticas), a preferência por tratar os **pares de conceitos opostos como flexíveis** (em vez de tipos sociais fixos), a constatação de que os processos são **reversíveis**, e a adoção de uma perspectiva de **simultaneidade** em relação às interações sociais (em vez de causalidade)<sup>41</sup>. Ao final, a seção apresenta a principal diferença entre os dois autores, no que diz respeito à processualidade em cada um: o acentuado valor que Sérgio Buarque de Holanda colocava na dimensão espacial – a urbanidade – como fator de mudança da mentalidade cordial. É aí que Norbert Elias pode auxiliar resgatar o conceito de personalismo: não mais como singularidade cultural, mas como componente de um fundo social de conhecimento que é acessado por todos os membros (de diversas camadas sociais) quando se faz necessário. É esse compartilhamento de conhecimento coletivo que deve ser o ponto de partida para se conhecer determinada sociedade (ELIAS, 1998).

---

<sup>41</sup> O quadro 1 (página 85) sintetiza tais similitudes nos dois autores.

Assim, a proposta de processo social para Elias parte da noção de transitoriedade como característica fundamental das interações entre os humanos. Norbert Elias afirma que em vez de o observador social se fiar à fixidez dos atos humanos para tentar se aproximar da realidade social investigada, deve buscar realizar o oposto: se aproximar da mudança contínua, da transitoriedade - movimentos típicos das relações entre seres vivos. O autor se baseou em dois pressupostos para desenvolver sua abordagem processual: (a) as transformações contínuas e complexas, sempre em curso nas diferentes sociedades, formam processos "[...] cujas direções específicas, embora não teleologicamente determinadas, seguem um fluxo e apresentam regularidades passíveis de observação" (RIBEIRO, 2010)<sup>42</sup>; e (b) e a preconcepção de que há uma interdependência recíproca entre os seres humanos, formando redes interdependentes que configuram os processos sociais.

Mas, o que são processos sociais? Para Norbert Elias (2006, 27-28),

[...] o conceito de processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração - ou seja, em geral não aquém de três gerações - de *figurações* formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas. Uma delas tem, geralmente, o caráter de uma ascensão, a outra o caráter de um declínio. Em ambos os casos, os critérios são puramente objetivos. Eles independem do fato de o respectivo observador os considerar bons ou ruins. Exemplos disso são: a diferenciação crescente e decrescente de funções sociais, o aumento ou a diminuição de capital social ou do patrimônio social do saber, do nível de controle humano sobre a natureza não humana ou da compaixão por outros homens, pertençam eles ao grupo que for.

Com isso, Norbert Elias quer evidenciar que da interdependência das ações e planos de vontade humanos resultam estruturas e processos não planejados. O processo civilizador, o processo de integração dos grupos sociais (de formação dos Estados), de divisão e diferenciação funcional e o processo da redução das diferenças de poder (democratização): todos esses exemplos de processos amplos e de longa duração resultam das relações interdependentes, e não planejadas, entre os seres humanos (ELIAS, 1997b).

<sup>42</sup> RIBEIRO, Luci Silva. **Processo e figuração**: um estudo sobre a sociologia de Norbert Elias. Campinas, 2010. 273 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.



A teoria dos processos sociais tem algumas características aqui didaticamente sintetizadas<sup>43</sup>. A primeira é o que Norbert Elias chama de "ordem imanente de etapas sociais" (2006, p. 197). O que está contido no próprio processo de desenvolvimento de etapas, em movimento diacrônico e contingencial, deve ser a fonte inicial da análise. O autor lembra que esta era uma preocupação presente já na sociologia do século XIX: tanto Marx quanto Comte colocaram, no centro de suas pesquisas, o problema da transformação da sociedade humana. Norbert Elias afirma que os dois autores (1997b, p. 357)

[...] unambiguously placed the problem of change in human society, or in other words, the immanent order of the sequence of societal stages at the centre of their research programmes. [...] This also reinforced the realization - in Comte as well as Marx - that current social relations are only one moment in a long-term-process, which leads from the past through the present and beyond it into the future.

Essa transitoriedade, ou transformação da sociedade ao longo de determinado período de tempo, é o foco original de onde parte Norbert Elias para a construção de seu programa de pesquisa. A tarefa da teoria dos processos sociais seria, de acordo com Elias, a reintrodução do problema das mudanças de longo prazo nas estruturas da sociedade e nas estruturas de personalidade das pessoas. Para Norbert Elias, passado, presente e futuro fazem parte de um contínuo diacrônico. Elias cita Max Weber como outro pesquisador de um programa de pesquisas que não adotava a separação entre passado e presente como referencial para a pesquisa social<sup>44</sup>. Em estudos

<sup>43</sup> Em todas as obras publicadas por Norbert Elias a teoria dos processos sociais por ele desenvolvida está presente. Claro que em algumas obras suas características são mais ressaltadas enquanto, em outras, aparecem como pano de fundo dos processos específicos que ganham dimensão e profundidade em suas análises. São apenas uma lembrança. A reunião das características aqui escritas é apenas uma tentativa didática de organizar os dispersos significados em variadas obras de Norbert Elias, principalmente: ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios 1**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006 (principalmente páginas, 21 a 34 - Conceitos sociológicos fundamentais -, páginas 197 a 231 - Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais - e páginas 69 a 89 - Estudos sobre a gênese da profissão naval); \_\_\_\_\_. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008; \_\_\_\_\_. **Norbert Elias por ele mesmo**. Jorge Zahar Editor, 2001; \_\_\_\_\_. "Towards a Theory of Social Processes: a translation". **British Journal of Sociology**, vol. 48, nº 3, p. 357-383, 1997b. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/591135>. Acesso em: 03/09/2011. A intenção, portanto, não é a de estreitar o conhecimento sobre a teoria de processos de Norbert Elias a estas obras e ao que aqui se denomina por características. Este é meramente um aspecto didático da tese que procura facilitar a compreensão, e o uso, da sociologia processual de Norbert Elias para o estudo de um objeto específico.

<sup>44</sup> Para Norbert Elias a história é diferente da sociologia na medida em que "[...] a sociologia não consiste [...] no estudo das sociedades contemporâneas, mas deve dar conta da

sobre a gênese do capitalismo Weber sempre se preocupou com questões do passado que se estendiam em estágios seguintes de desenvolvimento das sociedades por ele estudadas. Como aponta Norbert Elias (2006, p. 211),

[...] até onde se pode ver, ele [Weber] e seu círculo reconheciam claramente a relação com o presente de investigações do passado e a relação com o passado de investigações do presente. Não parece que os contemporâneos de Weber rubricassem como 'sociologia histórica' seus estudos sobre a gênese do capitalismo e de seu nexa com a ascensão de seitas protestantes em séculos anteriores. Hoje, ao contrário, a imagem se alterou. Como domínio de pesquisa, os problemas sociais do passado e do presente foram, em grande medida, cindidos.

Para Norbert Elias há uma sequência, ordenada, de etapas sociais que se desdobram ao longo do tempo, evidenciando ao pesquisador social que a única constância que envolve as sociedades humanas é a transitoriedade, ou mudança, nos processos sociais subsequentes.

Mas, como captar metodologicamente tal transitoriedade? Ao contrário dos tipos ideais weberianos criados, a partir de pares conceituais opostos, cujo objetivo era dar fixidez à complexidade das relações sociais que se tornavam objetos de estudo, Norbert Elias propõe pares conceituais opostos para dar flexibilidade na investigação dos processos sociais. Essa é a segunda característica da teoria processual de Elias: determinar oposições e tensões estruturais no interior de um movimento processual específico estudado.

Assim, pares conceituais como integração/desintegração, engajamento/desengajamento, civilização/descivilização, etc., indicam a transitoriedade das articulações do momento, ao mesmo tempo em que indicam rupturas, ou não, de fases ou de estágios do processo social

---

**evolução** de longa duração que permite compreender, por filiação ou diferença, as realidades do presente. Seu objeto é plenamente histórico, no sentido em que se situa (ou pode se situar) no passado, mas seu procedimento em nada é histórico, já que não diz respeito a indivíduos, supostamente livres e únicos, mas às posições que existem independentemente deles e às dependências que regulam o exercício de sua liberdade. Estudar não um rei em particular, mas a função de rei, não a ação de um príncipe mas a rede de pressões na qual ela está inscrita. Eis, segundo Elias, o próprio princípio de análise sociológica e a especificidade primordial que a distingue fundamentalmente da abordagem histórica" (grifo nosso). CHARTIER, Roger. Prefácio à *Sociedade de Corte*. In: ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, p. 07, 2001. É importante ressaltar que Norbert Elias reservou um capítulo inteiro em *Introdução à Sociologia* ("O problema da 'inevitabilidade' da evolução social") somente para especificar o que ele considera ser o conceito de evolução social. Uma abordagem que tenta estar livre da ideologia voluntarista e positivista (principalmente relacionada à ideia de progresso) que fundamenta as pesquisas sociais a partir do século XIX.

analisado. Além disso, tais pares conceituais são os responsáveis, dentro da pesquisa, pela indicação da direção (conceito de constância da direção)<sup>45</sup> que o processo analisado está adquirindo. Por isso, Norbert Elias acredita que (2006, p. 28-29)

[...] o emprego desses conceitos sociológicos de direção distingue-se, de modo característico, do emprego de conceitos históricos que são focados na apreensão de detalhes únicos e não direcionados da vida em conjunto dos seres humanos do passado. [...] Eles são imprescindíveis para a determinação de fases ou estágios de um processo social. Uma fase posterior é geralmente caracterizada pela imposição de uma estrutura social modificada e, especialmente, por uma **mudança decisiva nas relações de poder**, favorecendo determinadas posições sociais e desfavorecendo outras. [...] No processo de desenvolvimento da humanidade até agora, uma fase posterior frequentemente apresenta, em relação à fase anterior, uma ruptura na dominância decisiva de um centro de poder, cujos representantes anteriormente disputavam, sem chegar a uma decisão, com outros centros de poder (grifo nosso).

Em vez de se concentrar sobre os tipos encontrados em cada um dos polos que delimitam o processo analisado, Norbert Elias busca as tensões e conflitos que emergem no meio como parâmetro para sua pesquisa. Nesse sentido, pode-se afirmar que é "[...] inerente às peculiaridades dos processos sociais que eles sejam bipolares" (Elias, 2006, p. 28).

Uma terceira característica da teoria processual de Norbert Elias é a autonomia relativa dos processos sociais. Como fugir da armadilha sociológica e ideológica dos polos sociedade e indivíduo? Ora o indivíduo está acima da sociedade, em outros momentos é a sociedade que prevalece sobre as ações individuais. Nenhuma das duas vertentes, segundo Norbert Elias, auxilia no estudo da complexa realidade social. Em vez da oposição entre indivíduos e sociedade, Elias propõe repensar que tanto os processos sociais, quanto os seres humanos singulares<sup>46</sup>, assim como as ações dos diversos seres humanos, sejam elementos considerados inseparáveis na construção da

<sup>45</sup> Constância da direção é um conceito desenvolvido por Norbert Elias para mostrar que, embora não planejados, muitos processos sociais conservam uma mesma direção por muitos séculos.

<sup>46</sup> Como se verá adiante, Norbert Elias desenvolve o conceito de figurações para resolver este problema clássico nas ciências sociais de, teórica e metodologicamente, as pesquisas polarizarem a realidade social focando ora o indivíduo (como a sociologia compreensiva weberiana), ora a sociedade (como o materialismo histórico ou o fato social para Durkheim). Torna-se claro, à medida que Norbert Elias desenvolve seu conceito de figuração, que o seu interesse é ultrapassar essa polaridade permitindo que os estudos sociais se aproximem, ao máximo, da complexa realidade social sem desconsiderar a contingência e a pluralidade de atores que caracterizam os objetos estudados.

análise social pleiteada. Nem só o agente, nem apenas a estrutura: é do entrelaçar de pensamentos, sensações e ações que os seres humanos, sozinhos ou em grupos, configuram as transformações contínuas na convivência social (de longo prazo). Por isso, autonomia relativa: porque desses entrelaçamentos emergem mudanças, que não foram planejadas por um único indivíduo, mas que resultam da contínua interdependência que marca a convivência social entre os seres humanos. Para Norbert Elias (2006, p. 31),

[...] nenhum ser humano é um começo. Assim como o falar individual provém de uma língua já dada e específica de uma sociedade, assim também todas as outras ações individuais brotam de processos sociais já em andamento. Os próprios processos sociais possuem, sem dúvida, maior ou menor autonomia relativa frente a determinadas ações de seres humanos e das ações humanas. [...] Essa autonomia relativa dos processos baseia-se na vida em comum de uma pluralidade de seres humanos mais ou menos dependentes uns dos outros e que agem uns com os outros, ou uns contra os outros, de seres humanos que estão imersos em uma natureza não humana. [...] A autonomia relativa dos processos sociais baseia-se, em outras palavras, no contínuo entrelaçamento de sensações, pensamentos e ações de diversos seres humanos singulares e de grupos humanos, assim como no curso da natureza não humana. Dessa interdependência não contínua resultam permanentemente transformações de longa duração na convivência social, que nenhum ser humano planejou e que decerto também ninguém antes previu.

A sociologia processual possui uma quarta característica, que pode ser descrita como capacidade de reversão. Ao contrário dos processos biológicos de evolução, os processos sociais são reversíveis no sentido de que os impulsos que se direcionam a uma mudança específica podem dar lugar a movimentos contrários, da mesma forma que ambos podem ocorrer simultaneamente. Como exemplifica Norbert Elias (2006, p. 28)

[...] o primeiro surto de industrialização (ascensão ao estágio da produção industrial com máquinas e do operariado industrial) **andou de mãos dadas** com o declínio da produção artesanal e do artesanato enquanto grupo social; o segundo surto de industrialização (ascensão ao estágio da produção automática guiada por computadores, robôs etc., e de seus respectivos grupos profissionais), com o declínio da produção fabril anterior e das formas de prestação de serviços, assim como dos respectivos grupos profissionais (grifo nosso).

A continuidade dos processos biológicos de uma geração a outra está relacionada, inevitavelmente, à transmissão genética. As mutações genéticas, que não se influenciam por aprendizagem, constituem "[...] o ponto

de ataque para seleção mediante as lutas de eliminação" (Elias, 2006, p. 32). Isso, com relação aos processos biológicos, mas o que Norbert Elias propõe para o desenvolvimento e a continuidade dos processos sociais é outra coisa: para Elias (2006, p. 32),

[...] a continuidade do processo [social] é mediada pela transmissão do conhecimento especificamente social, adquirido mediante aprendizado na forma de símbolos sociais, sobretudo símbolos linguísticos, e sem dúvida em todos os domínios da vida. A continuidade intergeracional das unidades de subsistência humanas como um todo, por conseguinte tanto seus aspectos econômicos como de autorregulação, exige uma transmissão de conhecimento com o auxílio de símbolos linguísticos. [...] O ponto de ataque para a seleção [social], não são inovações genéticas, **mas inovações do conhecimento ou incapacidade para tais inovações em situações de mudança** (grifo nosso).

Assim, a continuidade dos processos sociais decorre da transmissão de conhecimento social (por meio dos símbolos linguísticos e de todos os domínios da vida) de uma geração a outra. Por isso, os processos de evolução biológica são irreversíveis (em função da transmissão genética não influenciável pelo aprendizado) e os processos de desenvolvimento social<sup>47</sup> são reversíveis (porque sua transmissão se dá mediante o aprendizado).

Mas, como bem salienta Norbert Elias, essa transmissão geracional do aprendizado, diretamente relacionada à continuidade dos processos sociais, deve ser reconhecida como o "[...] impulso imanente de mudança integral de toda estrutura social" (2006, p. 218). Já a imutabilidade temporária dessa sociedade ao longo do tempo decorre de um bloqueio (o que Norbert Elias denomina como efeito-trava) das transformações sociais, porque se relaciona com uma incapacidade das estruturas sociais, em determinadas situações específicas, de inovar o conhecimento social em contextos de mudança.

<sup>47</sup> Mais uma vez, deve-se deixar claro que o termo "desenvolvimento social" nas obras de Norbert Elias em nada se aproxima do que se convencionou significar como extensão mágica de progresso. Em vários momentos de diferentes obras Elias deixa claro que os estágios sucessivos que propõe estudar apresentam direções discerníveis, e não finalidades e nem objetivos definidos. Norbert Elias (2006, p. 33) afirma, por fim, que "[...] a representação de um progresso universal é, sem comparação, um mito, particularmente quando ligada à imagem de um estado final do desenvolvimento social. Faz parte das peculiaridades dos processos sociais que eles possuam direções, mas, assim como a natureza, não possuem nem objetivo nem fim. Estes poderiam ser alcançados se os seres humanos, como humanidade, conseguissem algum dia chegar a um acordo sobre eles". E mais: Elias (1997b, p. 362) afirma que "[...] o descrédito do conceito de desenvolvimento social nas ciências sociais está associado à crença em um progresso inevitável".

Assim, passamos à quinta característica diretamente relacionada à sociologia processual: recorrer ao pressuposto de que a continuidade dos processos sociais está, sempre, associada a tendências (direções) ou contratendências mais abrangentes e não planejadas, verificáveis no longo prazo (ELIAS, 1993; 1994; 1997b; 2001; 2006). Norbert Elias indica vários exemplos de processos (com suas tendências e contratendências) que têm se desenvolvido em diversas sociedades humanas, sobretudo as ocidentais, ao longo do tempo: (a) o processo de crescente divisão social de funções (também chamado de crescente diferenciação social), (b) o processo de integração das unidades sociais - ou formação dos Estados, (c) o processo civilizador, (d) o processo de ajuste dos meios de orientação aos símbolos (como os meios de orientação, comunicação e controle), entre outros. Todos esses processos não foram planejados (pela ação consciente de indivíduos), mas possuem direções ou tendências discerníveis no longo prazo. E, para cada uma das tendências que se estruturam por um determinado período de tempo, emergem possíveis contratendências que se impõem, parcial ou totalmente, sobre as tendências iniciais.

Uma das principais tendências de transformações ocorridas em sociedades humanas ocidentais estudadas por Norbert Elias é a crescente divisão social de funções (redução das diferenças de poder junto a uma crescente especialização de funções<sup>48</sup> sociais). Sinteticamente, Norbert Elias define assim essa grande tendência (2006, p. 219),

[...] na tradição das ciências sociais, apenas um de seus aspectos foi discutido e investigado, a crescente divisão de trabalho. Mas, a questão é muito mais abrangente. [...] Em termos sociológicos, é [...] mais adequado falar de uma tendência a uma crescente divisão de funções ou, de maneira mais geral, de uma diferenciação crescente

---

<sup>48</sup> O conceito de função social em Norbert Elias traz peculiaridades em relação ao significado de função que o estrutural-funcionalismo desenvolveu. Para Elias (2008, p. 84) "[...] o conceito de função deve ser compreendido como um conceito de *relação*. Só podemos falar de funções sociais quando nos referimos às interdependências que constroem as pessoas, com maior ou menor amplitude. [...] A dificuldade em utilizarmos o conceito de função como uma qualidade de uma unidade social singular é simplesmente o fato de ele omitir a reciprocidade, a bipolaridade ou a multipolaridade de todas as funções. É impossível compreendermos a fundo o que A desempenha relativamente a B, sem atendermos à função que B desempenha relativamente a A. Isto é o que se pretende dizer quando se afirma que o conceito de função é um conceito de relação. [...] Compreender deste modo o conceito de função demonstra a sua relação com o poder dentro do quadro das relações humanas. Pessoas ou grupos que desempenham funções recíprocas exercem uma coerção mútua".

nas sociedades e da correspondente especialização crescente de posições e funções sociais atribuídas aos seres humanos singulares.

A tendência de crescente divisão social de funções resultou em processos sociais caracterizados por relações de três tipos principais: (a) relações que reduzem as diferenças de poder entre governantes e governados, (b) relações que reduzem as diferenças de poder entre os diferentes estratos sociais e (c) relações que aumentam funcionalmente a "dependência multipolar recíproca" entre um número cada vez maior de pessoas.

Por outro lado, Norbert Elias afirma que concomitantemente ao desenvolvimento dessas tendências ou direções rumo à redução das diferenças de poder, emergem contratendências. No caso da crescente especialização de funções sociais, a contratendência apresenta-se como uma desfuncionalização de especializações existentes, observada no desenvolvimento de determinada sociedade.

Já no caso das reduções de diferenças de poder, as contratendências observadas seriam no sentido de concentração de poder e a conseqüente institucionalização (ou manutenção) da desigualdade entre os estratos sociais (ELIAS, 2006).

A análise da direção dos processos sociais proposta por Norbert Elias não pode ser realizada a partir de conceitos tradicionais que marcam a construção de alguns paradigmas sociológicos, tais como sociedade em oposição a indivíduo (estrutura *versus* agente), sociedade civil *versus* Estado, "nova sociedade civil", participação popular, participação cidadã, participação deliberativa, entre outros.

A análise de qualquer processo social, sejam aqueles que rumam em direção à maior democratização (com a redução das diferenças de poder), ou aqueles processos que se encaminham em direção contrária (de institucionalização das desigualdades), requer conceitos capazes de se aproximar da realidade social e de se afastar da polarização arbitrária e intelectual entre indivíduo e sociedade (ELIAS, 2001; 2006).

De acordo com Norbert Elias (2001, p. 148) o conceito de figuração<sup>49</sup>,

---

<sup>49</sup> Verifica-se, em diferentes obras de Norbert Elias, uma alternância entre os conceitos de figuração e configuração. Em seus textos iniciais, tais como *A Sociedade dos Indivíduos*

[...] foi criado expressamente para superar a confusa polarização das teorias sociológicas em teorias que colocavam o 'indivíduo' acima da sociedade e outras que colocavam a 'sociedade' acima do indivíduo. Essa polarização das teorias sociológicas correspondia ao eixo principal das lutas de convicções e de interesses na sociedade.

O conceito de figuração em Norbert Elias requer que o pesquisador observe a realidade social a partir do pressuposto de que nenhum indivíduo está isolado das relações de interdependência que moldam a sociedade, nem o próprio pesquisador.

Norbert Elias afirma que o procedimento do autodistanciamento<sup>50</sup> - o procedimento intelectual de uma pessoa se ver como uma entre outras - é necessário ao pesquisador para que ele seja capaz de reconhecer a sociedade como uma figuração constituída de homens interdependentes, ele próprio alguém que se posiciona e interage constantemente.

---

[1936], *A Sociedade de Corte* [1933] ou *O Processo Civilizador I e II* [1939], o autor opta pelo conceito de configuração. No livro *Introdução à Sociologia* [1970] Elias tem o cuidado de reservar uma seção inteira de um capítulo (intitulado Características Universais da Sociedade Humana) para refinar o conceito de configuração. Norbert Elias (2008, p. 142) entende configuração como "[...] o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores - não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários". Posteriormente, já no final de sua vida [1986] Elias recebe um convite para escrever, de forma sintética, sobre seus conceitos fundamentais. Em formato de verbetes (publicados em um léxico de sociologia alemão) Norbert Elias escolhe os conceitos de *figuração*, *civilização* e *processos sociais* como aqueles que melhor expõem seus pensamentos e sua sociologia (NEIBURG, Federico e WAIZBORT, Leopoldo, 2006). Por este fator, pelo respeito à opção de Elias por este conceito (figuração) em texto publicado tão próximo de sua morte, a presente pesquisa o adotará como referência para suas análises. NEIBURG, Federico e WAIZBORT, Leopoldo. Apresentação. In: ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaio 1**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 07-20, 2006.

<sup>50</sup> O procedimento do 'autodistanciamento' como impositivo aos pesquisadores das ciências sociais traz, além da constatação de que o pesquisador é mais um agente na figuração que analisa, a transparência quanto aos ideais ideológico-políticos que fundamentam pesquisas sobre o processo de democratização em diferentes sociedades. Para Norbert Elias (2001, p. 147) "[...] esse modelo teórico então elaborado correspondia igualmente a meu desejo de demonstrar - não apenas com a ajuda de conceitos gerais, mas com resultados de pesquisa tangíveis - que é possível desenvolver teorias sociológicas que não mais se inscrevem no leque dos partidos políticos e dos ideais sociais da época". Por isso, deve-se suspeitar das recentes pesquisas sobre a "democratização deliberativa" que ocorre em instituições como conselhos de saúde e demais instituições ditas participativas no Brasil, cujos fundamentos estejam assentados em explicações como "governos de esquerda são mais propensos à democratização", ou faltou "vontade política" às autoridades para implementar uma gestão mais democrática.



Com isso, o pesquisador consegue avançar entre as polarizações ou o 'indivíduo' (atomismo sociológico) ou a 'sociedade' (coletivismo sociológico). Para Norbert Elias (2001, p. 149),

[...] caso se chegue a efetuar o procedimento do distanciamento, ficasse em condições, nos degraus da escada em espiral da consciência, de se reconhecer a sociedade como uma figuração constituída de numerosos indivíduos fundamentalmente interdependentes, ou seja, tributários e dependentes uns dos outros; só então se é capaz de superar intelectualmente a polarização entre indivíduo e sociedade.

O conceito de figuração também é importante porque Norbert Elias, ao desenvolvê-lo, procura romper, metodologicamente, com dois polos opostos nas pesquisas sociais: de um lado, as tipologias puras e sua fixidez congelada nos tipos-ideais e, por outro, a dialética com suas possibilidades de alteração a partir das próprias contradições internas. Com o conceito de figuração Norbert Elias cede espaço para a mudança, para o inesperado, para o que é transitório, e para a perspectiva de análise de múltiplas características (o estudo daquilo que está entre os tipos ideais). As figurações de seres humanos são, por suas características culturais que se moldam ao longo dos séculos, sempre singulares e modificáveis. Diferentemente de outras figurações (de estrelas, de plantas e de animais), as figurações humanas são singulares, flexíveis, reversíveis e determinadas pela transmissão de conhecimentos de uma geração a outra (ELIAS, 2006).

A grande novidade que Norbert Elias traz para as ciências sociais com o conceito de figuração se relaciona com a forma como agência (homens) e estrutura (sociedade) se codeterminam, flexivelmente. O ser humano individual, ou singular, participa de estágios sucessivos ao longo do tempo em que ingressa no "[...] mundo simbólico específico de uma figuração já existente de seres humanos" (Elias, 2006, p. 25). Para Norbert Elias, as figurações de seres humanos têm uma peculiaridade que deve ser levada em consideração quando se espera analisar as relações sociais e os processos que se desdobram em diferentes sociedades: os símbolos sociais (linguagem e regras não escritas) que são socialmente apreendidos<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Para Norbert Elias (2006, p. 25) "[...] às quatro dimensões espaço-temporais [tempo, espaço, largura e profundidade] indissolivelmente ligadas se soma, no caso dos seres humanos, uma quinta, a dos *símbolos socialmente* aprendidos. Sem sua apropriação, por exemplo, sem o aprendizado e uma determinada língua especificamente social, os seres humanos

Para Norbert Elias (2006, p. 26),

[...] as sociedades humanas não são simplesmente um aglomerado cumulativo dessas pessoas. O convívio dos seres humanos em sociedade tem sempre, mesmo no caos, na desintegração, na maior desordem social, uma forma absolutamente determinada. É isso que o conceito de figuração exprime. **Os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas.** Diferentemente das configurações de outros seres vivos, essas figurações não são fixadas nem com relação ao gênero humano, nem biologicamente. [...] Essas figurações possuem peculiaridades estruturais e são representantes de uma ordem de tipo particular, formando, respectivamente, o campo da investigação de um ramo da ciência de tipo particular, as ciências sociais em geral e, também, a sociologia (grifo nosso).

Ao desenvolver o conceito de figuração Norbert Elias busca eliminar a ideia da fixidez das relações humanas, trazendo a mudança como elemento chave para a análise das relações entre seres humanos, ao mesmo tempo em que supera a polarização entre estruturas sociais e seres humanos. Em qualquer processo social, há uma coemergência entre as ações interdependentes de seres humanos e suas respectivas figurações. Se os seres humanos singulares modificam suas ações ao longo do tempo, também transitórias e modificáveis são as suas figurações correspondentes. Nas palavras de Norbert Elias (2006, p. 26-27),

[...] os seres humanos singulares convivem uns com os outros em figurações determinadas. Os seres humanos singulares **se transformam. As figurações que eles formam uns com os outros também se transformam.** Mas as transformações dos seres humanos singulares, e as transformações das figurações que eles formam uns com os outros, apesar de inseparáveis e entrelaçadas entre si, são **transformações em planos diferentes e de tipo diferente.** [...] Um ser humano singular pode possuir uma liberdade de ação que lhe permita desligar-se de determinada figuração e introduzir-se em outra, mas se e em que medida isto é possível **depende de fato das peculiaridades da figuração em questão.** As mesmas pessoas também podem formar umas com as outras diferentes figurações (os passageiros antes, durante e, possivelmente, depois de um naufrágio; burgueses e nobres antes, durante e depois da Revolução). Inversamente, diferentes seres

---

não seriam capazes de se orientar no mundo, nem de se comunicar uns com os outros. [...] O crescimento de um jovem em figurações humanas, como processo e experiência, assim como o aprendizado de um determinado esquema de autorregulação na relação com os seres humanos, é condição indispensável do desenvolvimento rumo à humanidade". Regras sociais não escritas, um tipo específico de símbolo social aprendido, são aspectos importantes presentes em toda e qualquer figuração. Algumas regras sociais (ou tendências constrangedoras) são apreendidas e sucessivamente realizadas de geração em geração sem que os seres humanos imersos em figuração tenham consciência sobre tais formas sociais de regulação.

humanos singulares podem formar figurações similares, com certas variações (famílias, burocracias, cidades, países) (grifo nosso).

Cabe, aqui, uma breve colocação sobre a relação entre o conceito de figuração e o conceito de estrutura<sup>52</sup> social em Norbert Elias. Como bem salienta Stephen Mennell, as figurações são formas de estruturas sociais, mas num sentido muito diferente daquele proposto pelo estruturalismo. Para Levi-Strauss, a partir de casos particulares, observa-se o geral (que cobre todas as singularidades e, por isso, não pode ser associado a nenhum deles isoladamente). Assim, o geral, ou o todo, assume a posição de referência invariante.

Portanto, a potência explicativa está na invariância (Levi-Strauss, 2004) e não na contingência ou mudança. São as leis gerais, mas ocultas, que evidenciam as constantes explicativas (Levi-Strauss, 2012, 1967). O que importa para Levi-Strauss é estudar a constância por meio de regras que se apresentam independentemente de indivíduos isolados ou grupos. Por trás da aparente diversidade e do caos, deve-se buscar a constância que fundamenta o todo que é a estrutura social.

Para Norbert Elias o conceito de figuração vem para a teoria processual no intuito de reforçar a ideia de que as sociedades humanas (ou seu objeto de estudo) devem ser analisadas a partir de atitudes sincrônicas e diacrônicas.

A atitude sincrônica do pesquisador privilegia a análise do objeto em si, relacionado apenas com o que lhe pode ser pertinente, com uma postura de fixidez e imobilidade ao longo do tempo. Já a reação diacrônica traz, subjacente, o pressuposto de que em qualquer análise que se faça a mudança deve ser privilegiada. As figurações em Elias são quase incompletas, no sentido de que estão sempre prontas para transformações que emergem das relações interdependentes entre os homens (privilegiando a instabilidade, a imprevisibilidade).

---

<sup>52</sup> Para aprofundar sobre os temas, ver LEVI-STRAUSS, Claude. **Anthropologie Structurale Deux**. Paris: Plon, 1967; \_\_\_\_\_. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, 2012 [1958]; \_\_\_\_\_. **O Cru e o Cozido** (Mitológicas v. 1). São Paulo: Cosac & Naify, 2004; MENNELL, Stephen. 'Individual Action' and its 'social' consequences in the work of Norbert Elias. In: KORTE, H.; GOUDSBLOM, J.; GLEICHMANN, P.; (org.). **Human Figurations: essays for Norbert Elias**. Amsterdam: *Amsterdams Sociologisch Tijdschrift*, pp. 99-109, 1977.

Como argumenta Mennell (1977, p. 100),

[...] como o efeito de uma pedra jogada sobre a água do rio, as consequências das ações dos homens vão ondulando através da sociedade até se perderem de vista. Seus efeitos são sentidos, não ao acaso, mas de acordo com a estrutura da figuração na qual eles estão enredados [enmeshed], por pessoas que podem ser completamente desconhecidas umas para as outras e ignorantes de sua mútua interdependência (tradução nossa).

Portanto, para Norbert Elias, além da dimensão espacial e sincrônica (que denotam mais fixidez), outras dimensões diacrônicas (tempo, linguagem e regras sociais não escritas) devem ser utilizadas complementarmente na análise figuracional e processual sobre as sociedades humanas. Em vez da fixidez, Norbert Elias (1994b, p. 35) enfatiza a mudança: "[...] as relações interpessoais nunca podem ser expressas em simples formas espaciais. [Devemos] imaginar a rede em constante movimento, como um tecer e destecer ininterrupto das ligações".

Assim, pode-se passar a outro conceito de extrema relevância para a sociologia processual: rede de interdependências. Como é possível que a existência simultânea de muitas pessoas dê origem a algo que nenhuma delas, isoladamente, tencionou promover - a sociedade? Para Norbert Elias (1994b, p. 22-23), entre o "todo" - a estrutura social interdependente - e as "partes" - as pessoas - existe o que ele denomina de "ordem subjacente e oculta", que pode ser assim sintetizada:

[...] numa palavra, cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços **invisíveis**, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependente de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu, desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de **relações móveis** que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal. [...] Essa rede de funções no interior das associações humanas, essa ordem invisível em que são constantemente introduzidos os objetivos individuais, não deve sua origem a uma simples soma de vontades, a uma decisão comum de muitas pessoas individuais. [...] Por baixo de acordos cumulativos há, entre as pessoas, uma ligação *funcional* preexistente que não é apenas somatória. [Cada uma dessas funções] está relacionada com terceiros; [...] Em virtude desta inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo

cumpram suas finalidades. Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras, a ela e nada mais, que chamamos 'sociedade' (grifo nosso).

Essa extensa, mas fundamental, passagem de um dos primeiros escritos de Norbert Elias sobre a relação indivíduo-sociedade<sup>53</sup> reafirma um dos principais pressupostos da sociologia processual: a única constância que cerca a realidade social é a mudança constante. A pergunta "por que as pessoas agem como agem" não pode ser respondida com base nos elementos invariantes e universais depositados no inconsciente dos sujeitos, como o queria Levi-Strauss (LEPINE, 1974)<sup>54</sup>. As pessoas vivem e aprendem em rede interdependente. Os laços que as unem podem ser opacos, mas as regras que conformam as relações móveis e flexíveis onde convivem são introjetadas em seu caráter. A ordem subjacente, sempre relacionada às figurações específicas, está atrelada diretamente à rede interdependente de funções sociais desempenhadas por pessoas aparentemente isoladas umas das outras. Ordem esta que está intrinsecamente imbricada na própria rede funcional de dependências.

Essa rede interdependente, e não um "inconsciente universal", permite a construção de **acordos cumulativos** entre as pessoas, que variam de figuração para figuração, não sendo fixos e sem tensões. Como afirma Elias (1994b, p. 22) "[...] não foi com base na livre decisão de muitos, num **contrato social**, e menos ainda com base em referendos e eleições, que a atual rede funcional complexa e altamente diferenciada emergiu".

Essa última questão, aliás, reforça a busca, evidenciada pela obra de Norbert Elias, pelo rompimento deste autor com uma complexa e

<sup>53</sup> A citação foi retirada do primeiro texto que se insere na parte I do livro *A Sociedade dos Indivíduos*, texto intitulado *A Sociedade dos Indivíduos*, e publicado no Brasil em 1994 com organização de Michael Schröter. O texto foi originalmente escrito em 1939 como parte teórica complementar do segundo livro de *O Processo Civilizador* e, posteriormente [1987] publicado junto com outros textos mais recentes de Norbert Elias sobre a dicotomia, em sociologia, entre indivíduo e sociedade.

<sup>54</sup> Sobre demais pressupostos ontológicos na obra de Levi-Strauss e, especificamente sobre o postulado da universalidade do inconsciente, ver LEPINE, Claude. **O inconsciente na antropologia de Levi-Strauss**. São Paulo: Ática, 1974.

extensa tradição de pensamento político no Ocidente. Essa desqualificação da necessidade hipotética de um contrato como fonte para a constituição, no Ocidente, do Estado, ou da estrutura social interdependente e altamente diferenciada, está detalhada em obras como *O Processo Civilizador* [1939] e *Problems of Involvement and Detachment* [1956]<sup>55</sup>. Essa recusa em aceitar a hipótese de um contrato, ou associação, como parâmetro básico para a construção de acordos cumulativos ajuda a solapar, definitivamente, a bipolaridade que embasa a concepção de Estado e de sociedade civil.

Consideradas entidades antagônicas para a tradição política, o estado de natureza somente se desfaz no momento em que o Estado surge e abarca tudo - o contrato servindo para colocar-lhe limites. Com alguma variação quanto à submissão das pessoas ao Estado, Hobbes, Locke e Rousseau não viram outra perspectiva senão a passagem de uma condição caótica para uma sociedade civil organizada, garantidora das liberdades individuais e responsável por arrebanhar um "[...] corpo moral e coletivo composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia", responsável pela vontade geral (Rousseau, 1996, p. 22)<sup>56</sup>. Em Norbert Elias as pessoas que estão em redes interdependentes e funcionais não podem ser analisadas separadamente das instituições em que se inserem cotidianamente, como o Estado, a linguagem, entre outras. E como elas agem? Norbert Elias (1956, p. 227) afirma que

[...] a forma pela qual os membros individuais de um grupo experimentam o que quer que afete suas compreensões de determinado fenômeno, o significado que isso tem para eles, depende de formas padronizadas de como lidar, pensar e falar sobre

<sup>55</sup> Inicialmente publicado no *British Journal of Sociology* (1956) o texto *Problems of Involvement and Detachment* foi transformado em livro e publicado em alemão no ano de 1983, cujo título era *Engagement und Distanzierung*. O tradutor de tal obra no Brasil achou por bem modificar o termo *distanzierung* - distanciamento - por alienação. Assim, pelo menos no Brasil, a obra foi publicada com o título de *Envolvimento e Alienação*. ELIAS, Norbert. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. ELIAS, Norbert. *Problems of Involvement and Detachment*. **British Journal of Sociology**, v. 7, n. 3, p. 226-252, 1956.

<sup>56</sup> Sobre a denominada família de "argumentos jusnaturalistas" do contrato social (Hobbes, Locke e Rousseau), consultar as seguintes obras: BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; GURZA LAVALLE, Adrian. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, n. 47, p. 121-135, 1999. Especificamente sobre a vontade geral em Rousseau verificar o capítulo VI do *Contrato*. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

tal fenômeno, gradualmente desenvolvido na sociedade (tradução nossa)<sup>57</sup>.

Por outro lado, o conceito de rede de funções interdependentes propõe repensar a relação agência e estrutura a partir da realidade social, e não de pressupostos normativos: uma coisa é o que vemos suceder ao longo do tempo, outra é o que gostaríamos que existisse. Essa espécie de "materialismo" de Elias propõe que se substitua a hipotética "vontade geral" por aquilo que efetivamente condiciona os compromissos não violentos firmados em determinadas figurações sociais. Para a tradição política normativa, o contrato social surge da hipotética capacidade humana de livre, racional e fraternalmente (pela necessidade de solidariedade) construir "horizontalmente"<sup>58</sup> uma vontade geral. Em Rousseau (1996, p. 22) essa questão se acentua quando propõe que "[...] cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral; e recebemos, coletivamente, cada membro como parte indivisível do todo".

Com a sociologia processual Norbert Elias está interessado, ao propor a substituição do conceito atomístico de indivíduo pelo conceito de rede funcional de interdependência, em colocar no centro do problema sociológico o que realmente é nuclear na configuração das relações humanas: as relações de poder.

Daí o terceiro conceito fundamental para a articulação de sua teoria dos processos: os equilíbrios de poder (e o aspecto relacional do conceito clássico de poder). A proposta de se analisar a realidade social a

---

<sup>57</sup> No original: "[...] the way in which individual members of a group experience whatever affects their senses, the meaning which it has for them, depends on the standard forms of dealing with and of thinking and speaking about these phenomena gradually evolved in society".

<sup>58</sup> O termo "formação horizontal da vontade política" foi adotado por Jürgen Habermas quando busca explicar como a concepção republicana de democracia elege a política como elemento constitutivo do processo de formação das sociedades. Tal tradição de pensamento, na interpretação de Habermas, elege a solidariedade e a orientação pelo bem comum como fontes de integração social. Em suas palavras (1995, p. 40), "[...] essa formação horizontal da vontade política, orientada para o entendimento ou para o consenso alcançado argumentativamente, deve mesmo gozar de primazia, seja geneticamente, seja de um ponto de vista normativo". É importante ressaltar esse pressuposto teórico na concepção de democracia deliberativa em Habermas porque grande parte da literatura que estuda as instituições participativas bebe de sua matriz deliberativa, especialmente a vinculação entre argumentação racional e vontade geral, para explicar a realidade social do Brasil contemporâneo (em conselhos gestores, em fóruns de deliberação, ou mecanismos como o orçamento participativo). HABERMAS, Jürgen. Três Modelos Normativos de Democracia. **Lua Nova**, n. 36, p. 39-53, 1995.

partir de uma interdependência funcional entre múltiplos agentes (reunindo contingência e pluralidade de agentes em contraposição à fixidez da análise política tradicional) exige que se coloquem os diferenciais de poder entre os humanos no processo de desenvolvimento das sociedades ocidentais. Onde há interdependência funcional há luta e competição por poder (ELIAS, 2008).

A principal característica das relações humanas interdependentes é a integralidade do equilíbrio de poder, ou seja, as relações de poder (e suas tensões básicas) são um aspecto do cotidiano de todas as relações humanas, e não uma exceção (apenas em momentos de assembleias, por exemplo). Para Norbert Elias (2008, p. 80-81) o equilíbrio de poder

[...] não se encontra unicamente na grande arena das relações entre os estados. [...] Constitui um **elemento integral** de todas as relações humanas. [...] O equilíbrio de poder, tal como de um modo geral as relações humanas, é pelo menos bipolar e, usualmente, multipolar. [...] Nas relações entre pais e filhos, entre o senhor e o escravo, as oportunidades de poder são distribuídas muito desigualmente. Porém, sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente entre as pessoas. [...] O poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas - de todas as relações humanas (grifo nosso).

Além do aspecto integral que determina as relações de poder, outra característica presente em todas as relações interdependentes entre os seres humanos é o aspecto relacional da força entre participantes. Quando são utilizados modelos de jogos de competição para evidenciar figurações específicas, o conceito de poder é substituído pelo conceito de "força relativa dos jogadores" (Elias, 2008, p. 81), o que realça a relatividade como segundo importante elemento modelador das relações entre os homens. Para Norbert Elias (2008, p. 81)

[...] a 'força' do jogo de um jogador varia relativamente ao seu adversário. O mesmo acontece com o poder, e com muitos outros conceitos da nossa linguagem. [...] Conceitos de equilíbrio de poder são muito mais adequados ao que pode ser realmente observado quando se investigam as relações funcionais que os seres humanos interdependentes mantêm uns com os outros, do que os conceitos modelados em objetos imóveis.



Dessa forma, colocando-se as diferenças de poder e a interdependência humanas como núcleo das relações de poder entre os indivíduos de uma determinada sociedade, a sociologia consegue reunir dados macro e microssociológicos suficientemente importantes para entender e explicar as transformações das relações de poder de uma determinada sociedade. Para Elias (2001, p. 154),

[...] o estudo dessas relações encontra-se, a meu ver, no centro da pesquisa sociológica, ou, mais exatamente, ali deveria encontrar-se. Sem definição e sem explicação das relações de poder no seio de um grupo, os grupos de macrossociologia ou de microssociologia permanecem incompletos, vagos e finalmente estéreis. As transformações das relações de poder e sua explicação pedem uma atenção toda particular. [...] Os problemas de poder, à exceção de alguns casos-limite, são problemas de relações e de interdependência. Ao estudarmos as relações de poder nas relações entre pais e filhos, entre operários e patrões, entre governados e governantes, [...] percebemos que sempre trata de equilíbrios de poder instáveis e que, portanto, podem evoluir. É difícil encontrar uma via de acesso teórica para esse tipo de problema a partir da concepção atomista de um indivíduo que não cultivava originalmente nenhuma relação.

Como se realiza a passagem entre as relações sociais que cercam o ser humano e o ser humano singular quando este age no mundo? Para Norbert Elias, é por meio da linguagem e dos costumes (regras muitas vezes não escritas) que o ser humano, através de gerações, apreende os diferentes significados para agir no mundo. Norbert Elias (1994b) afirma que,

[...] o ser humano singular trabalha com conceitos extraídos de um vocabulário linguístico e conceitual preexistente que ele apreende com outras pessoas. Se assim não fosse, a pessoa não poderia contar em ser entendida pelas outras ao desenvolver uma língua existente e, portanto, os conceitos existentes. O trabalho individual para promover um maior desenvolvimento de conceitos, nesse caso seria inútil. Mas quando se aprende a perceber o mundo, a sociedade e a linguagem como **processos sem começo**, quando o sujeito da formação de conceitos deixa de ser visto como um indivíduo quase agrupal que tira novos conceitos do ar e é percebido no **processo de desenvolvimento de uma sociedade**, muitas vezes organizado sob a forma de uma unidade de sobrevivência, como uma tribo ou um Estado, obtém-se uma perspectiva diferente (grifo nosso).

Juntamente com o conceito de estrutura social de personalidade, Norbert Elias elabora o conceito de habitus social como referenciais teóricos relevantes para a explicação de como o ser humano existe tanto como ser individual, quanto como ser social. E é este último conceito - de

habitus social - que permite a Norbert Elias introduzir fenômenos sociais<sup>59</sup> na pesquisa científica, romper com o antigo conceito de caráter nacional que era dotado de uma fixidez e um atomismo não condizentes com a realidade social tal como a entendia Norbert Elias. Assim, a diferença entre caráter nacional e habitus social é realçada por Norbert Elias (1994b, p. 150) da seguinte forma:

[...] Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da **linguagem comum** que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social - um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social. O conceito de *habitus* social permite-nos introduzir os fenômenos sociais no campo da investigação científica, que antes lhe era inacessível. Consideremos, por exemplo, o problema comunicado de maneira pré-científica pelo conceito de caráter nacional. Trata-se de um problema de *habitus* por excelência. A ideia de que o indivíduo porte em si o *habitus* de um grupo e de que seja esse *habitus* o que ele individualiza em maior ou menor grau pode ser definida com um pouco mais de precisão (grifo nosso).

Uma das principais características desse habitus social passa a ser o fato de que se cria, nos seres humanos que pertencem a certas figurações, uma identidade intitulada por Norbert Elias como "identidade eu-nós". Em sociedades menos diferenciadas (exemplo dos grupos de caçadores coletores da Idade da Pedra) talvez o habitus tivesse uma só camada (diretamente relacionado à necessidade de sobrevivência em grupo). Em sociedades mais complexas essa identidade "eu-nós" está sempre aberta à individualização e o habitus social possui "múltiplas camadas". Em suas palavras, Elias (1994b, p. 151) afirma que,

[...] nas sociedades mais complexas, [o habitus social] tem muitas [camadas]. Algumas podem, por exemplo, ter as peculiaridades de um inglês de Liverpool ou de um europeu alemão da Floresta Negra.

<sup>59</sup> Como analisa Waizbort (2001, p. 91) "[...] a concepção do social que aparece nos escritos de Elias é muito semelhante, semelhante demais, ao modo como Simmel a elabora; e, em consequência disso, tudo o que deriva dessa concepção do social também. O social, seja em Norbert Elias, seja em Georg Simmel, é um *conjunto de relações*. O 'todo', seja ele qual for - a 'sociedade', 'o grupo', a 'unidade de sobrevivência' -, é um *todo relacional*. O que o constitui é o conjunto das relações que se estabelecem, a cada momento, entre o conjunto dos elementos que o compõem. Tais relações são sempre relações em processo, isto é: elas se fazem e desfazem, se constroem, se destroem. [...] As relações nunca são sólidas e petrificadas; a cada instante ou elas se atualizam, ou se esgarçam, ou se fortificam, ou se mantêm, ou se enfraquecem. Mas, como quer que seja, há a cada instante algo vivo, em processo". WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: WAIZBORT, L. (org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 89-112, 2001.

É do número de planos interligados de sua sociedade que depende o número de camadas entrelaçadas no *habitus social* de uma pessoa. Entre elas, uma certa camada costuma ter especial proeminência. Trata-se da camada característica da **filiação a determinado grupo social** de sobrevivência, como por exemplo, uma tribo ou uma nação. Nos membros das sociedades no estágio desenvolvutivo dos Estados modernos, isso é designado pela expressão 'caráter nacional' (grifo nosso).

Como a identidade "eu-nós" individualiza essas múltiplas camadas para Norbert Elias? O ser humano passa por um processo contínuo de desenvolvimento, o que é uma das precondições da formação de sua "identidade-eu". Além da sequência processual necessária para o desenvolvimento dessa "identidade-eu" (estágios sucessivos formadores dos significados necessários à vida coletiva), outra característica é fundamental nesse processo de formação, por aprendizagem, dessa "identidade-eu": a memória.

O que é a memória? Para Norbert Elias (1994, p. 154), é

[...] a faculdade de preservar os conhecimentos adquiridos e, portanto, as experiências pessoais de fases anteriores como meio de controle ativo dos sentimentos e do comportamento<sup>60</sup> em fases posteriores numa medida que não tem equivalentes nos organismos não humanos. A imensa capacidade de preservação seletiva das experiências, em todas as idades, é um dos fatores que desempenham papel decisivo na individualização das pessoas. Quanto maior a margem de diferenciação nas experiências gravadas na memória dos indivíduos no curso do desenvolvimento social, maior a probabilidade de individualização.

Elias ressalta, ainda, que nenhum desenvolvimento de pessoa ocorre na abstração. A memória, para Elias (1994b, p. 154), tem uma base, uma superfície ou meio onde um ser se desenvolve. Elias (1994b, p. 154-160) denomina tal base de "substrato":

[...] A identidade-eu não é possibilitada apenas pela memória de si e pelo autoconhecimento que o indivíduo traz gravados no cérebro; sua base é o organismo inteiro [...] [inserido em um contexto comunitário]. O rosto, mais que qualquer outra parte do corpo, é vitrine da pessoa.

---

<sup>60</sup> Deve-se ressaltar o caráter processual, relacional e diacrônico dos conceitos elaborados por Norbert Elias quando propõe um método diferenciado para utilizar a perspectiva de tempo (que culmina com sua teoria dos processos sociais). Por isso, ao falar sobre *comportamento dos seres humanos* Norbert Elias (2008, p. 119) procura esclarecer que "[...] devido à sua constituição biológica, não só é verdade que os homens estão mais *aptos* a aprender a controlar o seu comportamento do que qualquer outra criatura, como também que o seu comportamento *deve* trazer a marca daquilo que aprenderam. 'Comportamento' significa ajustamento a situações mutáveis".

Quando um rosto tem traços que se desviam demais da norma grupal [...] a percepção dos traços biológicos mais marcantes de um grupo estranho comumente supera a percepção das maneiras menos marcantes e mais sutis pelas quais os rostos dos membros desse grupo diferem entre si. [...] Somente por conviverem com outras pessoas é que as pessoas podem perceber-se como indivíduos diferentes dos demais.

Nas complexas sociedades a expressão "nós", assim como o habitus social dos indivíduos, possuem múltiplas camadas que se relacionam com cargas afetivas diferenciadas nos distintos níveis de integração em que os indivíduos estão inseridos. A família, uma dentre as várias relações-nós possíveis, continua a ditar a seus membros uma carga afetiva elevada.

Contudo, as transformações ocorridas no desenvolvimento social das sociedades industriais mais recentes, além da redução mais ampla do diferencial de poder (que não é o mesmo que a igualdade de poder), acabou por modificar a função de inevitabilidade que as famílias desempenham perante seus membros. A impessoalidade, mais do que os laços de lealdade e solidariedade familiares, passou a nortear os diferentes processos de desenvolvimento social. Para Norbert Elias (1994b, p. 147-148) essa mudança da "identidade-nós",

[...] também pode ser elucidada em termos de um **conflito de lealdades**. A formação tradicional da consciência moral, o *ethos* tradicional de apego à antiga unidade de sobrevivência, representada pela família ou pelo clã - em suma, o grupo mais estreito ou mais amplo de parentesco -, determina que um membro mais abastado não deverá negar nem mesmo aos parentes distantes uma certa medida de ajuda, caso eles a solicitem. Assim, fica difícil para as altas autoridades de uma nação recusar apoio a seus parentes quando eles tentam conseguir um dos cobiçados cargos estatais, mesmo subalternos. Considerada em termos da ética [...] essa nomeação de parentes no preenchimento de cargos estatais é uma forma de corrupção. Em termos da consciência moral pré-estatal ela constitui um dever e, uma vez que todos a praticam na luta tribal tradicional pelo poder e pelo status, uma necessidade. Na transição para um novo nível de integração, portanto, há conflitos de lealdade e consciência que são, ao mesmo tempo, conflitos de identidade pessoal (grifo nosso).

Esse conflito de lealdades, que emerge em sociedades onde o processo de desenvolvimento rumo para a impessoalidade, mas as pessoas agem ainda com base na pessoalidade, pode resultar no problema que Norbert Elias denominou como "efeito-trava" (um problema de habitus de natureza particular). De acordo com Elias (1994b, p.172),

ao estudar os processos de desenvolvimento social, defrontamo-nos repetidamente com uma constelação em que a dinâmica dos processos sociais não planejados tende a ultrapassar determinado estágio em direção a outro, que pode ser superior ou inferior, enquanto as **peças afetadas por essa mudança se agarram ao estágio anterior em sua estrutura de personalidade, em seu *habitus* social**. Depende inteiramente da força relativa da mudança social e do arraigamento - e portanto da **resistência** - do *habitus* social saber se e com que rapidez a dinâmica do processo social não planejado acarretará uma reestruturação mais ou menos radical desse *habitus*, ou se a feição social dos indivíduos logrará êxito em se opor à dinâmica social, quer tornando-a mais lenta, quer bloqueando-a por completo (grifo nosso).

As mudanças ocasionadas na estrutura de personalidade das pessoas podem, ou não, propiciar a passagem de um estágio para outro ao longo do desenvolvimento de determinado processo social (como o de democratização). Tudo depende de como se alteram os padrões relacionados à personalidade (para padrões mais impessoais) que compõem o fundo social de conhecimento e que pauta as relações entre os membros daquela sociedade. A efetiva ampliação das oportunidades de poder em uma sociedade complexa não depende apenas da criação de leis e instituições que oportunizem tais mudanças: exige que todo um *habitus* social mais impessoal (retirado de um fundo social de conhecimento) seja individualizado, apreendido e repassado a novas gerações.

De fato, o que Norbert Elias explicita com o conceito de efeito-trava é que paralelamente à direção de impessoalidade e de maiores oportunidades de poder, alguns processos de democratização atuais podem conviver com contradireções/contratendências. São os "efeitos-trava" que, emergindo diretamente da camada do *habitus* social muito "engastada, profunda e firmemente" inserida na estrutura de personalidade de alguns indivíduos, bloqueiam mudanças mais profundas nas estruturas sociais capazes de propiciar, amplamente, a mudança de um estágio para outro no processo de democratização estudado. Acabam por bloquear o processo de democratização mais amplo e efetivo por toda a sociedade.

## 2.2. A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE PROCESSO EM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Antes de se passar à descrição de como Sérgio Buarque de Holanda desenvolveu uma análise processual sobre a história do Brasil, a partir de uma história de longo prazo intitulada *Raízes do Brasil*<sup>61</sup>, primeiro deve-se perguntar por que esta escolha, e não a de autores como Caio Prado Jr., ou Gilberto Freyre<sup>62</sup>?

Em primeiro lugar porque *Raízes* é uma obra clássica da historiografia brasileira. Significa dizer que é uma obra com mais de setenta anos e que ainda tem muito a dizer, pois "[...] Sérgio Buarque não pretendeu em seu livro esboçar uma teoria da sociedade brasileira" (Dias, 2008, p. 333)<sup>63</sup>. Ele pretendeu, influenciado pelos historistas do início do século XX, estimular uma leitura sobre as possibilidades de mudança e transitoriedade presentes no processo histórico, que chamava o processo do devir ao longo do tempo. Por isso, Fernando Novais (2005, p. 323) insiste na atualidade das perspectivas vislumbradas por Sérgio Buarque de Holanda, ao afirmar que,

[...] podemos compreender finalmente a extraordinária fortuna crítica dessa obra clássica: sua atualidade decorre exatamente do fato de que esses processos [apontados ao longo da narrativa] estão em curso, e esses dilemas ainda persistem. Parece que o Homem Cordial ainda respira, apesar de Sérgio Buarque ter encerrado a

<sup>61</sup> A edição de *Raízes do Brasil* utilizada na pesquisa data de 2006 e foi publicada em comemoração aos 70 anos de lançamento do livro. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1936].

<sup>62</sup> Além de Sérgio Buarque de Holanda, trata-se de dois autores seminais para a revisão do Brasil. Caio Prado Junior - com a *Formação do Brasil Contemporâneo* [1942] - situa-se mais numa ótica marxista (heterodoxa, de acordo com Fernando Novais), enquanto Gilberto Freyre - com o seu clássico *Casa Grande e Senzala* [1933] - utiliza-se mais da antropologia e da sociologia norte-americanas para inauguração de uma revisão da história do Brasil. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003; PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; NOVAIS, Fernando A. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

<sup>63</sup> A professora Maria Odila Leite da Silva Dias, além de ter sido aluna e orientanda de Sérgio Buarque de Holanda, fez pesquisas e trabalhou ao seu lado na Universidade de São Paulo. Autora de diversos textos sobre as pesquisas de Sérgio Buarque, fez a introdução de algumas obras relevantes de Sérgio Buarque de Holanda. Sobre as controvérsias envolvendo a obra do professor Sérgio Buarque de Holanda, a presente pesquisa adota as interpretações realizadas pela professora Maria Odila Leite da Silva Dias como apoio na reconstrução da noção de processo histórico em Sérgio Buarque de Holanda. Foram consultadas as seguintes obras: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Negação das Negações*. In: EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estado do Rio de Janeiro, p. 315-347.

polêmica com Cassiano Ricardo dizendo, melancolicamente, que receava já ter 'gasto muita cera com esse pobre defunto'.

Por outro lado, o livro ainda hoje aventa a possibilidade de uma edição crítica sobre as mudanças pelas quais passaram as cinco edições iniciais do livro (1936, 1948, 1956, 1963, 1967, 1969). Como bem aponta Rocha (2012, p. 20)<sup>64</sup> em recente artigo, "[...] perguntar, portanto, pelo significado das modificações de *Raízes do Brasil*, mais do que passatempo erudito, talvez ajude a esclarecer novas dimensões do texto, assim como da própria trajetória intelectual de seu autor". Um clássico, seja na literatura ou como parte de uma bibliografia acadêmica, sempre remete a novas e diferenciadas interpretações.

Além disso, vários temas, apresentados e exaustivamente discutidos no livro e fora dele, ainda permanecem como fonte de discussão, como é o caso da oposição entre o semeador e o ladrilhador (a existência ou não de projetos urbanísticos no Brasil colonial). Quanto à atualidade desse debate, Reis (2012, p. 41)<sup>65</sup> é claro ao afirmar que "[...] discordo de que o assunto esteja superado. [São questões] que ainda permanecem em aberto e a obra do mestre continua como uma fonte de estímulo à reflexão".

Outro tema que emerge na obra e que aponta para a expressividade e atualidade de *Raízes do Brasil* é a interpretação que Sérgio Buarque de Holanda procurou desenvolver sobre a democracia. Com uma análise inspirada nas transformações ao longo do tempo e nas múltiplas categorias sociais que se sobrepõem em diversas camadas, a noção de democracia delineada em *Raízes* ainda revela nuances inovadoras e que merecem atenção. Para Sallum Jr. (2012, p. 51)<sup>66</sup>,

[...] além de o texto conter certa flutuação vocabular, ele teve versões diferentes em suas duas primeiras edições. Estas diferenças de texto podem levar - e, de fato, já levaram - a interpretações bem distintas a respeito daquela noção. Outra parte das dificuldades decorre das múltiplas dimensões da vida social que Sérgio toma em conta ao

<sup>64</sup> ROCHA, João Cezar de Castro. *Raízes do Brasil: Biografia de um Livro-problema*. In: MARRAS, Stelio (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, p. 19-39, 2012.

<sup>65</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre o Semeador e o Ladrilhador. In: MARRAS, Stelio (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, p. 41-49, 2012.

<sup>66</sup> SALLUM JR., Brasília João. Sobre a Noção de Democracia em *Raízes do Brasil*. In: MARRAS, Stelio. (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, p. 51-61, 2012.

examinar a democracia. Há que se considerar essa complexidade analítica sob pena de interpretarmos a noção de democracia de forma parcial e enviesada.

O simples fato de um autor, em meados da década de 1930, propor análise sobre a formação da sociedade brasileira pautada, tanto em uma dimensão temporal ampla quanto na consideração de “múltiplas dimensões da vida social”, revela muito da inovação processual por ele pretendida. E mais: ao desenvolver suas considerações sobre a atualidade das observações democráticas tecidas por Sérgio Buarque de Holanda, Brasília Sallum atenta, ainda, para a necessidade de um trabalho mais profundo, que mergulhe sobre as adaptações e persistências que o personalismo (núcleo da prática política do brasileiro) ainda traz para o processo de democratização brasileiro. Em suas palavras, Sallum Jr. (2012, p. 59) evidencia que,

[...] é verdade que as relações de poder dentro da família perderam a verticalidade; nela, mulheres e filhos ganharam poder. Ocorreu o mesmo com outras instituições sociais, como a empresa e o Estado. [...] **Mas conservamos muito da teia de relações pessoais abrangentes, com forte tonalidade afetiva**, característicos do nosso passado patriarcal, hoje despidos em boa parte das hierarquias que o caracterizavam. Ao invés de desaparecer e serem substituídos pelos valores predominantes no mundo anglo-saxão, nossa herança cultural vem se ajustando ao capitalismo e à democracia. Não creio que haja uma boa resposta a respeito do resultado desta adaptação. Qual, afinal, a cultura política predominante hoje no país? Ela abre horizontes para avanços maiores do que já alcançamos no caminho da democracia? A indagação tem relevância porque tem sido muito lento o processo pelo qual a transformação econômico-social ocorrida vem ganhando expressão política. [...] Sublinho o caráter *parcial* dos resultados políticos produzidos, seja pela liberalização econômica, seja pela democratização. Há, com efeito, um **déficit de democracia** no país. **A incorporação da base da sociedade à competição política ainda tem sido parcial.** [...] Se o Brasil já não é uma sociedade oligárquica, como aquela em que Sérgio Buarque viveu, ainda não se tornou, no plano sociopolítico, uma sociedade democrática, em que não há - como dizia Florestan Fernandes - cidadãos 'mais iguais' que a maioria. Espero que, ao apontar as dificuldades de tratar da noção de democracia no ensaio clássico de Sérgio Buarque de Holanda, tenha conseguido chamar a atenção para o caráter extremamente estimulante de sua reflexão. Aquele pequeno ensaio escrito nos anos 1930 ainda é e será **capaz por muito tempo de contribuir significativamente para o exame do processo de democratização da sociedade brasileira** (grifo nosso).

Para além de *Raízes* Sérgio Buarque desenvolveu metodologia que se abria para as possibilidades, as flexibilidades e transitoriedades típicas de análises processuais e de camadas, como nos mostra Laura de Mello e



Souza. No ensaio intitulado *Sérgio Buarque de Holanda e a Civilização do Ouro no Brasil*<sup>67</sup>, quando revisita a obra *História Geral da Civilização Brasileira, Vol. 2 (Tomo I - A época colonial)*<sup>68</sup>, a autora se detém sobre a análise de Sérgio Buarque de Holanda a respeito das transformações que a exploração aurífera acarretou para as posições sociais e as formas desiguais que reinavam na colônia. Em suas palavras, Souza (2012, p. 164-165) ressalta que,

[...] discrepando [...] do modelo mais antigo da colonização de base agrícola, a exploração aurífera **implodiu normas mais tradicionais e acarretou uma situação sem precedentes, marcada pelo embate entre o apego a normas estabelecidas e o fascínio pela novidade**. Para aqueles 'mais afeiçoados às velhas formas', sobrou 'indignação e surpresa', e Sérgio Buarque de Holanda vê, então, nas *Cartas Chilenas* atribuídas a Tomás Antônio Gonzaga uma das expressões máximas dessa perplexidade estamental, sendo um dos primeiros estudiosos a chamar a atenção para o caráter ambíguo do poeta, ilustrado e conservador a um só tempo. [...] A possibilidade de ascensão social abriu caminho à flexibilização de normas e condutas. Floretes e perucas brancas caíram em desuso, e até magistrados andavam na rua 'em cabelo' e chicote em punho, como se fossem caixeiros, sem falar nas mulheres, que 'aprenderam a atravessar as pernas sobre as pernas'. Modos mais livres expressavam com eloquência a transformação ocorrida na sociedade, e mais uma vez Sérgio Buarque de Holanda mobiliza vários enfoques - como não lembrar de Norbert Elias e Johan Huizinga? -, dissolvendo as fronteiras entre as disciplinas que compõem as ciências do homem e se movendo em direção a uma história total (grifo nosso).

Para finalizar. *Raízes do Brasil* é um livro daqueles sobre os quais nos fala Calvino<sup>69</sup>. Ao tentar projetar algumas definições para um *clássico*, Calvino (2009, p. 18-19), mostra-nos que,

[...] 6. Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer. [E mais]. 7. Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes). [E, finalmente]. 9. Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos.

<sup>67</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Sérgio Buarque de Holanda e a Civilização do Ouro no Brasil*. In: MARRAS, Stelio. (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, p. 151-166, 2012.

<sup>68</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (10ª ed.). (Tomo I, V. 2, principalmente os capítulos intitulados *A mineração: antecedentes luso-brasileiros; Metais e pedras preciosas*).

<sup>69</sup> CALVINO, Ítalo. **Por que ler os Clássicos**. São Paulo: Penguin Companhia/Editora Schwarcz, 2009).

Por isso Sérgio Buarque de Holanda. Por isso *Raízes do Brasil* e o conceito de personalismo (dentro da mentalidade cordial<sup>70</sup>). A obra, e a potencialidade dos temas ali tratados, revelam-se necessárias ao estudo do atual processo de democratização, sobretudo pela dimensão simbólica que a proposta de Sérgio pode trazer à realidade de democratização brasileira.

O que está para ser trabalhado, em termos de uma sociologia processual, é a adaptabilidade ou a mudança, que está por trás da 'mentalidade cordial' do brasileiro, sabiamente indicada em 1936 (ou sua persistência adaptada a novos habitus mais impessoais). Indicada, revelada, mas não condensada: para Sérgio Buarque de Holanda todo processo histórico revela movimentos de *corsi ou recorsi* (fluxos ou refluxos), de transitoriedade e nunca de cristalização (DIAS, 2008).

Qualquer abordagem sociológica processual que se preocupe com o atual processo de democratização no Brasil deve, antes, buscar sua reconstrução a partir da interação entre as estruturas sociais e a estrutura de personalidade (ou mentalidade cordial) que operam nessa sociedade. Ou seja, a estrutura de personalidade cordial auxilia na construção de padrões de sentimento, pensamento e ação que norteiam o comportamento de pessoas

---

<sup>70</sup> Cabe, aqui, tentar esclarecer o que o próprio autor (e não algum intérprete seu) considerava por "mentalidade". Talvez por ser uma obra de abertura sobre temas que desenvolveu profundamente em momentos posteriores de sua carreira, em *Raízes* não há uma preocupação por parte de Holanda com a definição precisa, ou com uma possível contextualização em relação à história das mentalidades francesa (que se desenvolvia também na década de 1930), em torno das expressões "mentalidade cordial" ou "personalista". Mas, no prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso* (escrito em novembro de 1968), Holanda faz questão de esclarecer o que entende por "mentalidade" ao desenvolver sua proposta de história social. Ao comentar que sua proposta de revisão da visão edênica medieval na formação da colonização das Américas portuguesa e espanhola em nada se assemelha a uma tentativa de reviver as próprias origens, deixa clara como sua abordagem é algo diferente. Holanda argumenta que "[...] estou longe de crer que as tentativas de captar, instalando-a no campo da história das mentalidades, tomada a palavra no sentido mais amplo (e não apenas no sentido de história das ideias conscientemente adotadas), uma representação ideal, espontânea ou refletida, que tão sedutora pareceu aos primeiros exploradores deste continente, devam equivaler à ambição de recuperar um passado perdido. [...] Ou, ainda menos, para ceder à magia ancestral do mito e querer ressuscitá-lo, como se dessa forma nos fosse ainda possível fazer milagres" (2010, p. 21). Significa dizer que as mentalidades, não apenas as conscientemente adotadas, se movem e se modificam, do passado ao presente, sendo retransmitidas por uma forma compartilhada de conhecer e vivenciar o mundo. O resgate de uma dimensão mais simbólica, por meio de uma "mentalidade" ou de uma estrutura de personalidade, para a análise da realidade social no presente não pretende "[...] ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre", (2010, p. 22). HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

que operam instituições democráticas (tais como fóruns, conselhos locais de políticas públicas, entre outros).

Essa revisão, que deve abarcar a transitoriedade e a mudança sempre presentes nas relações humanas, pauta-se na apreensão do mundo simbólico (nas palavras de Norbert Elias, da dimensão simbólica de toda figuração). Os símbolos socialmente aprendidos são transmitidos de geração em geração e, por isso, são considerados como uma forma de conhecimento social. O conhecimento social não emerge necessariamente da cognição, das leis escritas ou das instituições existentes. São exemplos de conhecimento social a linguagem e as regras não escritas.

Aliás, para Elias, a linguagem e os costumes são de extrema importância para a apreensão do simbólico, pois permitem a análise do transitório e daquilo que está por vir, como tendência em determinados processos (ELIAS, 2000; 2006). Nas palavras de Elias (2006, p. 127),

[...] a história, sobretudo os traços básicos do desenvolvimento social das nações são, até certo grau, diferentes. Essas diferenças encontram sua sedimentação na língua e na maneira de pensar das nações. Elas revelam-se no modo pelo qual os seres humanos se determinam reciprocamente em suas relações sociais e no modo pelo qual reagem diante de acontecimentos pessoais ou impessoais. As formas de percepção e comportamento, em toda a sua amplitude e profundidade, têm, em cada país, uma coloração caracteristicamente nacional. Frequentemente, só se toma consciência delas no contato com estranhos, com estrangeiros. No trato com seus próprios concidadãos, geralmente as diferenças *individuais* afloram tão fortemente à consciência que, muitas vezes, deixamos de perceber a coloração nacional *comum* que nos distingue de indivíduos de outras nações.

Não por acaso, a publicação de *Corpo e Alma no Brasil*<sup>71</sup>, em 1935, é uma síntese que antecede *Raízes do Brasil* e que reflete as digressões tecidas por Holanda enquanto esteve na Alemanha (1928 a 1931) a trabalho. É importante ressaltar que desse encontro de culturas resulta, em 1935, *Corpo e Alma no Brasil*. E, como produto desse encontro de culturas, a interpretação de um caráter nacional como “uma mentalidade cordial”. É o que revela a entrevista de Sérgio Buarque de Holanda, concedida a Souza (2004, p. 7-8):

---

<sup>71</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Corpo e Alma do Brasil*. In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 399-420, 2006b [1935].

[...] o interesse pelo caráter nacional era muito forte dentro do modernismo. E quando estamos num país estrangeiro vemos nosso próprio país com mais interesse, reparamos na diferença, no choque. Certa vez o historiador americano Lewis Hanke me disse que para escrever um livro sobre um país novo bastaria ter vivido nele por três meses: 'três meses ou mais de dez anos', dizia ele. Seriam dois livros diferentes, claro. Mas a ideia é que nesses três meses temos o primeiro choque. Depois o contraste vai se perdendo. Digo isso para mostrar como, do estrangeiro, vemos o Brasil de outra maneira. **Na Alemanha procurei ver outras coisas do Brasil, confrontar com o que existe fora** (grifo nosso).

Várias interpretações surgiram sobre o "homem cordial" desde que Sérgio Buarque de Holanda publicou *Raízes*. A mais usual associa, tanto os pares conceituais (de opostos) quanto a noção de cordialidade, com tipos ideais weberianos. Contudo, Maria Odila Dias (2008, p. 330-331) aponta outra direção:

[...] Em seu livro [*Raízes do Brasil*], Sérgio Buarque de Holanda se refere inúmeras vezes às sobrevivências arcaicas que insistiam em confrontar-se com forças renovadoras do devir histórico. [...] Vico entevia certos padrões ou especificidades históricas, que às vezes aparecem mais como paradigmas da formação histórica dos povos bárbaros da Antiguidade, em seu processo de desenvolvimento do espírito e da cultura. Um desses seria a prevalência dos usos costumeiros sobre as leis abstratas, dos laços de sangue e de comunidade sobre as normas do jusnaturalismo. [...] A dialética dos antigos e gregos exerceu um papel importante no modo dinâmico de Vico trabalhar as negações e contradições de atuação das forças históricas. [...] Assim, em *Raízes do Brasil* aparece a **metáfora do homem cordial** como a **indicar um processo** em que a persistência do uso costumeiro, de facções familiares e de particularismos dificultava a consolidação do Estado e do domínio de leis gerais. [Algumas] passagens, que poderiam de certa forma nos levar a Hegel, acabam por desviar-nos para a obra do próprio Vico, onde a dialética ocupa lugar diferenciado, porém importante. *Raízes do Brasil* é permeado pelo antiintelectualismo característico do modo de Vico antecipar-se a historistas como Herder, Goethe e Dilthey, que também rondam o livro. [...] Dentro dessa tradição do pensamento historista, parecem um contracenso certas leituras desse livro de Sérgio Buarque de Holanda. Apesar do cuidado do autor em delinear fronteiras entre pensamento filosófico e pensamento histórico, o livro acabou sendo catalogado como weberiano ou hegeliano. A **metáfora do homem cordial, longe de ser um conceito abstrato, referia-se a um processo histórico, a uma certa maneira de ser no tempo**. Apelava para a **historicidade dos conceitos como expressões de modo de ser, de atitudes perante a vida**. **Justamente o contrário dos que interpretaram a figura do homem cordial, ou do aventureiro, como expressão de uma categoria sociológica**. Através dessas metáforas, o historiador se referia a um momento, a uma mentalidade, a um modo histórico de ser que marcou a vida social no Brasil. O mesmo se estende à expressão 'caráter brasileiro', que também eludia a noção de conceito ou categoria, para identificar-se com o **devir histórico**, tal como Vico o entendeu (grifo nosso).

Mesmo que Holanda não tenha pretendido desenvolver uma categoria sociológica de explicação das relações sociais, a mentalidade cordial (com seus padrões característicos de comportamento tais como o personalismo, o patrimonialismo, entre outros) pode ser interpretada como um tipo de conhecimento social compartilhado pelos membros de uma determinada sociedade. Abrigado em um fundo social de conhecimento (ELIAS, 1998) é acessado por qualquer um de seus membros no instante em que vivenciam fenômenos sociais com outros membros dessa sociedade, sempre de forma interdependente.

A construção de uma noção de processualidade está presente em diversas obras e Sérgio Buarque de Holanda<sup>72</sup>. Mas, para efeitos desta pesquisa, interessa evidenciar, sobretudo a partir da leitura de *Raízes*, aqueles elementos que configurariam um tipo específico de processo histórico em Sérgio Buarque de Holanda. São essencialmente duas as ideias que fundamentam sua noção de processo histórico: a noção de relação e interação como os pares que moldam o social, e a ideia de processo como algo que se constrói no “vir-a-ser” do tempo.

É na introdução a um conjunto de textos de L. Von Ranke (publicados em 1979 no Brasil), historiador prussiano que escreveu sua obra ao longo do século dezenove, que Sérgio Buarque de Holanda deixou transparecer de onde retirou a inspiração para desenvolver a concepção de processo histórico que utilizava em suas pesquisas. Em primeiro lugar, a compreensão de processo histórico não poderia se descolar de uma concepção de estrutura social dinâmica, isto é, a ideia de processo exige que o conceito de estrutura seja repensado de forma a possibilitar que a complexidade da realidade social seja acessada. Ao criticar o conceito de estrutura adotado por Parsons, Radcliffe-Brown ou Lévi-Straus, Holanda propõe a redefinição do conceito de estrutura para que se possa dar

---

<sup>72</sup> Sobre as obras de Holanda pautada nesta concepção de processualidade, ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Negação das Negações. In: EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**: perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 315-347, 2008; \_\_\_\_\_. Política e Sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CÂNDIDO, Antônio (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, p. 11-28, 1998; \_\_\_\_\_. Apresentação a Sérgio Buarque de Holanda. In: **História**: Sérgio Buarque de Holanda, n. 51. São Paulo: Editora Ática, p. 7-64, 1985 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

dinamicidade à proposta de processo histórico. Em suas palavras, Holanda (1979, p. 57) afirma que,

[...] quase sempre resultam estas [definições de estrutura em Parsons, Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss] de teorias elaboradas numa perspectiva estática, quando muito estável, que não se integram no tempo senão com dificuldade. Nessas condições podem tornar-se tão incompatíveis com o processo histórico, que é o caso de perguntar se a expressão 'história estrutural' não encerra um contrassenso. Para superar a incompatibilidade seria mister **redefinir o conceito, de modo que o tempo cesse de ser exterior às realidades estudadas e se confunda enfim com a própria estrutura** (grifo nosso).

A concepção processual sobre a qual se fundamenta Holanda requer que estrutura social e tempo (dimensões espacial e temporal) sejam repensados de forma que haja a inclusão temporal na realidade estudada. Esta proposta, processual, está presente, de acordo com Holanda, nos trabalhos de Otto Hintze<sup>73</sup>. Holanda afirma que Hintze consegue tal associação (da dinamicidade presente nos conceitos de estrutura e tempo de longa duração) ao elaborar sua teoria sobre processo histórico. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda Hintze consegue formular um conceito de processo histórico que associa múltiplas temporalidades (rompendo com a estaticidade) com interações simultâneas (em vez de causais). Em suas palavras, Holanda (1979, p. 59-60) salienta que Hintze,

[...] descreve sua história em dois níveis, ou duas formas rítmicas fundamentais, comparáveis aos três ritmos de que fala o historiador francês [Fernand Braudel]. Segundo a teoria de Hintze, há um ritmo, o evolutivo, que se passa sobretudo no **domínio do inconsciente e do intuitivo**, enquanto o outro, que seria o **dialético**, depende mais dos fatores **conscientes e espirituais**. Aquele move-se de maneira mais coerente e constante, este em contrastes ríspidos que reiteradamente vão emergindo e imergindo. [...] A realidade histórico-social depende de uma cooperação entre os movimentos evolutivo e dialético. Nenhum deles basta por si só, ambos fazem-se necessários para a boa inteligência do **processo histórico**. Este '**não obedece a rígidos padrões lógicos, mas corresponde antes a esquemas cambiantes, muitas vezes fugitivos e inconsequentes, que se reduzem aproximadamente às duas formas fundamentais acima caracterizadas**' (grifo nosso).

A partir daí, fica mais fácil procurar sintetizar a proposta de processo histórico defendida e utilizada por Sérgio Buarque de Holanda. A ideia é que a realidade "histórico-social" deve ser perscrutada a partir de uma

<sup>73</sup> HINTZE, Otto. **Soziologie uund Geschichte**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1964.

processualidade, e que esta se pauta na articulação dialética, ao longo do tempo, da estrutura social com a mentalidade social. Por isso, seus trabalhos sempre evocaram a mudança constante que se processava em estruturas e em mentalidades da sociedade estudada, através da análise rigorosa de documentos primários que permitiam a releitura de múltiplas camadas sociais.

Assim, pode-se afirmar que os principais elementos utilizados por Sérgio Buarque de Holanda para construir uma noção de processo histórico são: (a) há uma **transitoriedade** subjacentes à formação dos processos históricos de diferentes povos, (b) os **pares conceituais opostos** são um método de apreensão dessa transitoriedade que evidencia as mudanças históricas ao longo do tempo, (c) esses processos históricos são marcados por **fluxos e refluxos (retrocessos)** ao longo do tempo, e (d) além do fato de que as múltiplas interações e os diferentes processos se desdobram, ao longo do tempo, a partir de uma noção de **simultaneidade** (DIAS, 1985; 1998; 2008).

Antes de falar sobre cada um desses elementos, e sobre as semelhanças destes com a forma de apreensão dos processos desenvolvida por Norbert Elias, deve-se ressaltar o movimento intelectual comum aos dois autores que permitiu tal aproximação: o chamado "círculo de Simmel". Como ressaltava Maria Odila Dias (2008, p. 318), Sérgio Buarque de Holanda se encantou "[...] pela leitura de Burckhardt, de Bergson e de Georg Simmel [e] muito cedo se voltou para o estudo de vertentes estetizantes ou historicistas de crítica da cultura". E mais: para Maria Odila Dias (2008, p. 321),

[...] de fundamental importância foi seu encontro com Friedrich Meinecke, que havia muitos anos era professor na Universidade de Berlim, num meio cultural conhecido como círculo de Simmel. Era um senhor idoso, magro e baixinho. Esse convívio intelectual foi certamente decisivo para sua definitiva adesão a um modo de ser historicista, que consistia basicamente em renegar intelectualismos e a ver na vida dos homens em sociedade configurações de momento, conceitos temporários de vida, valores culturais sempre relativos, em processo de devir, de fluidez, de mudança e de transformação. Frequentar suas aulas foi um momento propício para confirmar afinidades há muito presentes em seu horizonte intelectual e amadurecer certas tendências com as quais já convivía nas obras de Goethe, de Schiller, de Herder e principalmente de Wilhelm Dilthey.

Como já ressaltado anteriormente por Leopoldo Waizbort (2001), há semelhanças também entre Elias e Simmel. Sobretudo quanto à

definição de social em cada um dos autores, mas também quanto à noção de relação. Para Waizbort (2001, p. 96) tal proximidade ocorre porque,

[...] Simmel (e Elias) procura a sociedade *in status nascens*, daí sua predileção pelas interações entre os homens ao nível micrológico: o salão, a coquete, o estranho, o passeio, e muito mais, como sabem seus leitores. Cada relação é para Simmel significativa e merece ser considerada, pois como tudo é relação, como a sociedade não é nada mais do que o conjunto das interações [...], a **partir de cada interação singular é possível adentrar na teia do todo**. Não há **uma via de acesso que seja privilegiada**, senão que todas elas levam a ele (grifo nosso).

Já em *Raízes do Brasil*, como aposta Maria Odila Dias<sup>74</sup>, esses quatro elementos (a transitoriedade/contigência, os pares conceituais opostos, a ideia de reversibilidade dos processos e de simultaneidade nas interações e processos) estão presentes como importantes alicerces na interpretação de processo histórico em Sérgio Buarque de Holanda.

Esta ideia de transitoriedade, ou de que o processo histórico deve ser analisado à luz de eventos que não necessariamente foram racionalmente realizados pelos homens nele envolvidos, foi a base para a construção de três noções fundamentais às suas obras de história do Brasil. (a) O processo de formação do Estado brasileiro nunca resultou de um projeto

<sup>74</sup> Como mencionado anteriormente, a aposta interpretativa de Maria Odila Dias sobre os pressupostos ontológicos e teóricos de Sérgio Buarque de Holanda é singular na medida em que vai na contramão de tudo o que foi escrito sobre a obra deste autor. Sobretudo quanto às expectativas que rondam *Raízes do Brasil*. Afirma-se, desde sua publicação inicial, a forte influência weberiana na construção de seus "tipos" (tais como o homem cordial) e pares conceituais, ou então sua estreita parceria com a dialética hegeliana. A novidade da abordagem sugerida por Maria Odila está, exatamente, em suavizar a influência tanto weberiana quanto hegeliana na obra (incluindo as posteriores a *Raízes do Brasil*) de Sérgio Buarque de Holanda. Ela vai às raízes historicistas europeias (principalmente Vico, Ranke, Meinecke e Dilthey) que possibilitaram ao brasileiro repensar originalmente a formação do Estado brasileiro. Como a autora salienta "[...] em *Raízes do Brasil*, com uma atitude historicista agora consolidada, pôde confrontar o conceito de uma identidade nacional. [...] Nesse livro, que é uma obra de **sinalização de tendências** mais do que de afirmações peremptórias, procurou contrapor a **vontade** do brasileiro ao **processo propriamente histórico** do vir-a-ser da colonização portuguesa" (2008, p. 320-321, grifo nosso). Tal abordagem da professora Maria Odila Dias possibilita uma perspectiva inaugural, para o Brasil, entre a sociologia processual e os estudos sobre o processo de formação do Brasil. Isso porque sua abordagem propicia uma leitura sociológica atual da sociedade brasileira, a partir de um texto que, desde o início, se pretendia como de análise do "processo histórico como um vir-a-ser no tempo". Sobre o historicismo alemão e seus pressupostos, ver: VICO, Giambattista. **Ciência Nova**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005; DILTHEY, Wilhelm. **El Mundo Histórico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944; MEINECKE, Friedrich. **El historicismo y su genesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Atual e o Inatual em L. von Ranke*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **Ranke: história**. São Paulo: Ática, 1979 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 8).



português emoldurado e preconcebido. Ao invés: o processo de colonização revelado por Sérgio Buarque de Holanda ressalta exatamente como as mudanças atreladas à realidade colonial e inesperadas pelos portugueses foram sendo absorvidas pela plasticidade portuguesa, o que ajudou na formação fluida, sempre relativa, do Estado brasileiro (Dias, 2008, p. 321). (b) Outra noção importante forjada por Sérgio Buarque de Holanda, resultante da influência da ideia de transitoriedade sobre seus estudos, foi a sua concepção de "contemporaneidade do não contemporâneo". A ideia contraproducente de uma burguesia portuguesa que, por depender inteiramente da iniciativa estatal, ainda adotava o modo de pensar da nobreza quinhentista portuguesa, acabou por auxiliar seus estudos sobre o funcionalismo público "quase esquizofrênico" no Brasil. Em suas palavras, Maria Odila Dias (2008, p. 324) revela que Sérgio Buarque de Holanda,

[...] a par disso, no Brasil, lembrava ainda, 'a vida na cidade desenvolveu-se de forma anormal e prematura' [*Raízes*, p. 60]. Referia-se ao predomínio dos senhores rurais no meio urbano e à inexistência de uma burguesia urbana independente dos fazendeiros. A formação do funcionalismo público criou um arremedo de dependentes dos cargos públicos e da vontade da elite dirigente. O Estado, durante o Império, também tomou feições desproporcionais de ditadura centralizada que persistiam como sobrevivência arcaica na República.

A transitoriedade influenciou, ainda, outra noção de tempo para Sérgio Buarque de Holanda. Crítico, assim como Vico, da ideia de progresso e tempo lineares, para Sérgio Buarque de Holanda o processo histórico possui múltiplas e diferenciadas temporalidades. É do conhecimento das singularidades e particularidades (dos "pormenores significativos") que o historiador pode reconstituir as inter-relações que formam o todo social (DIAS, 2008).

O segundo pressuposto teórico presente na elaboração de *Raízes do Brasil*, e importante para a construção da noção de processo histórico em Sérgio Buarque de Holanda, é a utilização de pares opostos de conceitos para a apreensão das mudanças que ocorrem ao longo do tempo. Entre o particular (individual) e o todo, a solução é a análise do meio, do fugaz, da contingência. E nada mais apropriado para tal apreensão do que as metáforas, o simbólico, a linguagem presentes no social e deixados de lado

quando se analisam as estruturas sociais sob uma perspectiva muito fixa (como regras legais, estatutos e normas escritas cristalizadas no tempo).

Já a capacidade de reversão dos processos sociais, ou fluxos e refluxos, para Sérgio Buarque de Holanda, está presente não só em *Raízes*, mas ao longo de toda a sua obra (DIAS, 2008). Esse elemento fundamental para a análise dos processos históricos, desenvolvida e ampliada por Sérgio Buarque de Holanda, tem como ponto de partida os escritos de Vico sobre "[...] a volta repetitiva de certos padrões que explicavam a recaída, o retrocesso, as sobrevivências arcaicas do passado que insistiam em reaparecer nos costumes de um povo" (Dias, 2008, p. 330).

À imagem de avanços e recuos, dos *corsi e ricorsi* de Vico, Sérgio Buarque de Holanda se referia aos fluxos e refluxos. Mesmo quando rompe com a metrópole, o Brasil tem dificuldade em se afastar do arcaico e rumar em direção à mudança efetiva. Maria Odila Dias (2008,p. 332) lembra que,

[...] nenhum arroubo, nenhuma ruptura caracterizou a obra colonizadora dos portugueses no Brasil, pois preferiam em suas atividades manter um ritmo pausado, de compasso repetitivo, a implementar projetos racionais. A dificuldade de transformar-se, após a independência, num país moderno devia-se justamente a esses momentos de impasse e de estagnação, aos quais Vico se referia em sua obra *Scienza Nuova*. Prendia-se à tendência da sociedade de conservar sobrevivências arcaicas e manter, no presente, costumes do passado, como o da escravidão.

Quanto às formas das interações, Holanda não acreditava que uma causa pudesse levar a um único efeito, já que pode haver uma pluralidade de fatores que são suscetíveis de dar conta de um fenômeno que se estuda na longa duração. Contra a causalidade, propunha uma noção de processo histórico pautada na simultaneidade de interações e fatores, entre fenômenos interdependentes.

Ao explicar o aparente paradoxo entre a vinda da família real portuguesa para o Brasil (1808), a abertura dos portos, e o predomínio de uma mentalidade familiar "particularista e antipolítica" nos centros urbanos, ressalta esta simultaneidade de interações. Ou seja, em vez de visualizar uma depois da outra (causalidade), foca como os múltiplos fenômenos se desdobram ao longo do processo, uns ao lado dos outros.

Em suas palavras, Holanda (2006, p. 80-81) explica que,

com o declínio da grande lavoura e a quase concomitante ascensão dos centros urbanos, precipitada grandemente pela vinda, em 1808, da Corte portuguesa e depois pela Independência, os senhorios rurais principiam a perder muito de sua posição privilegiada e singular. Outras ocupações reclamam agora igual eminência, ocupações nitidamente citadinas, como a atividade política, a burocracia, as profissões liberais. É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber, em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atributos específicos de sua primitiva condição. [...] O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.

Esses quatro elementos fundantes da concepção de Holanda sobre a noção de processo histórico se associam, facilmente, a quatro elementos que também inspiraram a noção de processo social em Norbert Elias, e que aqui foram analisados no início deste capítulo. A ideia de Elias de que há uma **mudança histórica constante** ao longo do tempo, e de que **a transitoriedade** dos processos deve ser melhor estudada a partir da análise das sucessivas etapas de transformação em cada sociedade.

Além desta, há a ideia de que em vez de estudarmos a mudança por meio de conceitos bipolares (como sociedade e indivíduo isolados e separados), os pares de conceitos opostos revelam o fugaz, o transitório, as tensões e conflitos que existem no meio entre os opostos. É nada mais potente que a linguagem, o símbolo, para apreender aquilo que não é regra escrita, mas que norteia e coage as pessoas em suas redes interdependentes de relações.

E, por fim, assim como Sérgio Buarque de Holanda, que percebeu os reflexos (ou *ricorsi*) que emergiam em costumes sociais de diferentes processos de formação do Estado brasileiro (nas sociedades mineradoras, na sociedade imperial e na primeira república), há em Elias uma atenção quanto à possibilidade, sempre latente, de reversibilidade dos processos sociais analisados. Os processos sociais, para Elias, são reversíveis exatamente porque são sociais: são formas de conhecimento social apreendido e repassado de gerações a gerações. O quadro que se apresenta seguir

procura sintetizar essa sugestão aproximativa entre essas semelhanças de Holanda e Elias, no que diz respeito às suas concepções de processo.

**Quadro 1: Processos em Norbert Elias e Sérgio Buarque de Holanda - aproximações.**

<b>Processo Social (Norbert Elias)</b>	<b>Processo Histórico (Sérgio Buarque de Holanda)</b>
<p>1. TRANSITORIEDADE</p> <p>a. da interdependência entre pessoas surge uma ordem imanente de etapas sucessivas de transformação;</p> <p>b. sociedades humanas estão em constante fluxo e sujeitas a mudanças constantes (sem a influência direta da vontade ou razão das pessoas envolvidas);</p>	<p>1. TRANSITORIEDADE/CONTINGÊNCIA</p> <p>a. processo histórico como um vir-a-ser no tempo, colado a múltiplas e diferenciadas temporalidades, e relativo à singularidade de processos individuais de povos diferentes;</p> <p>b. noção de contemporaneidade do não contemporâneo;</p> <p>c. crítica à ideia de progresso e tempo lineares;</p> <p>d. arbitrariedade de certos movimentos históricos (sem que houvesse a racionalidade ou a vontade dos envolvidos);</p>
<p>2. PARES CONCEITUAIS OPOSTOS</p> <p>a. pares conceituais opostos para determinar, metodologicamente, oposições e tensões dentro do movimento processual;</p> <p>b. em vez de trabalhar os tipos bipolares e estáticos, os pares de opostos nos revelam o meio, o transitório, o fugaz que se consolida na linguagem;</p>	<p>2. PARES CONCEITUAIS OPOSTOS</p> <p>a. pares de opostos (negações) são tentativas de, por meio da dialética, apreensão das mudanças históricas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira;</p> <p>b. entre o típico e o individual há o contingente, o fugaz (o meio), apreendido e estudado pelos opostos presentes na linguagem, na dimensão simbólica;</p>
<p>3. REVERSIBILIDADE DOS PROCESSOS (TENDÊNCIAS E CONTRATENDÊNCIAS)</p> <p>os processos sociais são reversíveis (no sentido da possibilidade de alteração das tendências nas suas direções);</p>	<p>3. <i>CORSI E RICORSI</i>//FLUXO E REFLUXO</p> <p>a. movimento dialético da história em suas oposições e permanências, entre experiências do passado, do presente e do futuro;</p> <p>b. fluxos e refluxos que assinalavam</p>

	impasses no avanço de importantes transformações para a sociedade brasileira;
4. SIMULTANEIDADE não há geração mecânica entre causa e efeito, mas uma ordem relativista de relação entre fenômenos interdependentes, simultâneos e submetidos a determinações recíprocas	4. SIMULTANEIDADE as interações são múltiplas e ocorrem em sequências simultâneas, ou seja, não existe uma causalidade (um evento após o outro determinando um processo histórico)

É justamente da proximidade entre Meinecke e Sérgio Buarque de Holanda com o chamado "círculo de Simmel" (DIAS, 2008), e das semelhanças entre Simmel e Elias como atesta Waizbort (WAIZBORT, 2001), que aparecem as oportunidades de desenvolvimento de uma análise processual sobre a democratização brasileira. Isso a partir das categorias sociológicas de Elias e do olhar sincrônico e diacrônico de Holanda sobre o desenvolvimento social do processo de democratização no Brasil.

A principal categoria sociológica de Elias capaz de trazer a dimensão simbólica, de forma diacrônica e sincrônica, para a análise do processo atual de democratização é o conceito de fundo social do conhecimento. O personalismo, aqui, pode ser repensado como um padrão de sentimento, pensamento e ação retirado do fundo social e coletivo de conhecimento da realidade social brasileira. É parte do simbólico que, não obstante estar longe das regras escritas, ainda aparece como norma social, como forma de conhecimento social a moldar a luta por distribuição de poder.

E, mais uma vez, a conexão possível para tal articulação de conceitos entre Elias e Holanda ocorre a partir de Simmel. A concepção de interação presente nos dois autores é a mesma: a interação das partes, dos singulares, permite o acesso ao todo social. Como ressalta Waizbort (2001, p. 97) "[...] a partir de cada interação é possível adentrar na teia do todo. Não há uma via de acesso que seja privilegiada, senão que **todas elas levam a ele** [no caso, a atual realidade social brasileira]" (grifo nosso).

Quando se pensa a interação social como algo que resulta de uma multiplicidade de interações que ocorrem simultaneamente, Simmel se

posiciona dentro de uma certa tradição filosófica que inaugura uma forma "sincrônica" de análise da sociedade.

Como bem salienta Lichtblau (1994, p. 545)<sup>75</sup>,

Simmel posiciona o seu conceito de 'interação' [...] no interior de uma tradição, na medida em que ele insiste na *infinitude* de princípio de *tudo o que ocorre*, considera *sem exceções* tudo o que ocorre como *ligado* através de uma multiplicidade de interações e subordina fundamentalmente uma análise dessas interações ao *princípio da simultaneidade*. Essa primazia da *sincronia* sobre a *diacronia* distingue fundamentalmente sua abordagem de uma análise causal, porque o conceito clássico de causalidade está necessariamente ligado à ideia de uma *sequência temporal* no sentido de 'um após o outro' (cf. Kant, *Kritik der reinen Vernunft*), enquanto a 'interação' contém o estado do 'um ao lado do outro' (grifo nosso).

Este é o posicionamento tanto de Elias quanto de Holanda para pensar as "múltiplas temporalidades" e simultaneidade de processos. Embora existam estágios, ou etapas sucessivas, sendo encaminhadas por diferentes sociedades, não existem estágios lineares. O que há é mudança percebida ao longo da história, com transformações e regressos paralelamente sobrepostos.

Mesmo Sérgio Buarque de Holanda tece constantes análises ao longo do processo de formação do Estado brasileiro em que aparece essa perspectiva de simultaneidade de tendências (normalmente contraditórias), de desfuncionalizações de ocupações sociais e a emergência, simultânea, de novas funções sociais. É o caso, em sua análise sobre a sociedade mineradora das Gerais (século XVIII), do embate entre o apego a normas estabelecidas e escritas (pela metrópole) e o fascínio que a novidade exercia. São mercadores e mecânicos que, se lançando às catas auríferas, ocupam novas posições sociais e alcançam um poder diferenciado. Para Sérgio Buarque de Holanda (2003, p. 297-299),

[...] é naturalmente compreensível que, sobre o tumulto inicial, se vá impor cada vez mais alguma aparência de estratificação. E apesar disso, durante longo tempo, a bem dizer em todo curso do século XVIII, essa espécie de ordenação forçada, puramente exterior, não consegue dissimular ali a ebulição íntima. Existe, é claro, a norma externa, ao menos como um modelo formal, pois qualquer sociedade de homens se há de pretender civil e bem composta. Mas como impedir que venham constantemente à tona os contrastes entre a idealidade e uma realidade tangível e bruta? O que de tudo ressalta é a estrutura movediça que se desmancha, em partes, e se recompõe

<sup>75</sup> LICHTBLAU, 1994 apud WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: In: WAIZBORT, L. (org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 97, 2001.

continuamente, ao sabor de contingências imprevisíveis. [...] Como suportar tranquilamente que o comando dos bisonhos corpos de ordenança seja confiado a indivíduos que saíram da classe dos tendeiros? Ou que no séquito de um governante tomem lugar, como se foram novos Martes, elementos de classe baixa, que ainda vivem de dar o sustento, o quarto a roupa, aos que viajam, e capim às suas bestas? Não é certo que, desses, uns foram almocreves, outros taberneiros, ou alfaiates, ou viviam há pouco tempo de fazer sapatos, puxando a dentadas o couro? [...] Esse descrédito do formalismo [magistrados que andavam à rua 'em cabelo', sem as perucas brancas], a instabilidade nas maneiras de comportamento e a implantação fácil de modas novas e efêmeras, que tanto amarguram Crítilo [ou Tomás Antônio Gonzaga, das *Cartas Chilenas*], são próprios de uma sociedade de meio aluvial como aquela, feita em sua imensa maioria de hordas de imigrantes, que não conheceram, em sua terra de origem, a oportunidade de assimilar os altos padrões de civilidade e luzimento. Some-se a isso a falta de sedimentação, aqui, das várias camadas dessa sociedade, que incessantemente se renovam, passando a abrigar elementos diversos que sobem dos socavões ou das tendas de negócio. O que se podia esperar de estável entre indivíduos recrutados unicamente segundo sua disposição para a luta áspera: luta contra a natureza, tanto mais bruta quanto mais dadivosa, e luta, ainda, contra interesses e facções rivais.

Mesmo que haja similitudes envolvendo as concepções processuais em Elias e Holanda há uma diferença crucial entre os dois autores: Sérgio Buarque de Holanda imprimiu certa diretividade em suas interpretações sobre o futuro das instituições modernas brasileiras. Em determinada parte de *Raízes* o autor associa causa e efeito em relação ao futuro das instituições brasileiras. Ou seja, se preocupa com as consequências do patriarcalismo como mentalidade que informa a configuração daquelas instituições que deveriam ser modernas. Ora, seus parâmetros de comparação são as estruturas sociais e a mentalidade que as cidades europeias desenvolveram.

Ao comparar a “singularidade brasileira” do predomínio dos padrões patriarcais, mesmo no regime republicano, com o processo de formação de estados europeus, Holanda revela tal diretividade (própria de seu tempo). Ao comentar sobre a dependência das cidades brasileiras em relação aos domínios rurais, e de seus respectivos padrões de comportamento (patrimonialismo, patriarcalismo, personalismo, entre outros), Holanda afirma que (2006, p. 89-90)

a regra, em todo o mundo e em todas as épocas, foi sempre o contrário: a prosperidade dos meios urbanos fazendo-se à custa dos centros de produção agrícola. Sem o incremento das cidades e a formação de classes não agrárias, o que tem sucedido constantemente é que a terra entra a concentrar-se, pouco a pouco,



nas mãos dos representantes de tais classes, que residem, em geral, nas cidades e consomem a produção dos elementos rurais, sem lhes dar, no entanto, o equivalente econômico do que recebem.

O peso que Sérgio Buarque de Holanda colocava sobre a dimensão espacial em certas passagens de *Raízes* evidencia certa direção, ou inevitabilidade, do processo de modernização. Ou seja, ao afirmar que a ausência de uma burguesia urbana “independente” foi a causa do recrutamento de representantes dos senhores rurais para os cargos administrativos estatais e, conseqüentemente, da manutenção de uma mentalidade rural para os padrões citadinos de comportamento, Holanda está apostando em uma única possibilidade de caminho a ser percorrido capaz de assegurar a formação de uma sociedade “moderna”: aquele identificado com a mentalidade citadina europeia. Como enfatiza Bastos<sup>76</sup> (2005, p. 27) para Holanda “[...] a modernização das formas de sociabilidade não ocorre, tornando-se obstáculo à configuração de uma esfera pública independente no Brasil”. Como aponta Elias, a retrospectiva de análise processual não pode ser unilinear, falar em inevitabilidade. Ao contrário, deve pretender trabalhar com graus variáveis de possibilidades e probabilidades. Em uma análise, pode-se ver o surgimento de um feudo a partir de uma tribo, e uma cidade surgir de um feudo. Isso não significa que todas as cidades deverão surgir de feudos, e que estes devam surgir de tribos (ELIAS, 2008).

Outro aspecto que, em certa medida, distancia Holanda e Elias é a crença de que a mentalidade rural pudesse ser modificada, ao longo do tempo, em função da instauração de uma mentalidade urbana. A substituição da economia lastreada no velho engenho (e na sua respectiva mentalidade) por estabelecimentos industriais urbanos acena para um novo tipo de senhores ‘empresariais’ (com uma nova urbanidade). É que a abolição da escravatura, aliada à decadência econômico-financeira dos senhores de engenho, permitiria uma verdadeira revolução. Para Holanda (2006, p. 193),

é compreensível que a Abolição não tivesse afetado desastrosamente as regiões onde a cultura do café já preparara assim o terreno para a aceitação de um regime de trabalho remunerado. Aqui a evolução para o predomínio urbano fez-se rápida e com ela foi aberto o caminho para uma transformação de grandes proporções. [...] O

---

<sup>76</sup> BASTOS, Élide Rugai. *Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: um diálogo*. **Revista Perspectivas**, n. 28, p. 19-36, 2005.

desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda de prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos indicam bem claramente que rumo se faz essa evolução.

A crença de que a urbanização, por si só, poderia gerar configurações diferenciadas, com camadas sociais mais amplas e fortalecidas em torno de “estabelecimentos industriais urbanos”, e de que propiciaria a “liquidação dos fundamentos personalistas” (Holanda, 2006, p. 199) é apostar na direção única de determinados processos sociais.

Para Elias, os processos sociais são reversíveis e apresentam, muitas vezes, simultaneidade de movimentos. A simultaneidade de direções dos processos sociais é uma característica que possibilita às análises sociológicas captarem ora sobreposição de certas direções sobre outras, ou o equilíbrio entre polos diferentes de direções. Significa dizer que Holanda, ao final de *Raízes*, pensava ser possível que a urbanidade (advinda com o processo de Abolição da escravatura) se sobrepusse às práticas cordiais e personalistas que norteavam a formação social decorrente do velho sistema agrário. Ao final de sua obra Holanda não vislumbrou o desdobramento, ao longo do tempo e ao longo da instauração da República, do equilíbrio e a manutenção entre os dois processos por ele identificados: a mentalidade personalista moldando uma urbanidade baseada, a partir da Abolição, em um sistema industrial moderno. Significa dizer que melhor do que buscar um caminho específico (baseado nos processos europeus) é perguntar como tal estrutura de personalidade (personalista) tem configurado modelos institucionais específicos de governo no processo de formação estatal do Brasil.

### CAPÍTULO 3

#### RELEITURA ELIASIANA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Com o presente capítulo propõe-se, como dito anteriormente, uma releitura do atual processo de democratização brasileiro. E não se trata de qualquer releitura: o objetivo é trazer a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda sobre as *Raízes do Brasil* para o estudo da democracia no Brasil contemporâneo. Esta tarefa se configura, na verdade, como uma proposta de discussão teórica que se estabelece a partir de três flancos abertos no debate sociológico (em geral e no Brasil): (a) o que é um clássico para a sociologia, de forma geral e especificamente para a sociologia brasileira; (b) se, e como, o clássico pode servir de fundamentação teórica para a análise de questões sociais no presente e (c) como a sociologia de hoje, baseada em dados empíricos cada vez mais imediatistas, se esquivava de pensar um método que possa observar a realidade por meio de uma perspectiva mais longa de tempo (em vez do curto prazo, o longo prazo).

Assim, além de um debate específico da área de pensamento social brasileiro (se *Raízes do Brasil* pode, ou não, ser lido a partir das questões postas pela sociedade brasileira do presente), busca-se uma releitura do conceito de personalismo de Sérgio Buarque de Holanda a partir da teoria de processos de Norbert Elias.

A ideia, portanto, é ler o Sérgio Buarque de Holanda (e sua concepção processual de sociedade brasileira) a partir dos problemas atuais, por meio das sugestões teóricas contidas na sociologia processual de Norbert Elias. A proposta teórica eliasiana é a chave para a alteração na qualificação que o pensamento brasileiro tradicionalmente faz da obra de Sérgio Buarque de Holanda: de mero ensaio, *Raízes* passaria a uma nova "modalidade de imaginação sociológica"<sup>141</sup>.

O capítulo se desdobra em três seções: a primeira busca dar forma a essa aproximação entre os principais debates que ocorrem dentro da

---

<sup>141</sup> A expressão é de Wright Mills. Ver: MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972 [1959].

teoria social contemporânea e dentro da área de pensamento social brasileiro, ao mesmo tempo em que apresenta uma proposta alternativa de como lidar com a releitura de obras clássicas baseada na teoria eliasiana de processos sociais de longa duração.

Na segunda seção, é por meio de um quadro sintético sobre as aproximações e as tensões entre os dois autores (Elias e Holanda) que se propõe um redesenho sobre o conceito de personalismo. Em vez de uma qualificação que se estabelece a partir da ideia de singularidade cultural<sup>142</sup>, é nessa seção que Elias, por meio de sua teoria dos processos sociais, pode reacender o debate em torno de como o personalismo se requalifica a partir de práticas, sensações e pensamentos compartilhados pelos brasileiros ao longo do tempo. A ideia é estabelecer um debate sobre a atualidade do conceito de personalismo, não em torno de ambiguidades culturais, mas a partir da interpretação de que os ensaios podem ser lidos como padrões de discursos forjados em meio a um fundo social e compartilhado de conhecimento. É esse compartilhamento de conhecimento coletivo que deve ser o ponto de partida para se conhecer determinada sociedade (ELIAS, 1998).

Por fim, a terceira seção propõe colocar a articulação entre Elias e Holanda, tecida na seção anterior, a favor de uma leitura nova sobre o atual processo de democratização brasileiro.

---

<sup>142</sup> A leitura de que a historiografia brasileira, e, sobretudo Sérgio Buarque de Holanda a partir de *Raízes do Brasil*, "[...] não reconhece os valores positivos desse passado" (2001, p. 85) porque retira tais interpretações de pares conceituais absolutos, em vez de trabalhar com uma noção processual baseada na "relatividade cultural", é de Jessé Souza. Tal debate retornará na presente discussão de forma mais detalhada, na seção seguinte do presente capítulo (quando discutir-se-á a substituição da concepção de singularidade cultural para a de fundo social de conhecimento. Por ora, para mais esclarecimentos ver: SOUZA, Jessé. Elias, Weber e a Singularidade Cultural Brasileira. In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 63-88.

### 3.1 TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA E PENSAMENTO BRASILEIRO: COMO RELER UM CLÁSSICO DA IMAGINAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Um movimento geral que ocorre nas ciências contemporâneas e dos mais relevantes para a teoria social, é a restituição do papel central ocupado pela teoria. Ao mesmo tempo, aumenta-se a percepção de que os dados empíricos são modelados teoricamente, admite-se que os resultados científicos não estão baseados unicamente em evidências empíricas, e constata-se que as mudanças fundamentais na ciência são resultantes de uma mescla entre empiria e alternativas teóricas convincentes. Essa movimentação geral é designada como "contexto pós-positivista" e tem caracterizado também a sociologia (Botelho, 2013; 2009; Alexander, 1999; Giddens e Turner, 1999; Elias, 2008; 1998). Para Botelho (2013, p. 10),

essa reabilitação da teoria como contrapartida ao positivismo tem levado não apenas ao questionamento da identificação das ciências naturais como paradigma para a sociologia, mas também a um interesse renovado pelos clássicos da disciplina. E mesmo que dados empíricos produzidos posteriormente [...] permitam problematizar as obras dos autores clássicos, o progresso da sociologia não as tornou anacrônicas. Afinal, não são clássicas justamente as teorias que, apesar de tudo, não envelheceram como teoria e por isso ainda têm muito a nos dizer?

Este é também um dos argumentos defendidos pelo sociólogo norte-americano Jeffrey Alexander na defesa dos clássicos da disciplina. Como não possuímos uma linguagem codificada de antemão (como é o caso da linguagem matemática), o discurso sociológico se torna "polivalente", permitindo que a discordância disciplinar seja possível de modo "produtivo, coerente e duradouro". Como uma gramática, os clássicos fornecem a base comum para que haja interlocução entre todos aqueles que participam da discussão teórica. Alexander (1999, p. 46) argumenta que "[...] o reconhecimento consensual de um clássico implica um ponto de referência comum. [...] Podemos ficar relativamente seguros de que nossos receptores saberão do que estamos falando, ainda que não reconheçam em nossa discussão sua própria posição particular e única".

Este debate sobre a importância teórica dos clássicos para a sociologia atual resultou em duas abordagens distintas e concorrentes: por um

lado, há uma vertente "analítica", (associada ao programa de pesquisa desenvolvido por Alexander) que afirma a validade de retomar os textos clássicos diretamente a partir de questões próprias do presente. Na outra ponta do debate estão os "contextualistas", que defendem a necessidade de reconstituir minuciosamente o contexto original em que autores e textos estavam inscritos, para que possam especificar suas "intenções". Tal abordagem está associada ao programa de pesquisas vinculadas a Anthony Giddens<sup>143</sup>.

Sob este ponto de vista, ao se adotar os textos clássicos como resultados de um momento específico da sociedade, corre-se o risco de que "sua validade cognitiva se esgote em sua própria individualidade histórica" (Botelho, 2010).

Contudo, uma proposta alternativa surgiu com a finalidade de acabar com o impasse e propor uma retomada atual dos clássicos: a proposição de uma "interface entre a intencionalidade do autor [...] e os significados daquilo que realizou para a sociologia como um todo" (Botelho, 2013, p. 15). Ou seja, a retomada de um autor clássico deve se dar por meio da constatação do que o autor pretendia escrever no contexto de sua época, juntamente com os significados de sua obra para a teoria social. Dessa perspectiva Botelho (2013, p. 15-16) afirma que,

[...] o interesse em estabelecer diálogo entre autores situados em contextos diferentes não se mostra impeditivo para uma reconstrução analiticamente orientada. Mesmo admitindo que o corte operado pela institucionalização da sociologia como disciplina científica tenha acarretado mudanças significativas no modo de produção de conhecimento, torna-se possível delinear **continuidades decisivas** - embora não necessariamente articuladas de modo explícito - em torno de questões centrais da vida social. [...] Isto é, retomar perspectivas ou questões clássicas não significa apenas aperfeiçoá-las, mas muitas vezes implica também **manter certos achados e descartar outros** (grifo nosso).

---

<sup>143</sup> Para conhecer ou aprofundar o conhecimento sobre tais propostas ver GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003; \_\_\_\_\_. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. Embora vinculada a programa de pesquisa desenvolvido por Giddens, a proposta contextualista está fortemente associada ao debate denominado por "contextualismo linguístico" e inaugurado pelo britânico Quentin Skinner. Para aprofundar conhecimento sobre esta vertente, ver SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Como revela Botelho (2009, 2010, 2013), essa perspectiva analítico-contextualista para a retomada dos clássicos permite que o melhor, no sentido de mais explicativo em cada uma das abordagens (analítico-contextualista), possa ser utilizado para o estabelecimento de diálogo entre autores situados em contextos diferentes. Assim, torna-se plausível uma aproximação entre questões do presente e interpretações do passado, já que os desafios atuais vivenciados pelos brasileiros também estão associados à sequência de seu desenvolvimento histórico.

Deve-se ressaltar que sob a teoria dos processos sociais de longa duração o estudo do fluxo da vida social não aponta apenas as mudanças sociais, mas também o caráter transitório (por isso, aparentemente persistente) de problemas sociais por muitas vezes já apontados no passado. Sua releitura revela-se, sob a ótica da longa duração, como extremamente relevante já que a análise comparada de fases ou estágios de um processo é crucial para a compreensão das relações sociais - se houve efetiva ruptura ou mudança social, tais como o deslocamento ou a distribuição efetiva de poder (Elias, 2006, p. 28).

A tentativa de estabelecer um diálogo entre autores e obras de contextos diferenciados (períodos históricos diferentes) condiciona, necessariamente, um compromisso simultâneo de convergência teórico-metodológica entre as diferentes abordagens? Para Botelho a teoria social pode obter ganhos relativos com abordagens cognitivas plurais e diferenciadas, em vez de esperar ganhos cumulativos no sentido linear. Em suas palavras (2013, p. 28),

[...] a importância dos clássicos [...] não implica nenhum compromisso em torno da ideia de 'convergência' teórico-metodológica, como aparece reiteradamente nas propostas analíticas funcionalistas de Parsons<sup>144</sup> e neofuncionalistas de [Jeffrey] Alexander. A tensão entre

---

<sup>144</sup> De crucial importância para a fundamentação teórica da sociologia contemporânea, a obra de Talcott Parsons (1902-1979), especialmente *O Sistema Social*, vem sendo extensamente debatida, criticada e reelaborada ao longo dos últimos sessenta ou setenta anos pela sociologia mundial. Com a intenção inicial de sintetizar os autores hoje clássicos da sociologia mundial - Marx, Weber e Durkheim -, Parsons parte, em seguida, para a elaboração de uma teoria geral de sociologia que pudesse explicar todo e qualquer fenômeno social, além de predizer os comportamentos tanto dos indivíduos quanto das sociedades (a exemplo da mecânica clássica para a física). Por fim, elabora o que se convencionou na teoria sociológica como "funcionalismo estrutural", passando a receber inúmeras críticas ligadas, além a outros elementos, ao caráter estático que a teoria apresentava ao propor suas análises sociais. Para aprofundar sobre o funcionalismo estrutural em Parsons, ver PARSONS, Talcott. *A Formação de um Sistema Social*. **Revista**

aquelas abordagens [clássicas] é produtiva, como também foi discutido, justamente porque, embora seus desenvolvimentos teóricos não se esgotem em sua identidade histórica imediata, os diferentes contextos dos clássicos os diferenciam notavelmente uns dos outros. A volta dos clássicos da sociologia pressupõem assim, perspectivas e desenvolvimentos plurais e não necessariamente aperfeiçoamentos cognitivos lineares.

E como aproximar as questões sociais do presente com as interpretações clássicas do passado brasileiro? Além do interesse perene pelos ensaios de interpretação do Brasil há, dentro da linha de pesquisa sobre o pensamento brasileiro, uma busca por "repensar o estatuto dos ensaios"<sup>145</sup> e

---

**Humanidades**, n. 6, vol. 2, p. 30-68, 1984; DOMINGUES, José Maurício. Integração e Poiesis: o funcionalismo, Parsons e Luchmann. In: \_\_\_\_\_. **Teorias Sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 35-54, 2001. Quanto aos autores que remetem a um retorno diferenciado a Parsons, ver MÜNCH, Richard. A teoria parsoniana hoje: a busca de uma síntese. IN: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora UNESP, p. 175-228, 1999. Por fim, entre aquelas obras que propõem a crítica à Parsons, Elias rejeita a teoria parsoniana de sistema social que, em vez de focar o caráter dinâmico da realidade social e, daí, partir para a elaboração de um paradigma sociológico, insiste na adoção de um modelo sociológico estático, baseado no modelo de ciência adotado pelas ciências naturais (sobretudo a física). Falando para colegas do Congresso de 1970 da Associação Internacional de Sociologia, com o próprio Parsons presente à conferência, Elias retoma a questão do processo civilizador para falar dos processos de construção dos Estados, moldando-a a partir da teoria de sistema social parsoniana. Elias (2006, p. 155) revela que "[...] as condições atuais das sociedades 'avançadas' são tratadas nos modelos sociológicos quase como se fossem um estágio final imutável. As perspectivas de curto prazo de grande parte das formulações sociológicas mais prestigiadas de nosso tempo encontram expressão na abstração de certos aspectos daquelas sociedades, cuidadosamente escolhidos, tomados como leis e apresentados como se pudessem ser aplicados a agrupamentos humanos de todas as épocas e regiões. As teorias erguidas em torno de conceitos tais como 'sistema social' são ilustrativas: reduzem os processos de mudanças estruturadas e direcionais de longa duração [...] a um estado imutável, uma condição permanente. Nesse contexto, as mudanças são percebidas, no máximo como um fluxo não-estruturado, como 'história'".

<sup>145</sup> Por ensaios clássicos de interpretação do Brasil são tomadas aquelas publicações feitas entre a década de 1920 e o final da década de 1950, com variados estudos que versavam sobre a formação brasileira, independentemente da relação ambígua que as ciências sociais adotam com tais obras desde o início de sua institucionalização. Entre outros, citam-se VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Governo do Estado do Rio de Janeiro/UFF, 1973 [1920]; \_\_\_\_\_. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999 [1942]; PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1928]; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1936]; PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1933]; \_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo, 2011 [1942]; FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2003a [1933]; \_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global Editora, 2003b [1936]; LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1949]; FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 2001 [1957]. Quanto à produção acadêmica brasileira a respeito dessas obras clássicas ver, entre outros, MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vols. 1 e 2. São Paulo: Sumaré, 2001 e BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.



sua capacidade de interpelação contemporânea às ciências sociais e à sociedade brasileiras" (Botelho, 2010, p. 49).

Autores e obras que buscaram interpretar a formação do Brasil a partir de elementos plurais (forma, conteúdo e temas diversos) têm sido reunidos em um conjunto unitário sob a denominação "ensaísmo de interpretação do Brasil". A atribuição está forjada sob o argumento de que são obras que têm, em comum, um mesmo fundamento: tratar da formação social brasileira a partir de sua história colonial e imperial. O simples fato de serem tais ensaios caracterizados uniformemente como estudos que se debruçavam sobre o passado brasileiro já revela o pressuposto por trás da análise: a visão de que não seriam trabalhos de ciências sociais (com caráter científico) porque não traziam resultados de pesquisa empírica e porque não se adequavam aos moldes narrativos da ciência - como monografias científicas (Miceli, 2001).

Assim, a partir do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil (que se inicia imediatamente após o surgimento de tais "narrativas" clássicas), processo este fundamentado em vertentes sociológicas europeias e norte-americanas, é que se define "[...] o lugar e o sentido do ensaio na cultura brasileira" (Botelho, 2013, p. 48). A busca por uma unidade de sentido aos diferentes ensaios interpretativos não favoreceu o reconhecimento e o estudo acurado das diferenças significativas entre tais obras e autores. Por isso, como bem salienta Botelho (2010, p. 55), mesmo a operação metodológica de retorno ao passado colonial não garante unidade aos ensaios de interpretação do Brasil, pois,

[...] deve-se reconhecer que mesmo o movimento metodológico comum que realizam de voltar ao passado colonial para conferir inteligibilidade aos dilemas do presente não parece suficiente para inferir uma unidade dos ensaios de interpretação do Brasil. Afinal, realizando-se aquele movimento - já definido, aliás, no ensaio de estreia de Oliveira Vianna [...] - eles nos ensinam a pensar a **dimensão de processo** inscrita no presente vivido, como Antônio Cândido se referiu especificamente ao legado de *Casa Grande e Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo* para sua própria geração, [já que] são muito diferentes, e mesmo conflitantes, as formas como os ensaios o realizam (grifo nosso).

A qualificação de tais trabalhos como meros ensaios pode ser atribuída à polarização criada no rastro da implantação e demarcação do campo científico das ciências sociais no Brasil. Nesse sentido, é a partir das

décadas de 1970 e 1980 que os ensaios e interpretações do Brasil passaram ser sistematicamente desqualificados como meras "ideologias" (Botelho, 2010; 2013). Por isso, muitas visões simplistas sobre os ensaios clássicos de interpretação do Brasil atrelam seus resultados a meros conhecimentos datados e restritos às suas individualidades históricas. É como se os resultados de suas pesquisas não servissem para os atuais debates enfrentados pela sociologia brasileira. Tal desqualificação significa, como afirma Brandão (2005, p. 234), o retrocesso em termos do parâmetro que utilizam para caracterizar conhecimento científico, pois ao tomar

[...] como padrão as ciências naturais – que progridem esquecendo os seus fundadores – e desconsiderando a natureza das ciências sociais – cujo trabalho, sob certo aspecto, se assemelha ao de Penélope, que, para atingir seus fins, necessita refazer o seu próprio caminho –, uma interpretação simplista não hesitaria em qualificar tal situação como resistência à adoção dos procedimentos metodológicos e técnicos que caracterizariam a verdadeira Ciência, indicação de quão atrasados estaríamos no terreno da profissionalização e institucionalização do saber.

Diante dessa tentativa de revisão dos clássicos sociais, o que propõe Botelho para repensar os clássicos do pensamento brasileiro? O ideal seria a busca por "novas formas de compreensão dessa modalidade de imaginação sociológica<sup>146</sup>" (2009, 2010, 2013), conhecida no meio acadêmico como ensaios de interpretação sobre o Brasil.

Para tanto, Botelho propõe a revisão dos ensaios como formas de conhecimento que vão além de meras descrições externas datadas da sociedade brasileira. No seu entender, Botelho (2010, p. 61) assegura que os ensaios também "[...] operam reflexivamente, desde dentro, como um tipo de metalinguagem da própria sociedade brasileira, como uma semântica histórica que participa da configuração de processos sociais mais amplos, como o da construção do Estado-nação".

<sup>146</sup> Aqui se estabelece clara relação com o conceito de imaginação sociológica a partir da perspectiva, hoje clássica, de Wright Mills. Para Mills (1972, p. 12-14) "[...] a imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia, e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa a sua tarefa e a sua promessa. A marca do analista social clássico é o reconhecimento delas. [...] Nenhum estudo social que não volte ao problema da biografia, da história e de suas interligações dentro de uma sociedade completou sua jornada intelectual. [...] Sua utilização [da capacidade de imaginação sociológica] se fundamenta sempre na necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período no qual sua qualidade e seu ser se manifestam". MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972 [1959].

Em referência ao debate na teoria social entre "analistas" (Alexander) e "contextualistas" (Giddens), Botelho (2013, p. 15) acredita ser possível revisitar os clássicos a partir de uma "[...] interface entre a intencionalidade do autor e os significados daquilo que realizou para a sociologia como um todo". Como a finalidade da pesquisa de tais obras clássicas, no caso o ensaio brasileiro, é analítica - porque reivindica a comunicação entre os interesses contemporâneos e a pesquisa em textos mais antigos -, os meios necessários para atingi-la passam pela contextualização histórica de tais obras. Neste caso, o clássico passa a ser utilizado como a fundamentação histórica necessária para aproximar as questões do presente às respostas do passado, que foram elaboradas pelos ensaístas da sociedade brasileira<sup>147</sup>. Botelho (2010, p. 64) sintetiza sua proposta argumentando que as interpretações do Brasil

[...] existem e são relidas no presente, não como supostas sobrevivências do passado, mas orientando as escolhas de pessoas e imprimindo sentido às suas experiências coletivas. Elas constituem um espaço social de comunicação entre diferentes momentos da sociedade, entre seu *passado* e *futuro*, e é por isso que sua pesquisa pode nos dar uma visão mais integrada e consistente da **dimensão de processo que o nosso próprio presente ainda nos oculta**. E porque representam um 'repertório interpretativo' a que podemos recorrer manifesta ou tacitamente para buscar motivação, perspectiva e argumentos em nossas contendas, bem como na mobilização de identidades coletivas e de culturas políticas, é preciso, então, começar por reconhecer que nem o 'ensaísmo', nem as 'interpretações do Brasil' neles esboçadas constituem realidades ontológicas estáveis. São antes objeto de disputas cognitivas e políticas e, nesse sentido, recursos abertos e contingentes, ainda que não aleatórios, no presente (grifo nosso).

Em síntese, as interpretações clássicas sobre o Brasil são utilizadas, para Botelho, de três formas: como orientações para as ações das pessoas em geral, ou seja, como as pessoas assimilam as interpretações sobre o Brasil e, ainda hoje, as utilizam como referencial para o cotidiano. Como espaço social de comunicação entre diferentes momentos da sociedade,

<sup>147</sup> Sobre as pesquisas realizadas por Botelho a partir dessa sugestão de programa de pesquisa, ver BOTELHO, André. Manoel Bomfim e o legado autocrático do Estado brasileiro. **Achegas.net**, v. 31, 2006; \_\_\_\_\_. Seqüências de uma sociologia política brasileira. **Dados**, v. 50, p. 48-82, 2007; \_\_\_\_\_. Passagens para o Estado-nação: a tese de Costa Pinto. **Lua Nova**, v. 77, p. 147-177, 2009; BASTOS, Élide Rugai e BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. **Dados**, v. 53, p. 889-919, 2010; \_\_\_\_\_. Interpretações do Brasil e ciências sociais, um fio de Ariadne. **Sinais Sociais**, v. 7, p. 10-35, 2012.

oferecendo-nos uma dimensão processual que o presente ainda nos oculta. E como disputa por poder dentro do campo acadêmico – denominado pelo autor como disputas cognitivas e políticas.

No entanto, as atuais propostas de pesquisa sobre os "clássicos" no Brasil ainda se esquivam de pensar como tais obras podem ser lidas no presente a partir da teoria social contemporânea. O receio de realizar um anacronismo ou de cometer um equívoco cognitivo ao retorno teórico-metodológico aos clássicos, como mecanismos para pensar os problemas atuais da sociedade brasileira, pode ser identificado em frases tais como "[...] as interpretações do Brasil são [...] relidas no presente, não como supostas sobrevivências do passado, mas orientando as escolhas de pessoas [...]" (Botelho, 2010, p. 64).

Ao se tentar aproximar as questões do presente às interpretações do passado, o pensamento social brasileiro pode enfrentar dificuldade quanto ao pressuposto de linearidade do desenvolvimento social que fundamenta as várias abordagens dessa linha de pesquisa. Mesmo que exista um esforço para que a "[...] dimensão processual que nosso presente ainda oculta" (Botelho, 2010, p. 64), é como se as questões do passado se esgotassem em um tipo de resposta que foi apresentada no passado e que não podem ser retomadas e utilizadas nas pesquisas atuais sobre a democratização brasileira, por exemplo. O tipo de explicação unilinear, causal e estática não permite que movimentos processuais anteriores sejam observáveis no presente. São as típicas explicações que derivam do paradigma causal e estático de que nos fala Norbert Elias (1998, p. 35):

[...] As explicações causais sempre implicam um começo. Mediante um exame mais acurado, pode-se facilmente descobrir que os acontecimentos apresentados como causa e, portanto, como um início sempre exigem, por sua vez, explicação em termos causais que responda à pergunta de como e por que eles mesmos começaram, e assim *ad infinitum*. Processos só podem ser explicados em termos de processos. Não há inícios absolutos.

Por isso, o projeto de repensar a democratização do Brasil a partir de respostas do passado brasileiro deve retomar os dois debates aqui anteriormente discutidos: *como* a teoria social contemporânea deve catalisar o diálogo entre o passado e o presente, e como o ensaio de interpretação do

Brasil passa a ser *conhecimento social coletivo*, numa abordagem que privilegia a explicação processual. Nesse sentido, o que a presente pesquisa propõe é utilizar a teoria sociológica de processos em Norbert Elias como “ponte” entre a teoria social contemporânea e o pensamento social brasileiro.

Em primeiro lugar, Norbert Elias (1956, 1994b, 1997b, 1998) afirma que a teoria sociológica não deve ditar leis e não deve decretar princípios estabelecidos de validade científica. Em vez disso, a teoria sociológica proposta por Elias rejeita as explicações de cunho causal-estático e sugere, em seu lugar, a noção processual. Assim, Norbert Elias entra no debate sobre a teoria social contemporânea buscando substituir uma visão teórica estática, unilinear e causal por uma sociologia dos processos baseada na mutabilidade constante, na multiplicidade e na processualidade. Ou seja, o autor se coloca diretamente contra a proposta filosófica cartesiana de que a observação possível da realidade se dá mediante a fragmentação de partes estáticas que não se interconectam. Portanto, para a visão cartesiana, passado e presente são desconectados. Elias (1998, p. 24) se contrapõe a esta tradição de conhecimento quando afirma que

[...] os fatos com que os sociólogos e outros cientistas sociais se preocupam dificilmente podem ser entendidos, e certamente não serão explicados, se a diferença experimentada entre presente e passado não for neles projetada - se os tempos presentes forem percebidos, como têm sido, *isoladamente*. Assim, a reconstrução, na forma de modelos, dos processos que conduzem do passado, ao longo dos poucos dias daqueles que estão vivos, ao futuro, é tarefa indispensável aos sociólogos.

Esta tradição filosófica de conhecer o mundo (cartesiana) ressalta que aquisição de conhecimento somente ocorre porque o indivíduo é autônomo o suficiente para apreender e conhecer a realidade. Existe a suposição de que a aquisição de conhecimento para cada ser humano é universalmente a mesma (Elias, 1998, p. 26-27). Ora, o que Elias propõe, com sua sociologia processual, é romper com esta tradição também no que diz respeito à forma de conhecimento dos seres humanos. Assim, os seus dois pressupostos passam a ser: (a) de que o conhecimento é transmitido de geração em geração (cada ser humano só adquire conhecimento de outro ser humano por meio do aprendizado); e (b) o conhecimento, individualmente ou ao longo de gerações, pode crescer ou declinar (Elias, 1998, p. 27).

A dimensão tempo, juntamente com o espaço e os símbolos sociais aprendidos, reorganiza a abordagem sociológica na proposta de Elias. Significa dizer que o ponto de partida para o conhecimento de uma dada configuração (uma sociedade no presente, por exemplo) está no conhecimento gerado coletivamente e repassado, ao longo do tempo, de geração em geração. Essas respostas criadas coletivamente e repassadas como padrões de comunicação e comportamento são o que Norbert Elias denominou como "símbolos socialmente aprendidos" (2006, p. 25).

É para essa forma coletiva de perceber e conhecer o mundo que Elias se volta para formular o conceito de *fundo social de conhecimento*. Com isso, Elias revê o papel do indivíduo isolado, fragmentado e começo de si mesmo, para seres humanos que formam figuras uns com os outros a partir da transmissão de conhecimento de uma geração a outra. Está implícito, aí, o fato de que o desenvolvimento das relações interdependentes entre os seres humanos deve ser analisado ao longo do tempo. Para Elias (1998, p. 28), nenhum ser humano é um começo, mas

[...] cada pessoa parte da palavra e entra na preexistente corrente de conhecimento que ela pode melhorar ou aumentar. Trata-se sempre de um *fundo de conhecimento já existente* que avançou ou é levado a declinar. Essas teorias de conhecimento podem acomodar o fato observável de que o conhecimento, assim como a linguagem na qual ele é expresso, é específico de um grupo, permitindo que o mesmo conhecimento possa ser representado simbolicamente por diversas linguagens.

Portanto, o fundo social de conhecimento é a referência necessária para buscarmos compreender como se inter-relacionam as pessoas, e a partir de que padrões vivenciam a realidade que os cercam. Por exemplo, para Norbert Elias, as nações desenvolvem, ao longo do tempo, elementos básicos e específicos que os caracterizam de forma singular em relação a outras nações. Estas diferenças se sedimentam na língua e na maneira de se perceberem como nações. Para Elias (2006, p. 127-128), elas são geradas por um fundo social de conhecimento e reveladas

[...] no modo pelo qual os seres humanos se determinam reciprocamente em suas relações sociais e no modo pelo qual reagem diante de acontecimentos pessoais ou impessoais. As formas de percepção e comportamento, em toda a sua amplitude e profundidade, têm, em cada país, uma coloração caracteristicamente

nacional. Frequentemente, só se toma consciência delas no contato com estranhos, com estrangeiros.

Para Elias, esse habitus nacional específico, analisado do ponto de vista processual, deve ser estudado tal como opera a aquisição de conhecimento social: de forma interdependente e funcional. Quando indagado sobre se o método de aquisição de conhecimento das sociedades animistas era inferior que o método científico, a resposta de Elias (1998, p. 192) é clara:

[...] ao contrário, indivíduos de fases primitivas, em geral, são extremamente observadores - dentro dos limites de seus interesses. Sua capacidade de raciocínio de modo nenhum é menor. Se pensam de forma diferente é porque **sua imagem substantiva do mundo, bem como da conexão dos acontecimentos dentro dele, é diferente nessa etapa.** Esse é o ponto crucial. O método utilizado para adquirir conhecimento é **funcionalmente interdependente e inseparável da substância do conhecimento que os indivíduos possuem, e, sobretudo, da imagem básica que tenham do mundo.** Se essa imagem for diferente, o método elaborado para adquirir conhecimento relevante será, obviamente, também diferente. (grifo nosso).

Por isso, a presente proposta: a leitura atual do "ensaio brasileiro", não como abordagem pré-científica, mas como manifestações de pessoas, como padrões de discurso ou de pensamento, e que foram forjados por um fundo social de conhecimento compartilhado por autores clássicos de uma imaginação social brasileira.

Sérgio Buarque de Holanda, além de pensador, e parte interessada em um debate cognitivo e acadêmico sobre o Brasil, vivenciou, como brasileiro, o conhecimento gerado neste fundo social, de onde retirou boa parte de seus elementos de análise. Além de pesquisador, era membro de uma figuração que vivenciava um debate sobre propostas de mudanças no processo de integração do Brasil (democratização funcional), mas que também estava habituado aos padrões específicos dos brasileiros para lidarem com as lutas em torno do equilíbrio entre centralização e descentralização do poder. Não é por acaso que retorna ao tema do Brasil colônia, repassa inúmeros episódios do Império e intitula seu livro de *Raízes do Brasil*. Assim, por meio da sociologia processual de Elias, e especificamente do conceito de fundo social coletivo - de onde os brasileiros retiram seus habitus para lidarem com a

distribuição de poder -, Sérgio Buarque de Holanda pode ser retomado na leitura atual do processo de democratização no Brasil.

Em todos os múltiplos e diferenciados episódios revisados por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes*, há algo que permanece recorrente: a mentalidade cordial.



### 3.2 RELENDO O PERSONALISMO: DE SINGULARIDADE CULTURAL A COMPONENTE DO FUNDO SOCIAL DE CONHECIMENTO

Nem um ensaio, nem uma obra de teoria social. *Raízes do Brasil* é aqui interpretado como uma obra clássica que busca formas de compreender as ligações emocionais, ou a cultura que embasa, que enraíza, a formação social brasileira. Uma imaginação social sobre a formação do Brasil, para se beneficiar da criatividade de Wright Mills.

O personalismo, um dos elementos centrais e recorrentes da construção holandiana, não só em *Raízes* como em outras obras posteriores, não é aqui abordado como conceito sociológico. Como salientado anteriormente, o conceito de fundo social de conhecimento em Norbert Elias (1998) auxilia na releitura do personalismo como parte de um padrão discursivo e de pensamento compartilhado por grupos de pessoas. Significa dizer que o personalismo, como padrão de pensamento, de fala e de ação compartilhados em um fundo social de conhecimento, auxilia os brasileiros a vivenciarem o seu cotidiano (Elias, 1998, p. 109-110). Por isso, a presente pesquisa não propõe interpretar o personalismo como singularidade cultural brasileira. É uma forma padronizada e compartilhada socialmente de sentir, vivenciar e agir no mundo.

Antes de proceder com a releitura eliasiana do personalismo, cabe rever uma linha de pesquisa sobre o pensamento social no Brasil que denomina o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda (especificamente o personalismo em *Raízes do Brasil*) como "sociologia da inautenticidade"<sup>148</sup>, pois acusa Sérgio Buarque de Holanda de não enxergar uma modernidade seletiva no Brasil ao ressaltar a continuidade do personalismo - ou, como interpreta Jessé Souza, da singularidade cultural portuguesa.

Em *Modernidade Seletiva*, Jessé Souza procura rever o que considera serem os pressupostos da "[...] interpretação dominante dos brasileiros sobre si mesmos, seja na dimensão da reflexão metódica, seja nas suas manifestações na nossa prática social" (2000, p. 11). Para o autor, há

---

<sup>148</sup> Para maiores detalhes, ver SOUZA, Jessé (org.). **O Malandro e o Protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998; \_\_\_\_\_. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000; \_\_\_\_\_. Elias, Weber e a Singularidade Cultural Brasileira. In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 63-88, 2001.

uma "sociologia da inautenticidade" que se fundamenta na ideia de que o Brasil desenvolveu uma modernização superficial e de fachada, portanto inautêntica, cujos expoentes máximos seriam Sérgio Buarque de Holanda, com seu conceito de personalismo<sup>149</sup>, Raymundo Faoro e o conceito de patrimonialismo, além de Roberto da Matta, com a vertente culturalista de uma herança ibérica.

Para Jessé Souza, a sociologia da inautenticidade peca por enfatizar que a "[...] singularidade cultural brasileira se situa aquém e além do impacto da modernidade ocidental" (2000, p. 15). Souza interpreta como se houvesse, em todos estes pensadores que se debruçaram sobre a formação do Brasil, um mesmo pressuposto de que há, no Brasil, "[...] uma singularidade cultural [que está fundamentada] na influência ibérica. [...] Nossa influência seria de uma Europa pré-moderna, circunstância essa, por sinal, que teria facilitado a mistura de raças e culturas que teria acontecido entre nós" (2000, p. 158).

Jessé Souza afirma, ainda, que essa ideia, de uma singularidade cultural brasileira proveniente de uma pré-modernidade ibérica, é melhor sintetizada, no interior do pensamento social brasileiro, em *Raízes do Brasil*. Para Souza, ao localizar nossas raízes ibéricas em sentido amplo e portuguesas em sentido estrito, Sérgio Buarque de Holanda teria contribuído para que os brasileiros tivessem uma compreensão imprecisa sobre si mesmos: a "[...] cultura da personalidade é o traço característico e decisivo da cultura ibérica que se implantou entre nós" (2000, p. 162). Para Souza há certo "atavismo"<sup>150</sup> no pressuposto do personalismo de Sérgio Buarque de Holanda.

<sup>149</sup> Mais uma vez, cabe ressaltar, como o faz Botelho (2009, 2010 e 2013), que Jessé Souza reúne autores diversos, com propostas, métodos e temas diversos em torno do debate sobre a modernização brasileira. A concepção processual que estrutura *Raízes do Brasil* em nada lembra a concepção estrutural e antropológica presente na proposta de DaMatta (*Carnavais, Malandros e Heróis*), ou a abordagem analítica presente em *Os Donos do Poder*. As obras de tais pensadores do Brasil escolhidas por Jessé Souza como centrais para realizar a sua pesquisa, são: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1936]; FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 2001 [1957]; DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>150</sup> Por "causalidade atávica" deve-se compreender como "causalidade que se transmite, adquire, produz ou manifesta por atavismo". Por atavismo, no sentido biológico, compreende-se como o "[...] reaparecimento, no ser animal ou vegetal, de caracteres genéticos não presentes em seus ascendentes imediatos, mas sim em ascendentes remotos, que ficaram latentes ao longo de gerações". DICIONÁRIO **Caldas Aulete da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/at%C3%A1vico>>. Não parece ser este o sentido que Sérgio Buarque de Holanda quer dar à discussão sobre a mentalidade personalista no livro *Raízes do Brasil*. Não é feita nenhuma referência sobre o

Este “personalismo atávico” que surge com *Raízes* e se transforma em mote interpretativo para todos os problemas de desenvolvimento no Brasil, fundamentando, de acordo com Jessé Souza, todo o pensamento social brasileiro. Nesse sentido, Souza (2000, p. 166) afirma que,

o que salta aos olhos na elaborada e refinada argumentação de Buarque é a afirmação de uma certa causalidade atávica, um princípio ativo que atravessa séculos com diferenças apenas epidérmicas, meros disfarces do *eterno retorno do mesmo*: o personalismo gestado na colônia e herdado de Portugal.

Para finalizar, Jessé Souza (2000, p.167-168) afirma, também, que essa tradição de pensamento social brasileira “[...] representa uma forma unilateral, incompleta e enviesada de perceber nossa realidade”. Isso porque esta tradição inautêntica de explicar o Brasil pelo personalismo se esquiva de pensar a impessoalidade que surge com a vinda da família real para o Brasil e com a instauração de uma modernidade periférica. Em suas palavras, Souza (2000, p. 260-261) reflete que,

[...] o que era conseguido com fundamento em relações pessoais, propiciadas pelo contexto de aguda dependência e privação, [adquire] outro sentido a partir da *revolução modernizadora* que toma de assalto o país a partir de 1808. [...] As oposições deixam de localizar-se nos binômios senhor/escravo ou coronel/dependente para assumirem formas impessoais como doutor/analfabeto, trabalhador qualificado/trabalhador desqualificado, morador de bairros burgueses/morador de favelas, etc. O que é comum a todos esses últimos binômios impessoais é que a relação entre positivamente privilegiados e negativamente privilegiados *independe de um vínculo de subordinação construído a partir de uma situação particular*. O vínculo de subordinação passa a ser impessoal por referir-se a *valores inscritos dentro da lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno, especialmente do mercado capitalista*.

É importante voltar os olhos para este tipo de interpretação que se faz sobre a imaginação sociológica brasileira clássica, em geral e especificamente sobre o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, já que a presente proposta, como já salientado, pretende romper com essas releituras. A escolha de Elias como modelo teórico-metodológico para realizar tal releitura

---

debate em relação ao conceito de atavismo ao longo de todo o livro em questão. E nenhuma das obras citadas nas notas de rodapé faz qualquer menção ao tema. É, no mínimo, curioso que Jessé Souza lance tal afirmação quanto ao suposto atavismo por trás da explicação holandiana para a persistência do personalismo.

é proposital: permite uma leitura da obra de Sérgio Buarque de Holanda ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica, sem anacronismos e sem esperar do intérprete do Brasil uma sociologia original, com conceitos e categorias sociológicas em meados da década de 1930. Ao revisitar tal obra a partir de um olhar que privilegia a singularidade cultural, Jessé Souza tem por pressuposto a ideia de que as questões do passado se movem linearmente rumo a desenvolvimentos sociais específicos. O movimento processual contido na abordagem eliasiana é, nesse sentido, mais explicativo que a ideia de singularidade cultural. Significa dizer que o personalismo é revisto a partir de uma dimensão processual, sem focar a estaticidade e o determinismo que sempre o acompanharam quando interpretado como algo cultural e singular da sociedade brasileira.

Talvez o maior anacronismo cometido por abordagens tais como a supracitada esteja na interpretação de *Raízes do Brasil* como sendo uma obra sociológica sistêmica. Em vez de continuar esse tipo de interpretação, a presente pesquisa foca aquilo que parece mais evidente na proposta elaborada por Holanda: uma tentativa de explicação processual da formação e do desenvolvimento da sociedade brasileira (inclusive seu processo de democratização). As múltiplas camadas que representam diferentes "formas sociais" (economia, política, religião, mentalidades, literatura, etc.) são referenciais interdependentes para que Sérgio Buarque de Holanda pensasse a formação do Estado brasileiro. Portanto, há, nessa preferência pela processualidade, uma intenção de pensar o presente (no caso, a década de 1930) e o futuro da sociedade brasileira a partir de elementos que se desdobram ao longo do tempo. E aí, pelas próprias referências constantes no livro<sup>151</sup>, não se pode afirmar que *Raízes* foi o resultado de um intento sociológico.

---

<sup>151</sup> Além de obras clássicas sobre a historiografia portuguesa e brasileira, de uma vasta recorrência a conceitos weberianos, e de inúmeros documentos históricos pesquisados (cartas, legislação, documentos forais, processos judiciais e jornais), Sérgio Buarque de Holanda recorreu a obras diversificadas que refletiam sua preocupação com a interdependência das múltiplas camadas de uma sociedade. Entre outras, Sérgio Buarque de Holanda cita as seguintes obras: MEAD, Margaret. (ed.). **Cooperation and competition among primitive peoples**. New York: McGraw-Hill Book Group, 1937; MEAD, Margaret; CAVAN, Ruth Shoule; DOLLARD, John and WEMBRIDGE, Eleanor. "The Adolescent Word. Culture and Personality", **The American Journal of Sociology**, julho, 1936; CHAPIN, F. Stuart. **Cultural Change**. New York, 1928; DUNLAP, Knight. **Civilized life: the principles and applications of social psychology**. Baltimore, 1935; TONYBEE, Arnold J. **A Study of**

Ademais, a insistência em tratar elementos como o personalismo a partir da concepção de singularidade cultural induz que sejam feitas interpretações deterministas e evolucionistas sobre o processo de desenvolvimento do Estado brasileiro<sup>152</sup>. Para Jessé Souza, por exemplo, desde o que ele denomina de "revolução modernizadora brasileira" (a abertura dos portos e a influência britânica na região a partir da primeira metade do século XIX), o padrão de valores dominante no Brasil passa a ser o "[...] o código do individualismo moral ocidental". Esse discurso, e não os valores associados ao personalismo, é que passam a "[...] galvanizar a sociedade [brasileira] como um todo". Em suas palavras, Souza (2000, p. 254-255) afirma que,

[...] o individualismo como valor moral, [...] é o alfa e ômega de todas as realizações culturais da modernidade ocidental, desde o mercado competitivo capitalista até o Estado liberal democrático, passando pela imprensa livre, pela discussão racional científica, pela doutrina dos direitos subjetivos e qualquer dos outros ganhos ou aspectos positivos que possamos imaginar a partir da passagem da sociedade tradicional à moderna. [...] O personalismo é vencido [sic] tanto na esfera privada, da própria casa do senhor de terras e de gente, como no espaço público. A partir daí a palavra mágica da modernização vai ser o elemento galvanizador da sociedade como um todo em todas as suas esferas. [...] Isso não significa que a sociedade em questão se moderniza efetivamente em todas as esferas. Significa, sim, afirmar que o único discurso legítimo capaz de unir as vontades é o discurso modernizador. Moderno são, por sua vez, os princípios do individualismo moral [weberiano] que examinamos exaustivamente na primeira parte deste livro.

A opção metodológica (processual) que faz Sérgio Buarque de Holanda possibilitou ao autor de *Raízes do Brasil*, ao contrário de Jessé Souza, apontar múltiplos e diversos processos operando concomitantemente em diferentes fases históricas da configuração do Estado brasileiro.

Ao preferir focar a transitoriedade como componente central das análises sobre processos que se desdobram ao longo do tempo, Sérgio Buarque de Holanda evita, em *Raízes*, a visão causal e determinista de que um

---

**History**. London, 1935; SOROKIN, P. and ZIMMERMANN, C. E.. **Principles of Rural-Urban Sociology**. New York, 1928.

<sup>152</sup> Como bem sintetiza Monteiro (2006, p. 315) "[...] ler *Raízes do Brasil* assim [como princípio telúrico irreduzível e desdenhoso das vontades humanas], entretanto, seria como dar marcha à ré na compreensão, devolvendo o ensaio às matrizes românticas que, se de fato conformaram a imaginação do jovem Sérgio, não são porventura suficientes para entender o alcance do seu livro de estreia". Para aprofundar este debate, ver: MONTEIRO, Pedro Meira. Buscando América. In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 313-334, 2006.

único evento histórico é o responsável por transformações que se verificam nas relações sociais (tal como a vinda da família real para o Brasil). Esse tipo de explicação unilinear e causal é identificado, por parte das ciências sociais, como o tipo científico de explicação por excelência. Como indica Elias, mais do que a causalidade ou a unilinearidade, são os múltiplos processos - que se alteram e se movimentam ao longo do tempo - os parâmetros referenciais por meio dos quais deve surgir a explicação do desenvolvimento de determinada sociedade. Para Elias (1998, p. 176-178), o foco processual é preferível em detrimento do modelo tradicional de causalidade, pois

[...] temos de explicar as mudanças ocorridas nas configurações por meio de outras mudanças anteriores; cada movimento deverá ser explicado por outro movimento e não por uma 'primeira causa' que, por assim dizer, pôs tudo em movimento, sendo ela própria imóvel. [...] Uma configuração pode ter um grande potencial para mudança em que nenhuma das possíveis alterações seja de caráter evolutivo - nenhuma delas implique em mudança estrutural. [...] Por mudança entendemos potencial de poder de certas posições sociais (mais do que meras alterações de conjunto) entre os ocupantes dessas posições. Ou pode uma configuração ter pouco potencial de mudança e, no entanto, haver grandes possibilidades de ser evolutiva qualquer mudança que ocorra. [...] Uma investigação evolutiva, quando realizada retrospectivamente, pode demonstrar que uma configuração teve de surgir de certa configuração anterior, ou mesmo de um tipo determinado de séries sequenciais de configurações, mas **não afirma que as configurações anteriores tivessem necessariamente que se transformar nas que lhe são subsequentes** (grifo nosso).

Por isso, pela insistência em procurar um início absoluto para explicação da modernização brasileira, Jessé Souza não consegue pensar na concomitância de duas formas processuais que se relacionam e condicionam um tipo específico de desenvolvimento social no Brasil: instituições inspiradas em valores impessoais sendo operadas por pessoas que se relacionam, dentro delas e entre elas, a partir de padrões discursivos pessoais. Dessa forma, a persistência de padrões discursivos pessoais (personalistas) não impede que outros parâmetros discursivos (mais distanciados<sup>153</sup> e com maior

<sup>153</sup> Em vez de utilizar conceitos como "subjetividade" e "objetividade" Norbert Elias opta pelos conceitos "engajamento" e "distanciamento". Tal escolha se deve ao fato de que Elias não concorda com a suposição de que os seres humanos possuem propriedades psicológicas e sociais integralmente independentes. A obra *Engajamento e Alienação* [no original *Engament und Distanzierung*] é o resultado de sua pesquisa sobre o que Elias denomina como processo de conhecimento sociológico. Nela, Elias discute como os seres humanos, na longa duração, partiram de um nível muito elevado de envolvimento e de emoção para lidar com a realidade social (período denominado como animismo) rumo ao desenvolvimento de um processo de conhecimento de maior distanciamento emocional -

impessoalidade) sejam utilizados concomitantemente (no século XIX ou agora) pelos brasileiros para pensar, sentir ou agir cotidianamente.

Resta investigar quais as consequências, para a funcionalidade de tais instituições e para o desenvolvimento do processo de integração do Estado brasileiro, a operacionalidade dessa multiplicidade de padrões discursivos - ora pessoais, ora impessoais, variando de acordo com os interesses imediatos daqueles diretamente envolvidos nas relações sociais pesquisadas. O que se quer enfatizar é que, sob a perspectiva processual de Elias, os grupos humanos vivenciam aquilo que os afeta conforme a conveniência da situação vivenciada (a transitoriedade que marca as relações interdependentes). E os padrões para lidar com os diferentes fenômenos que surgem no cotidiano são desenvolvidos e apreendidos em suas próprias sociedades (1998, p. 109). Assim, é possível pensar, a partir da longa duração, que simultaneamente à utilização dos padrões personalistas os diversificados

---

pelo menos do que diz respeito aos fenômenos relacionados com a natureza não-humana. Em sociedades mais recentes, até a vida privada torna-se mais controlada, no sentido de que a orientação para a realidade ocorre em direção oposta àquela fantasiosa das sociedades animistas. Essa abordagem eliasiana da relação sujeito e objeto não pode ser, de forma alguma, considerada como preconceituosa, já que Elias não considera os grupos humanos de sociedades animistas menos capazes de observar os fatos sociais porque seguiam conhecendo a realidade a partir de níveis mais engajados emocionalmente com o objeto observado. Para Elias (1998, p. 189) "[...] a modalidade primitiva de vivenciar o mundo como uma sociedade de seres vivos, semelhantes aos seres humanos, e todos os acontecimentos relevantes como feitos com um objetivo atribuído aos desígnios de outros estrutura o fundo coletivo de conhecimento nessas sociedades. Assim, com o auxílio desse fundo na forma de, por exemplo, mitos comunais tradicionais, os membros dessas sociedades canalizam sua forte necessidade individual de explicações sobre agentes vivos similares aos seres humanos em uma direção que a torna plausível e de fácil transmissão para todo o grupo envolvido". Contudo, tal engajamento na produção de conhecimento não torna tais grupos de pessoas mais inaptas do que os grupos de indivíduos das sociedades científicas a observar a realidade: "[...] ao contrário, indivíduos de fases primitivas, em geral, são extremamente observadores - dentro dos limites de seus interesses. Sua capacidade de raciocínio de modo nenhum é menor. Se pensam de forma diferente é porque **sua imagem substantiva do mundo, bem como da conexão dos acontecimentos dentro dele, é diferente nessa etapa.** [...] O método utilizado para adquirir conhecimento é **funcionalmente interdependente e inseparável da substância que os indivíduos possuem, e, sobretudo, da imagem básica que tenham do mundo**" (1998, p. 192, grifo nosso). Para lidar processualmente com essa funcionalidade interdependente das propriedades psicológicas e sociais na produção de conhecimento é que Elias aposta nos termos engajamento e distanciamento. Em suas palavras, Elias (1998, p. 157-158) ressalta que "[...] ambos os termos expressam bem nitidamente o fato de que as mudanças na relação de uma pessoa com a outra e mudanças psicológicas são fenômenos distintos, mas inseparáveis. O mesmo é válido para seu uso em expressões referindo-se à relação de uma pessoa com os 'objetos' em geral. Parecem preferíveis a outros que, como 'subjetivo' e 'objetivo', sugerem divisão estática e intransponível entre duas entidades 'sujeito' e 'objeto'".

grupos possam, dependendo do sentido que aquilo traz para seus membros, utilizar padrões mais impessoais (opostos aos personalistas).

Ainda na esteira da processualidade, Sérgio Buarque de Holanda organiza *Raízes do Brasil* na tentativa de mostrar, ainda na década de 1930, como a interdependência entre aspectos psicológicos, sociais e materiais, ao longo do tempo, podem ter desdobramentos que se estendem sobre as diferentes esferas, como as instituições políticas, educacionais, econômicas, culturais, religiosas, entre outras.

No capítulo dedicado ao estudo do *homem cordial*, Holanda procura dedicar atenção à junção particular que existe entre as instituições e os grupos de pessoas que a elas se associam. É como se ele desejasse inaugurar uma espécie de estudo sobre as principais consequências da "personalidade social" brasileira para o processo de formação do Estado. Chega a afirmar que "[...] não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente [por uma mentalidade patriarcal], compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público" (2006, p.159). Essas relações tensas entre o que Holanda chama de "personalidade social" e a "mentalidade patriarcal" são os resultados que emergem do embate social em torno da luta por poder ao longo da história de formação do Estado brasileiro. Essa dificuldade em optar por padrões mais impessoais para lidar com a disputa por poder, sobretudo na esfera pública, é observada por Sérgio Buarque de Holanda ao longo de diferentes oportunidades e de diversos momentos da formação do Brasil.

Por isso, logo após suas considerações sobre o que é o Estado "[...] em todas as culturas, o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular", Holanda procura aprofundar o debate sobre a dificuldade que os brasileiros sentem em substituir os valores pessoais pelos mais impessoais, a partir do debate entre cultura e personalidade<sup>154</sup>. E inicia esta proposta a partir

---

<sup>154</sup> Sérgio Buarque de Holanda, ao escrever o capítulo sobre o homem cordial, deixa clara a sua pretensão de reunir diferentes debates da época em torno de uma possível interpretação - diferente do que até então vinha sendo escrito em história do Brasil - sobre a formação do Estado no Brasil. As principais referências citadas por Holanda são: CHAPIN, F. Stuart. **Cultural Change**. New York, 1928; DUNLAP, Knight. **Civilized life: the principles and applications of social psychology**. Baltimore, 1935; MEAD, Margaret; CAVAN, Ruth Shoule; DOLLARD, John and WEMBRIDGE, Eleanor. "The Adolescent Word. Culture and Personality", **The American Journal of Sociology**, julho, 1936; MEAD, Margaret.



da ideia de que ao longo do processo de constituição de nossas instituições públicas as vontades particulares (pessoais) estiveram sempre presentes na "mentalidade" daqueles que se revezavam em cargos de poder.

Essa história de longa duração do predomínio das vontades particulares precisava ser trazida para o debate sobre a formação do Brasil. Até porque, esse padrão de personalidade molda os comportamentos em diferentes camadas, desde que obtenham a oportunidade de ascender ao poder. E Sérgio Buarque de Holanda se volta para a psicologia social, a sociologia e a história social de sua época para tecer tais observações. É o "ambiente da personalidade" moldando o grupo de pessoas que operam as instituições. Mesmo que sejam instituições criadas para operarem a partir de padrões de comportamento mais impessoais. Assim, Holanda (2006, p. 159) aponta múltiplos processos que se desenvolvem ao longo do tempo ao mencionar que,

[...] no Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização - que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades - ia acarretar em desequilíbrio social, cujos efeitos **permanecem vivos ainda hoje** (grifo nosso).

A afirmação de Holanda é muito clara: não que as consequências de determinados padrões sejam exatamente as mesmas passados alguns séculos de constituição da sociedade brasileira. Na verdade, o que Holanda procura apontar, ao longo de exemplos diacrônicos, é que foi moldada uma "personalidade social" em que há o predomínio de vontades particulares, em vez de uma forma de autocoerção onde imperariam padrões mais impessoais de comportamento. Essa análise diacrônica evidencia um movimento típico das abordagens processuais. Como revela Holanda (2006, p. 159-160),

[...] é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em **círculos fechados** e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. **Dentre esses círculos**, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade.

E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar - a esfera, por excelência dos chamados 'contatos primários', dos laços de sangue e de coração - está em que **as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas** (grifo nosso).

A descrição que Sérgio Buarque de Holanda tece não é nem causal, nem atomista. Ao contrário: quando enfatiza o predomínio das vontades particulares, que se estendem o longo do tempo na sociedade brasileira, procura fazê-lo a partir do caráter múltiplo e interdependente de várias camadas sociais. Ou seja, não se trata apenas do círculo familiar aquele em que se utiliza e de onde resvalam os padrões personalistas para o resto da sociedade. Ele é, na opinião de Sérgio Buarque de Holanda, o núcleo irradiador de tais padrões de sentimento, pensamento e ação, "[...] dentre esses círculos [...] fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal" (2006, p. 160).

Tal citação revela, ainda, outra característica do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda que se estende ao longo de toda a sua obra, tendo início com a publicação de *Raízes do Brasil*.

Para Holanda, não existe separação entre indivíduo ou sociedade, entre pessoas e instituições. Há plena consciência de que grupos de pessoas atuam e organizam a existência de instituições. Não há, de outra forma, uma intenção em afirmar que são as instituições que moldam os comportamentos das pessoas. Quando afirma que as relações baseadas em vontades particulares operam até "[...] onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas", Holanda (2006, p. 160) quer deixar clara esta dupla interdependência: de dimensões (tempo, espaço e mentalidades) e de camadas sociais (pessoas, instituições, política, economia, etc.).

Mesmo estruturando sua proposta de debate com dinamicidade e movimento, Sérgio Buarque de Holanda, ao ressaltar o predomínio do que acredita ser a mentalidade personalista, ainda hoje é acusado de operar unilateralmente, de forma incompleta e enviesada ao buscar compreender da realidade brasileira (Souza, 2000). Para esta tradição que interpreta Sérgio Buarque de Holanda como autor "unilateral", isto se deve ao fato de que

Holanda foi incapaz de reconhecer a "revolução modernizadora" que passa a ocorrer no país a partir de 1808, cuja centralidade está pautada na extinção dos valores personalistas e na ascensão da impessoalidade como parâmetro para a constituição da sociedade brasileira. Para Jessé Souza, a impessoalidade é um valor eminentemente econômico, atrelado às instituições desenvolvidas em torno do mercado capitalista, e que se sobrepõe aos demais onde se desenvolve porque é único discurso capaz de unir vontades na modernidade. Por isso, parece inapropriado a Jessé Souza que o personalismo tenha sido apontado em determinados momentos da obra de Sérgio Buarque de Holanda (como em eventos posteriores à abertura dos portos), e que a sociologia brasileira contemporânea pretenda ainda trabalhar com tal abordagem. Para Jessé Souza (2000, p. 260-261)

[...] desde a revolução modernizadora da primeira metade do século XIX, [identificados por Jessé como a abertura dos portos em 1808, com o seu incipiente mercado capitalista, e a vinda da família real, com a constituição de um aparelho de Estado racional e interessado em atender as necessidades da população nativa] o Brasil tem apenas **um código valorativo dominante: o código do individualismo moral ocidental** (grifo nosso).

Tal afirmação deixa de lado toda a processualidade, todo o caráter relacional e de movimento que abordagens como as processuais procuram enfatizar. Mentalidade, que sob a abordagem processual significa aprendizagem social, e comportamento, que pode ser lido como ajustamento a situações modificáveis, são parâmetros mais confiáveis para a compreensão das figurações sociais do que "códigos valorativos dominantes". Especialmente se tais códigos são identificados com uma única esfera social, como as instituições econômicas que são originadas no mercado capitalista. Não há explicação mais causal, atomista e determinista.

Se a abordagem pautada na ideia de seletividade modernizadora não favorece uma compreensão processual da realidade social, como compreender a formação de uma sociedade com diferentes níveis de desenvolvimento e, portanto, diferentes níveis de distribuição de poder?

A abordagem que privilegia a processualidade na longa duração pode dar conta dessa questão. Isso porque para Elias certas tradições permanecem por um longo período de tempo, mesmo que sejam desenvolvidas

instituições cuja funcionalidade esteja pautada em atitudes opostas. Em suas palavras, Elias afirma (1998, p. 23) que muitas vezes "[...] a tradição pode mesmo findar, mas as instituições e os sentimentos de grupo [ainda] permanecem".

Por essa razão, Elias acredita que conhecer os diferentes processos desenvolvidos pelos seres humanos (como o processo de democratização) requer, inicialmente, o reconhecimento, por parte da sociologia, de que o conhecimento humano é transmitido de geração em geração, e que somente por meio do acesso a tal conhecimento adquirido poder-se-á compreender como se figura determinado processo de desenvolvimento social. Caso contrário, Elias acredita (1998, p. 34) que

[...] sem partir de um grupo de conhecedores que dividem um **fundo comum de conhecimento** e, como parte disso, de uma linguagem específica do grupo, meio indispensável para adquirir qualquer conhecimento, uma teoria do conhecimento não passa de artifício que leva ao descaminho (grifo nosso).

Com isso, Elias busca ressaltar que o conhecimento disponível de qualquer sociedade pode ser compreendido a partir da observação de seu **fundo social de conhecimento**. Ele é o ponto de partida do conhecimento de qualquer sociedade (1998). Ao propor o conceito de fundo social de conhecimento, Elias permite que um elemento até então desprezado pelo pensamento social pudesse fazer parte das investigações sociais: a emotividade e o controle das emoções, ou seja, o engajamento e o distanciamento.

E como se dá, de acordo com Norbert Elias, o processo de conhecimento da sociedade que processa a partir desse fundo social? Não é um processo rígido. Para Elias (1998, p. 46), é um processo que pode mudar de direção e pode acolher diferentes correntes e níveis de desenvolvimento. Pode, inclusive, da "[...] direção dominante para o distanciamento [ou autorregulação] e a congruência para a realidade, mudar para a direção do envolvimento e do compromisso com a fantasia". Portanto, também a ideia de fundo social de conhecimento está embasada na transitoriedade, ou mudança constante. Ele se amplia ou regride constantemente.

E o que compõe esse fundo? Para Norbert Elias, são padrões de pensamento, ações, sentimento, assim como regras (escritas ou não) e os símbolos linguísticos específicos e compartilhados por determinados grupos sociais. Além dos aspectos mensuráveis e visíveis que cercam os aspectos comportamentais dos seres humanos (teorias clássicas de ação e interação em sociologia), Elias afirma que muitas vezes os seres humanos retiram do fundo social de conhecimento, por meio da aprendizagem geracional, os aspectos vivenciais necessários às relações configuradas cotidianamente. Norbert Elias (1998, p.265) assegura que uma sociologia que prioriza tal fundo social de conhecimento está centrada

[...] sobre uma imagem pentadimensional da pluralidade dos seres humanos, que inclui os aspectos comportamentais quadridimensionais diretamente visíveis e o 'vivencial' - pensamento e sentimento -, aspectos dos impulsos humanos que, embora não sejam diretamente acessíveis à observação dos indivíduos como um movimento de corpo, são, entretanto acessíveis à observação humana - por exemplo, mediante o exame dos símbolos da linguística e de outros, **que contêm mensagens significativas de um indivíduo para outros**. Assim, problemas de impulsos e controle de impulsos, emoções e controle de emoções, de conhecimento e de reflexão como controladores ou, alternativamente, como dependentes de emoções e impulsos - resumindo, os aspectos vivenciais dos indivíduos - têm na sociologia configuracional papel não menos importante do que os movimentos visíveis da musculatura humana, destacados por behavioristas e teóricos da ação. **A tarefa é demonstrar sua interdependência funcional nas unidades de múltiplos níveis dos indivíduos humanos e nos processos sociais não planejados que os humanos formam com os agentes não-humanos e entre si** (grifo nosso).

A citação é longa, mas é indispensável para a proposta que ora se desenvolve. Em primeiro lugar, Elias esclarece como investigar o fundo social de conhecimento, já que este é o ponto de partida para que a sociologia investigue e conheça as sociedades humanas. Em segundo lugar, que esse fundo social de conhecimento não é composto apenas por elementos visíveis que agiriam na configuração das ações, portanto sociais, dos homens. Os aspectos "vivenciais" também devem ser levados em consideração quando se pretende conhecer determinada figuração.

Significa, em outras palavras, que não há tipo ideal a ser acessado neste fundo social de conhecimento. Não há tipo ideal entre conhecimento mais distanciado (ou racional) e mais envolvido (ou mais

emocional) a ser acessado pelos seres humanos quando interagem. A vida ordenada em grupo depende do inter-relacionamento dos impulsos de pensamento, sentimento, etc., e de ação das pessoas nas duas direções: as que envolvem (mais emocionais) e as que distanciam (ou mais racionais).

Elias (1998, p. 108) avalia que "[...] embora variada, é a **relação entre as duas que determina o rumo das pessoas**. [...] Refiro-me, sumariamente, aos mutantes equilíbrios entre conjuntos de atividades mentais que, nas relações humanas com objetos ou com o eu têm a função de envolver e de se distanciar" (grifo nosso).

E como os seres humanos operam esse equilíbrio relativo constante das atividades mentais? Depende dos padrões para lidar com fenômenos desenvolvidos por suas sociedades (e aprendido em gerações), bem como de seus interesses imediatos vivenciados em cada figuração em que interagem.

E mais: para Elias (1998, p. 110) "[...] a gama de variações individuais de distanciamento [...] está **limitada pelos padrões coletivos** de distanciamento incorporados aos modos de pensar e falar sobre a natureza e pelo amplo uso institucionalizado das forças naturais para fins humanos" (grifo nosso).

Acessar o fundo social de conhecimento é passo inicial para o pesquisador compreender e vivenciar quais padrões são utilizados, em diferentes oportunidades, por membros de determinados grupos. É inevitável que o resultado seja a divulgação, para os próprios grupos de pessoas estudadas, do conhecimento sobre seus padrões de comportamento, pensamento e vivência, configurados no momento da interação.

Para Elias (1998, p. 120-126),

[...] a tarefa das ciências sociais é pesquisar e fazer as pessoas entenderem os padrões que formam quando juntas, a natureza e a configuração mutante de tudo que as liga. **Os próprios pesquisadores fazem parte desses padrões**. Não podem evitar vivenciá-los, diretamente ou por identificação, porque deles participam; e quanto maiores as solicitações e as tensões a que eles e seus grupos estão submetidos, mais difícil lhes é realizar a operação mental que fundamenta todas as buscas científicas: distanciar-se do papel de participante imediato e da perspectiva limitada que isso oferece. [...] Para entender o real funcionamento dos grupos humanos é preciso saber de dentro como os seres humanos

vivenciam seus próprios grupos e os outros, o que não se pode conhecer sem participação e envolvimento efetivos (grifo nosso).

Por isso, ao se abordar o personalismo de Sérgio Buarque de Holanda como um componente do fundo social de conhecimento da sociedade brasileira, abre-se a possibilidade de enfrentarmos nossos padrões de vivência, sem que para isso o clássico da imaginação social brasileira tenha de ser associado ao "senso comum" que invade a ciência social, ou que seja apontado como um elemento social datado e, portanto, já suplantado - como o faz Jessé Souza (2000, p. 12).

Como apontado pelo quadro 2 (página 123) que se segue, o ponto de aproximação entre Holanda e Elias se substancializa no conceito de fundo social de conhecimento. Mesmo que não se deva segmentar *Raízes do Brasil*<sup>155</sup> para tentar extrair peças avulsas de interpretação, como fazem diversos autores que insistem em definir personalismo ou cordialidade com referência exclusiva ao capítulo 5 (O Homem Cordial), uma breve introdução à ideia de junção entre Holanda e Elias se faz a partir do seguinte trecho de Holanda (2006, p. 160):

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o 'homem cordial'. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido de caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda influência ancestral dos **padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal**. [...]

<sup>155</sup> O que se faz, habitualmente no pensamento social brasileiro, é buscar reler os textos clássicos a partir da segmentação das obras. Especialmente quando se trata de reler a cordialidade ou o personalismo em *Raízes do Brasil*. Parece, ao leitor pouco familiarizado com tais obras, que as interpretações feitas sobre a cordialidade brasileira se resumem à leitura do capítulo *O homem Cordial*. Ora, como já se discutiu exaustivamente (ver Botelho, 2009, 2010, 2013; DIAS, 2008), a proposta que Sérgio Buarque de Holanda leva adiante com o livro *Raízes do Brasil* não se encaixa no formato acadêmico-positivista de monografia científica, com uma sequência histórica linear no resgate histórico que faz do Brasil. A obra, no seu conjunto (e, neste sentido, deve-se incluir outros textos que acrescem à ideia original de Holanda), parte de um diálogo entre a história do Brasil e a história europeia mais remota. O autor busca revelar, a partir de múltiplas camadas analisadas em todos os exemplos que são evidenciados em todos os capítulos do livro, como há uma interdependência entre uma preferência pela pessoalidade com a funcionalidade das instituições trazidas de Portugal, mas aqui redesenhadas e constituídas. Mesmo que tais instituições tenham surgido de contextos históricos e estruturais diferenciados - voltados para padrões mais impessoais de comportamento, como as regras de uma monarquia constitucional inglesa -, são trazidas para a constituição do Estado brasileiro. O que realmente o incomodava era pensar como os padrões mais pessoais que embasavam o comportamento do brasileiro pode fazer funcionar instituições cujos princípios são, na maior parte das vezes, contraditórios. São, nos dizeres de Holanda (2006b, p. 413) "[...] sentimentos que se chocam com as construções políticas liberais".

Seria engano supor essas virtudes possam significar 'boas maneiras', civilidade. São antes de tudo **expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante** (grifo nosso).

Está claro que Sérgio Buarque de Holanda toma para si a iniciativa de pensar, em princípios das décadas de 1920 e 1930, e a partir da longa duração, a formação da sociedade brasileira por meio de suas estruturas institucionais básicas, mas também por meio de dimensão emotiva até então inédita nos estudos sobre a história brasileira. Os objetos de investigação são os "padrões de convívio humano", que pertencem a um *fundo emotivo*, sempre inspecionado, quando se quer compreender a sociedade. Esses padrões de convívio são analisados sempre ao longo de diferentes períodos históricos: Holanda revisita diferentes momentos históricos da formação brasileira, recorrendo a legislações, processos judiciais, cartas pessoais e outros documentos em busca de padrões de pensar, sentir e agir em torno desse fundo emotivo.

Além disso, pesquisa esses padrões em diferentes momentos, e em distintas camadas sociais. Em todas elas se apresenta o fundo emotivo, de onde emergem padrões de comportamento tais como a cordialidade e o personalismo. O autor não segmenta as relações interdependentes norteadas, por tais mentalidades, em categorias posicionalmente distintas, ou em forma de gradações hierárquicas, como se as relações econômicas se sobrepusessem sobre a política, a educação ou cultura. Holanda entremeia a obra com exemplos na literatura, na religião, nas trocas econômicas e na política que evidenciam a utilização desse fundo emotivo em contraposição a outros padrões mais distanciados de comportamento. E, consolidando o que Elias (1998, p. 126) afirma sobre o entendimento real do funcionamento dos grupos estudados - ou seja, "[...] é preciso saber de dentro como os seres humanos vivenciam seus próprios grupos" -, Holanda (2006, p. 162-163) revela que,

[...] o desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que **raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade**. E é tão característica, entre nós, essa maneira de ser, que não desaparece sequer nos tipos que devem alimentar-se normalmente de concorrência. Um negociante de Filadélfia manifestou certa vez a André Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil como na Argentina, para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele um amigo (grifo nosso).



Atestada a relevância de uma releitura do personalismo, por meio das lentes eliasianas, resta buscar resolução para o principal foco de tensão entre os dois autores. O que Holanda acredita ser a especificidade portuguesa da "cultura da personalidade"<sup>156</sup> é, na compreensão processual de Elias, apenas um aspecto de uma sociedade com autoridade central autocrática, que ainda não desenvolveu padrões de distanciamento (impessoalidade) capazes de direcionar a autorregulação de seus membros, bem como de regular (instituições) toda a vida social. Elias, no *Processo Civilizador* e no *Sociedade de Corte* ilustra bem como a formação dos Estados francês, alemão e inglês ocorre a partir da transição de elevados padrões de envolvimento (pessoalidade) e de centralização de poder (cujas oportunidades de poder são pouco limitadas), para padrões mais impessoais de relações sociais, culminando com uma maior limitação dos poderes relacionados às autoridades e aos governos centrais.

Portanto, paralelamente à centralização de poder e à difusão de padrões mais "personalistas", a Europa "além-Pirineus" assistiu à irradiação de padrões mais impessoais, tanto na autorregulação quanto nas instituições "externas" que regulam as relações sociais.

Por isso, o retorno ao personalismo de Sérgio Buarque de Holanda deve ocorrer no sentido de avançar com o autor, ou seja, por meio das análises comparadas e mais amplas desenvolvidas por Elias possibilitar um novo olhar sobre o padrão de personalidade que insiste em direcionar as relações sociais no Brasil contemporâneo. Assim, a questão não gira em torno

<sup>156</sup> No início do primeiro capítulo de *Raízes do Brasil* (intitulado *Fronteiras da Europa*) Holanda, após focar a "[...] região indecisa entre a Europa e a África, que se estende dos Pirineus a Gibraltar" (2006, p. 20), se pergunta quais seriam as suas formas de vida social. Em sua resposta, Holanda busca, por meio da comparação entre esta região e a Europa além-Pirineus, uma peculiaridade cultural ligada à Ibéria e repassada, ao longo dos séculos, às novas formações sociais constituídas no além-mar. Embora a citação seja longa, faz-se necessária para precisar a definição do autor quanto à cultura da personalidade e, ao mesmo tempo, possibilitar um debate com Norbert Elias: "[...] precisamente a comparação entre elas e as da Europa de além-Pirineus faz ressaltar uma característica bem **peculiar à gente da península ibérica, uma característica que ela está longe de partilhar**, pelo menos na mesma intensidade, com seus vizinhos do continente. É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa **cultura da personalidade**, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais. Pode dizer-se, realmente, que pela importância particular que **atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço**, devem os espanhóis e portugueses muito de sua **originalidade nacional** (Holanda: 2006, p. 20-21, grifo nosso).

da manutenção da "cultura da personalidade" como especificidade cultural ibérica, mas descobrir porque, mesmo com os processos de democratização e sucessivas tentativas de ampliação das oportunidades de poder (como os processos de implantação da Independência e da República, com suas respectivas instituições), a sociedade brasileira insiste em organizar suas relações interdependentes a partir de padrões mais pessoalizados (em vez de optar pela impessoalidade).

Que tipo de interação seria possível entre Holanda e Elias, no sentido de propiciar uma releitura do conceito de personalismo a partir da ideia de fundo social de conhecimento?

**Quadro 2: Proposta de interação entre Norbert Elias e Sérgio Buarque de Holanda**

AUTORES	TEORIAS			CATEGORIAS	CONCEITOS
Norbert Elias	<p>Processo Social de Conhecimento (Engajamento-Distanciamento)</p>	<p>Processo Civilizador</p>	<p>Processo Diferenciação Funcional</p> <p>Processo Integração Social</p> <p>Processo Diferenciação Social</p>	<p>1. Interdependência funcional</p> <p>2. A relação indivíduo e sociedade é fenômeno coemergente, interdependente e transitório</p> <p>3. Ordem sequencial dos processos (etapas sucessivas)</p> <p>4. Tendências e contratendências: maleabilidade dos processos</p> <p>5. Inter-relações observadas em múltiplas dimensões (temporal, espacial e mentalidades)</p>	<p>figuração/configuração</p> <p>função relacional</p> <p>poder relacional</p> <p><i>fundo social de conhecimento</i></p> <p>habitus social</p> <p>autoregulação versus emotividade /distanciamento e engajamento</p> <p>linguagem (pronomes pessoais e modelos figuracionais)</p> <p>sociogênese</p> <p>psicogênese</p>
<b>FUNDO SOCIAL DE CONHECIMENTO</b>					
Sérgio Buarque de Holanda	<p>Processo Histórico de Formação de Estados</p>	<p>Processo Específico de Formação do Estado Brasileiro</p>	<p>Processo de Democratização Brasileiro</p>	<p>1. Corsi/Recorsi (transitoriedade dos processos ao longo do tempo)</p> <p>2. Interdependência entre múltiplas camadas; não há separação entre indivíduo e sociedade;</p> <p>3. Interdependência entre múltiplas dimensões (temporal, espacial, mentalidades)</p>	<p>múltiplas camadas</p> <p>múltiplas dimensões</p> <p> dualidades dilemáticas</p> <p>civilização versus civilização rural</p> <p>realismo de "chão" português versus racionalismo europeu</p> <p>mentalidade cordial</p> <p>mentalidade personalista</p>

Tendo por ponto de apoio o conceito de fundo social de conhecimento (Elias, 1998), o personalismo - entendido como um padrão social de autorregulação individual e de regulação social que evidencia um desequilíbrio que pende mais para os impulsos pessoais - permanece sendo produzido, e repassado por aprendizagem, por meio deste fundo coletivo de conhecimento. Por isso, a representação do conceito de fundo social no quadro é feita em linhas tracejadas. A ideia é que embora existam tensões entre os conceitos desenvolvidos por Elias e por Sérgio Buarque de Holanda, o ponto em comum se dá exatamente na ideia de que alguma forma de (auto) controle e (auto) direcionamento dos indivíduos em interdependência seja produzida em um fundo social. Em *Raízes do Brasil* tal ideia se manifesta no conceito de "fundo emotivo extremamente rico e transbordante". Há no desenvolvimento do conceito de personalismo, mesmo que de forma incipiente, uma preocupação em mostrar como o predomínio da personalidade afeta a autorregulação individual dos brasileiros em grupo. No capítulo sobre *O Homem Cordial* Holanda (2006, p. 166) ressalta que a

[...] vida íntima do brasileiro nem é bastante coesa, nem bastante **disciplinada, para envolver e dominar toda sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social** (grifo nosso).

Ao mencionar que o brasileiro retira de um fundo emotivo compartilhado (portanto, repassado entre gerações) o padrão emotivo dominante para o convívio social, Holanda mostra sua preocupação com a dificuldade de autorregulação mais impessoal para o convívio no conjunto social. Esse é o problema do predomínio de uma "mentalidade personalista" em uma sociedade que se dispõe a elevar os graus de distribuição de poder de forma ampla e irrestrita a seus membros. Holanda já atentava para o paradoxo presente nesta fórmula.

Mesmo que a ideia de processo seja diferente, em alguns pontos específicos, em Elias e Holanda, há que se pensar em uma forma de interação entre as duas abordagens para que seja possível a proposta de análise do atual processo de democratização no Brasil. O conceito de fundo social de conhecimento de Elias abre essa possibilidade, pois permite que os pressupostos de processualidade, relações interdependentes, a função

relacional e a dinamicidade ou mutabilidade fundamentem a compreensão, em maior complexidade, das relações sociais que se configuram no processo de democratização brasileiro.

O quadro 2 (pg. 123) pode ser lido da seguinte forma: ambos os autores partem de uma concepção processual de análise da história. Se caminhararmos da esquerda para a direita o quadro nos revela qual a direção que a compreensão processual de ambos nos apresenta: os processos auxiliam a compreensão desde os aspectos mais gerais (processo de conhecimento, civilizador e de formação dos Estados) até suas formas particulares de traduzir os problemas gerais (a interconexão de elementos da sociogênese com a psicogênese e a mentalidade personalista). Ou seja, da mesma forma que Norbert Elias aproxima o geral e o particular a partir de uma forma nova para lidar com a noção de tempo, Sérgio Buarque de Holanda também o faz ao publicar *Raízes do Brasil*. Mesmo que o primeiro estivesse deliberadamente propondo uma nova concepção teórico-metodológica específica para a sociologia, e o segundo sugerisse um novo formato interdisciplinar que repensasse a história social de formação do Brasil.

Assim, em meio aos processos mais amplos (como o de conhecimento e o civilizador), Norbert Elias percebeu, sempre no longo prazo, o desenvolvimento de outros processos simultâneos, tais como o de diferenciação funcional, o de integração social (ou de formação de Estados), bem como o de diferenciação social. E, em meio a todos eles, Elias verificou o desenvolvimento de movimentos de democratização, de instituições estatais (tais como o monopólio da violência física, a centralização administrativa e tributária nos órgãos da autoridade central, etc.) e de diferenciação social (tais como a formação de capital ou a divisão do trabalho). A especificidade dos casos estudados (França, Alemanha e Grã-Bretanha) é vista sempre a partir da perspectiva processual de longo prazo, intercalando conceitos que Elias denomina como sociogênese e psicogênese. Por isso, o particular (ou individual) está sempre atrelado a transformações e problemas mais gerais (ou estruturais), pois deixa de ser visto como causa ou consequência e passa a ser compreendido como complexo interdependente.

Da mesma forma, Sérgio Buarque de Holanda procurou situar o processo histórico de democratização no Brasil como conjunto de resultados

diferenciados de movimentos transitórios que se desenvolviam de formas diferentes daquela proposta de linearidade histórica (com episódios estáticos, cujo movimento está associado à direção linear ao longo do tempo). Em 1979, ao apresentar o livro publicado no Brasil com textos de Leopold von Ranke, Holanda esclarece a importância da dinamicidade, ou transitoriedade, ser incorporada pelas análises que se propõem estudar os processos de longa duração.

No jogo de palavras dilemáticas, Holanda procurava evidenciar seu apreço pela concepção de processo histórico que considerasse múltiplas camadas como partes interdependentes em constante mudança e constituição. Ao opor "civilização e civilização rural", ou "realismo de chão português" a "racionalismo europeu" (capítulos 3 e 4 - respectivamente *Herança rural* e *O semeador e o ladrilhador*), não pretende Holanda desqualificar ou pejorar Portugal em relação a outros países. Quer acentuar a tese de que múltiplos e variados processos se desenvolvem e convivem em camadas interdependentes. E, para Sérgio Buarque de Holanda, nada melhor do que aparentes contradições para revelar a toda complexidade social. As categorias de contraste servem para extrair significados daquilo que simultaneamente se nega e se afirma. O maior exemplo está na análise que Holanda (2006, p. 69) faz do tipo de civilização que Portugal desenvolve no Brasil (em plenos séculos XVI e XVII):

Toda a **estrutura** de nossa sociedade colonial teve sua base **fora dos meios urbanos**. É preciso considerar esse fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos **governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagam ainda hoje**. Se [...] não foi a rigor uma civilização agrícola [com técnicas agrícolas já existentes em Portugal e outras partes da Europa] o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais (grifo nosso).

Essa passagem apresenta não apenas essa escolha de Holanda por revelar, por meio de categorias dilemáticas, um aparente paradoxo no processo de formação do Estado brasileiro - uma civilização de tipo novo (com padrões sociais rurais e não citadinos) que é instaurada na colônia. Denuncia que a mentalidade personalista (da personalidade) tem bases diretas e profundas com esse tipo rural de civilização. Se a estrutura de nossa sociedade colonial foi desenvolvida com base nesse modelo rural de

civilização, significa dizer que os padrões sociais que nos "governaram" desde então estão lastreados em formas de controle e autocontrole mais pessoais (ou engajados, no dizer de Elias).

Como revela uma leitura do quadro 2 (página 123), o conceito de fundo social de conhecimento possibilita que seja feita essa aproximação entre os dois autores, respeitando-se as particularidades do campo acadêmico a que cada um se ligava. A "mentalidade personalista" é retomada como padrão de controle, tanto individual quanto social, desenvolvido e repassado por aprendizagem aos demais membros da sociedade a partir de um fundo social de conhecimento, que sofre constante alteração. Além dos padrões mais personalistas (de preferência pela pessoalidade, ou engajamento), o fundo social de conhecimento também viabiliza padrões sociais mais distanciados. A vida em grupo depende do inter-relacionamento dos impulsos (pensamento, sentimento e ação) em equilíbrios de distanciamento e engajamento (Elias, 1998).

Cabe, ainda, ressaltar que a linguagem passa a ser, nos dois autores, o elemento central para o acesso ao conhecimento desse fundo social. A escolha pela construção de conceitos a partir da comunicação humana revela, nos dois autores, uma preocupação com os aspectos relacional e interdependente que fundamenta as relações sociais que se processam ao longo do tempo. Assim é que Elias propõe "os pronomes pessoais" como modelos figuracionais. O acesso ao fundo de conhecimento deve partir de elementos discursivos. A partir daí é que se desenvolvem os conceitos. Para Elias (1998, p. 134-137) a função do pronome 'eu' na comunicação humana

[...] só pode ser compreendida no contexto de todas as outras posições relativamente às quais se referem os outros termos da série. [...] Os pronomes pessoais são, no conjunto, uma expressão elementar do fato de que cada um se relaciona fundamentalmente com os outros e de que cada ser humano individual é essencialmente um ser social. [...] do ponto de vista daqueles que as **constituem**, as instituições nunca desempenham uma função exclusiva para o chamado 'sistema', tal como um Estado ou uma tribo; desempenham também uma função para com os seus membros. Por outras palavras, têm uma 'função de eu' assim como uma 'função de *it*'<sup>157</sup>.

<sup>157</sup> É importante destacar que em algumas sociedades que desenvolveram, ao longo do tempo, um novo nível de distanciamento para o compartilhamento de seus padrões sociais foi produzida uma linguagem mais neutra para representar instituições ou formatos mais distanciados de como distribuir poder. Esse é o caso dos pronomes pessoais neutros tais como *it*, em inglês, e *es* na língua alemã. Deve-se, ainda, notar que na língua portuguesa

Cada uma dessas funções pode predominar, de acordo com o modo de distribuição do poder (grifo nosso).

Sérgio Buarque de Holanda também busca desenvolver essa relação entre a linguagem portuguesa e os padrões de autorregulação, bem como de regulação, utilizados para fundamentar as relações sociais no Brasil. Mesmo em situações em que se exige um distanciamento para o convívio social, como é o caso das relações comerciais, o padrão determinante da proximidade pessoal ecoa mais alto. Assim, a “regra geral” se manifesta no desejo “de estabelecer intimidade”. Além do exemplo da preferência pela amizade nas relações comerciais, Holanda (2006, p. 162) cita o emprego do diminutivo na língua portuguesa:

[...] a terminação ‘inho’, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais **acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração**. [Também em relação à abolição do nome de família no tratamento social pode sugerir] que o uso do simples prenome importa em abolir psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes umas das outras. Corresponde à atitude natural dos grupos humanos que, aceitando de bom grado uma disciplina da simpatia, da ‘concórdia’, repelem as do raciocínio abstrato ou que não tenham como fundamento [...] as comunidades de sangue, de lugar ou de espírito (grifo nosso).

A partir dessa releitura do personalismo como parte constitutiva, e em constante alteração, do fundo social de conhecimento desenvolvido pela sociedade brasileira, faz-se necessário apontar como a predileção por padrões sociais personalistas deve ser levada em consideração ao se propor uma compreensão do atual processo de democratização desta sociedade.

---

não são utilizados pronomes pessoais neutros porque eles simplesmente não existem na língua portuguesa.



## CONCLUSÃO

Sob um ponto de vista mais geral, como já fora discutido no capítulo 1 desta tese, o que aqui se denomina como processo de democratização diz respeito a uma alteração, ao longo do tempo, na distribuição social do poder, e não pode ser identificada meramente com a criação de instituições democráticas. Se assim o fosse, estar-se-ia “passando o carro à frente dos bois” (Elias, 2008, p. 68). Como sintetizado no quadro 2 (página 123), não se seleciona o processo de democratização de uma determinada sociedade, com o objetivo de estudá-lo, sem que levem em consideração outros processos simultâneos que mostrem como se modificou a distribuição de poderes potenciais entre diferentes grupos de membros, e como tais processos se desdobraram de outros anteriores, a partir de perspectiva de longa duração. Estes outros processos são identificados por Elias como processos de diferenciação funcional, de integração social e de diferenciação social.

Para Elias (1998, p. 99-100), qualquer proposta de análise do desenvolvimento da democratização social que se pautar na processualidade, deve atentar para o fato de que,

[...] diferenças de regime, em particular diferenças nas **oportunidades de poder e na permanência das autoridades centrais de um Estado** [sociedade autocrática], têm o seu correspondente nas diferenças dos padrões de autorregulação e no equilíbrio dos seres humanos que vivem sob esses diferentes regimes. [...] Expressões como ‘autocontenção individual’ podem ser lidas como referências à ‘responsabilidade individual’. [...] Sociedades sem autoridade central permanentemente autocrática só podem **funcionar** e, decerto, só podem sobreviver no tempo sob essa forma, se a **fraqueza relativa e a instabilidade da autoridade central dos órgãos externos de regulação** forem **compensadas** pela **força e estabilidade relativas da autorregulação de seus membros**. Este é um diagnóstico, isto é, como tenho dito, uma afirmação dos fatos (grifo nosso).

Portanto, qualquer estudo processual de um regime democrático, ou como denomina Elias “não autocrático”, deve partir da constatação de interdependência entre a estrutura social – autoridades centrais de governo, instituições e legislação – e a estrutura da personalidade dos seus

membros (cujos padrões de sentimento, pensamento e ação, com mutantes equilíbrios, estão forjados a partir do compartilhamento de um fundo social de conhecimento)<sup>158</sup>.

Em *Formação do Estado e Civilização* (Vol. 2 do livro intitulado *O Processo Civilizador*), quando propõe apresentar um resumo de sua teoria dos processos civilizadores (publicado em 1939), Norbert Elias mostra esse entrelaçamento entre as transformações nas estruturas sociais mais amplas - sociogenéticas - e as mudanças nas estruturas da personalidade - psicogenéticas - como parte e consequência de um processo de divisão de funções e de autocontrole emocional que possibilitou, no longo prazo, o surgimento dos Estados ocidentais. Mas em que medida Elias entende a formação dos Estados (a formação dos monopólios de tributação e força física) como algo que se relaciona diretamente com a estrutura da personalidade de seus membros? É a inter-relação entre as mudanças no equilíbrio de poder dos nobres guerreiros (a perda financeira de suas terras e a dependência de outros estratos sociais), aliadas às alterações no domínio de suas emoções, que fez com que, no caso europeu, guerreiros se transformassem em cortesãos. Esse amálgama entre alterações nas estruturas sociais e de personalidade é o principal componente a ser evidenciado e estudado pela teoria dos processos sociais. Para Elias (1993, p. 216-217),

[...] a formação dos monopólios de tributação e força física, e das grandes cortes em volta dos mesmos, certamente não foi mais do que um dos vários processos interdependentes, dos quais o processo civilizador constitui uma parte. [...] A grande corte real permanece durante certo período no centro da teia social que estabelece e mantém em movimento a civilização da conduta. Ao estudar a sociogênese da corte, encontramos-nos no centro de uma transformação civilizadora especialmente pronunciada e que é condição indispensável para todos os subsequentes arrancos e

---

<sup>158</sup> Cabe lembrar que o debate em torno dessa questão (interdependência entre sociedade e indivíduos) na teoria social contemporânea é chamado como debate entre o macro e o micro (qual a unidade de análise: a sociedade ou o indivíduo?). Outros autores trabalharam este tema de forma diferente de Norbert Elias, entre eles Anthony Giddens, com sua teoria da estruturação, e Pierre Bourdieu, com a sociologia relacional, ambos com pressupostos teóricos muito distintos. Para aprofundar o debate ver: BOURDIEU, Pierre. *Men and Machines*. In: KNORR-CETINA, K.; CICOUREL, A. V. (eds.). **Advances in Social Theory and Methodology: toward an integration of micro-and-macro sociologies**. Boston: Routledge and Kegan Paul, p. 304-317, 1981; \_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982; \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Bertrand do Brasil, 1989; GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978; \_\_\_\_\_. **Central Problems in Social Theory: action, structure, and contradiction in social analysis**. Los Angeles: University of California Press, 1984; \_\_\_\_\_. **A constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

recuos do processo civilizador. Vemos como, passo a passo, a nobreza belicosa é substituída por uma nobreza domada, com emoções abrandadas, uma nobreza de corte. Não só no processo civilizador ocidental, mas tanto quanto podemos compreender, em todos os grandes processos civilizadores, uma das transições mais decisivas é a de *guerreiros para cidadãos*.

Paralelamente à monopolização da tributação e da força física e à instauração de uma administração pública tal qual a conhecemos (o processo de integração social), os processos interdependentes de diferenciação funcional e de distinção social precisam ser compreendidos a partir de suas estruturas específicas de personalidade. Para Elias (1993, p. 256),

[...] o aumento da divisão de funções colocou também maior número de pessoas, e áreas habitadas sempre maiores, em dependência recíproca, [o que] exigiu e instilou maior contenção no indivíduo, controle mais rigoroso de suas paixões e conduta, e determinou uma regulação mais estrita das emoções e – a partir de determinado estágio – um **autocontrole** ainda maior. Esse é o preço, se podemos chamá-lo assim, que temos que pagar por nossa maior segurança e vantagens correlatas. Além disso – e isto foi de importância decisiva para o padrão de civilização de nossos dias – o comedimento e o autocontrole característicos de todas as fases de civilização resultaram até agora não apenas da necessidade de cada indivíduo cooperar incessantemente com muitos outros, mas também, em não menor grau, da divisão da sociedade em classes superiores e inferiores [distinção ou desigualdade social] (grifo nosso).

Norbert Elias consegue, com a publicação de *Uma História dos Costumes e A Formação do Estado e Civilização*, mostrar como o processo de construção do autocontrole e da modelação pessoais resultou de pressões surgidas na interdependência dos seres humanos ao longo do processo de monopolização da força física e da tributação. Sem o autocontrole (o equilíbrio entre os impulsos imperiosos e os limites a eles impostos) e o controle externo realizado por instituições coletivas (com limitações externas ao desejo de satisfação e realização máximas), os conflitos levariam ao colapso de um projeto de sociedade mais harmônica. Mas, daí, já se teria uma “[...] forma avançada de civilização” (Elias, 1998, p. 209).

O pressuposto desta tese é o de que Sérgio Buarque de Holanda tenha projetado, em forma de esboço em *Corpo e Alma do Brasil* [1935], mas claramente melhor encaminhado em *Raízes do Brasil*, uma

concepção de formação de Estado muito próxima à teorização de Norbert Elias<sup>159</sup>. Com a publicação de *Raízes do Brasil*, proposição de história social sobre o Brasil a partir da perspectiva processual, Holanda retoma a trajetória de formação da sociedade a partir da junção de múltiplas e diferenciadas temporalidades. Por isso a insistência em abrir a discussão com a controversa “cultura ibérica<sup>160</sup>”. Para o autor, os rumos do presente só seriam bem compreendidos quando os movimentos específicos de nossa formação social, incluindo aí a mentalidade ibérica que se rearticula em mentalidade colonial própria, fossem trazidos à tona. São padrões de comportamento profundamente arraigados e que precisam aparecer nas análises mais amplas sobre a formação do Estado brasileiro, e nas avaliações sobre a democratização no Brasil.

A tese procurou mostrar como o atual processo de democratização no Brasil pode e deve ser revisto a partir de uma nova matriz teórico-metodológica: uma análise processual e figuracional que articule Elias e Holanda. Dessa junção, baseada sobretudo no intercâmbio entre o conceito de fundo social de conhecimento com a mentalidade personalista, pode emergir uma matriz propositiva de subpesquisas voltadas à interpretação do processo de formação da sociedade brasileira a partir da especificidade que a

<sup>159</sup> Como fica claro nas diferentes edições de *Raízes* e de *Corpo e Alma*, Sérgio Buarque de Holanda lia, discutia e embasava suas obras em diferentes correntes filosóficas, sociológicas, históricas literárias e psicológicas. Nenhum estudo que evidenciasse qualquer aproximação intencional que Holanda porventura tenha procurado realizar com a obra de Norbert Elias foi, até onde se sabe, publicado no Brasil. Por outro lado, existem trabalhos que evidenciam autores comuns embasando a obra de Holanda e de Elias. Waizbort aproxima Simmel e Sombart de Holanda, por meio dos ‘tipos’ sociais em *Raízes*, ao mesmo tempo em que aproxima Elias e Simmel. Para maiores esclarecimentos, ver WAIZBORT, Leopoldo e GOLDFEDER, André. Sobre os “tipos” em *Raízes do Brasil*. **Revista do IEB**, n. 48, p. 13-35, 2009; WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: WAIZBORT, L. (org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 89-112, 2001.

<sup>160</sup> É importante ressaltar que em uma de suas últimas entrevistas, solicitaram a Sérgio Buarque de Holanda que falasse sobre sua afirmação de que “[...] reescrever *Raízes do Brasil* seria fazer um livro diferente”. A solicitação é pertinente já que a teoria social brasileira recente costuma utilizar tal afirmação como forma de afirmar que já não há espaço para propostas atuais de releitura nem de sua obra, quanto menos do conceito de homem cordial. E sua resposta, em junho de 1981, foi a que segue: “[...] A Gallimard me pediu que fizesse uma edição nova, com um capítulo adicional, atualizando a discussão, mas não tive coragem. Teria que mudar e desdizer muita coisa. Por exemplo, acho muito **estática aquela definição do início, em que falo do personalismo, do individualismo**. [...] Mas acredito que ainda tem valor: o livro foi publicado em 1936, uma época muito dura para o Brasil, quase tão dura quanto a atual. E nele afirmo que uma revolução no Brasil **não pode ser uma revolução de superfície: teria de ser uma revolução que levasse em conta todos os elementos mais aptos que estão por baixo. Essa é uma afirmação que já na época era difícil de fazer**” (Souza, 2004, p. 10, grifo nosso). SOUZA, Laura de Mello e. *Corpo e Alma do Brasil: entrevista de Sérgio Buarque de Holanda*. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 69, p. 3-14, 2004.

colonização portuguesa, e sua mentalidade cordial/personalista, trouxe à estrutura geral do Estado e da sociedade brasileiros.

Com o desenvolvimento da tese pode-se afirmar, agora com mais elementos, que a análise sobre o aprofundamento democrático no Brasil não pode ocorrer com base apenas em estudos que foquem os formatos de “novas” instituições (tais como as chamadas instituições “participativas” ou “deliberativas”), como se tais instituições não fossem operacionalizadas por grupos de pessoas que disputam poder e que estão, num regime democrático, em constante tensão por novas oportunidades de poder. As sucessivas ondas de democratização no Brasil não emergiram com a Constituição de 1988: não são estruturas sociais a-históricas e que servem para a configuração, sozinhas, de modelos racionalizadores e educadores de participação social coletiva. As transformações nas estruturas sociais devem ser acompanhadas e analisadas junto das principais alterações que se desenvolvem, ao longo do tempo, nas estruturas de personalidade de uma dada configuração. Por isso, a importância do estudo sobre o fundo social de conhecimento: uma personalidade social mais personalista moldando os padrões de comportamento dos brasileiros deve ser incluída, assim como suas possíveis alterações desde a publicação de *Raízes*, nas pesquisas sobre a direção que o processo de democratização brasileiro assume no presente.

A criação de uma instituição, por meio de uma norma legal formal, por si só, não garante a mudança necessária no inter-relacionamento das pessoas rumo a um maior distanciamento e a um maior autocontrole, tão relevantes ao funcionamento de governos que buscam a ampliação das oportunidades de poder. Ou seja, num regime não autocrático onde há constantes disputas por oportunidades de poder (em função da ampliação das diferenciações funcional e social, além do aumento da interdependência entre os grupos de pessoas), o funcionamento das instituições depende menos de regras e normas escritas, e mais de uma forma de responsabilidade individual (o que Elias chama de distanciamento e autocontrole) para a manutenção de uma sociabilidade complexa (Elias, 1998).

O quadro 2 (página 123) mostra como a avaliação dos desdobramentos de um processo democrático deve emergir da análise comparada de outros processos complementares e simultâneos que, de forma

funcional e interdependente, contribuem para a compreensão do todo social. O processo de democratização, do ponto de vista eliasiano, é fruto, ao mesmo tempo em que também impulsiona, outros tantos processos – tais como o de diferenciação funcional, social e de formação estatal. Simultaneamente à análise das alterações nas estruturas sociais, a mudança no padrão de comportamento que acompanha o inter-relacionamento entre os grupos de pessoas também deve ser investigada.

O que o modelo sociológico de análise sugerido por Elias mostra, a partir da pesquisa do fundo social de conhecimento de diferentes sociedades, é que tanto os impulsos emocionais quanto os impulsos considerados mais racionais importam para a investigação da trajetória de democratização dos países. Os padrões de comportamento de determinadas sociedades (como sentem, pensam e agem os grupos sociais no seu inter-relacionamento cotidiano) não desaparecem do dia para a noite, ou quando são criadas leis e normas que pretendem destruí-los. A proposta interpretativa de Sérgio Buarque de Holanda deve ser revisitada exatamente porque o comportamento personalista (ou a manutenção, ao longo do tempo, da estrutura de personalidade que prefere a pessoalidade no trato cotidiano) é um processo complexo que ocorre simultaneamente nas estruturas social e psicológica da sociedade brasileira. Não se trata de um “[...] transplante de mentalidade, [...] mas de desenvolvimento histórico singular resultante do cruzamento de fatores relativos a ambas as dimensões e engastados em condições históricas peculiares” (Waizbort e Goldefeder, 2009, p. 27-28).

Neste sentido, como a proposta teórico-processual de Elias sobre o processo de democratização pode, ao mesmo tempo, contribuir para o resgate do conceito de personalismo e para uma reflexão crítica sobre a democracia no Brasil? O que Elias entende como processo de democratização pode ser entendido como uma alteração, ao longo do tempo, na distribuição social do poder entre múltiplas e distintas camadas e posições sociais. Tal alteração, como se pode perceber principalmente nas discussões do capítulo 2, revela-se tanto no formato das estruturas sociais (nas instituições, leis escritas, procedimentos judiciais, formatos de autoridade, etc.) quanto nas estruturas de personalidade (movimentos, ações, gestos, pensamentos, impulsos, autocontroles, etc.) que se configuram em teias interdependentes denominadas

como sociedades. Para Elias, a compreensão de um processo de democratização não pode se resumir a análises, de longo prazo, nas alterações que foram sendo produzidas em elementos específicos da estrutura social, tais como a criação de parlamentos, eleições competitivas e periódicas ou um judiciário poderoso e independente. Tais alterações nas estruturas sociais devem ser confrontadas com o que Elias chama de estruturas de personalidade. Talvez seja esta a grande contribuição de Elias para a compreensão do processo de democratização no sentido dinâmico e processual: mesmo que instituições formais sejam criadas para fomentar a distribuição de poder entre as múltiplas camadas sociais, se os sentimentos de grupos, se os padrões de ações ou os impulsos permanecem inalterados provavelmente as práticas institucionais permanecerão as mesmas, ou seja, centralizadoras e de apego à pessoalidade (em vez de priorizar o distanciamento ou impessoalidade).

Como exemplo dessa inter-relação entre estruturas sociais e de personalidade na formação das sociedades Elias (1998) afirma que há uma relação estreita entre padrões de autocontrole e autorregulação (forma como os indivíduos vivenciam aquilo que os afeta) de grupos de homens que vivem em sociedades complexas e o tipo de regime governamental sob os quais vivem. Sociedades que apresentam autoridade externa (governos e órgãos de representação) forte e permanente (sem alternância de posição) estão sob o controle de regimes ditatoriais ou autocráticos. Há dificuldade, em todas as camadas não pertencentes à camada social superior, para acessar oportunidades de poder, com reflexos sobre como funcionam os padrões de autorregulação e equilíbrio entre os seus membros: elevada pessoalidade e baixa capacidade para lidar com a impessoalidade. Já as sociedades que têm uma forma de autoridade externa mais limitada e que respeita a periodicidade (com eleições periódicas pela posição de poder) não se encontram sob o controle autocrático, mas possuem instituições parlamentares. A instabilidade relativa de seus órgãos externos de controle (porque sujeitos à troca periódica) é compensada pela estabilidade relativa de uma estrutura de personalidade pautada em padrões mais impessoais de comportamento. As tensões cotidianas vivenciadas pelos membros em configurações são equilibradas a

partir de uma autorregulação de seus membros no respeito a regras comuns elaboradas através de gerações para a regulação da vida coletiva.

Esta talvez seja a maior contribuição da sociologia processual de Elias para os modelos de análise da democratização: compreender que não somente o conhecimento racional, a partir do qual todas as instituições modernas são pensadas e analisadas, deve orientar os modelos sociológicos. Os processos de democratização devem ser observados também como resultantes de pensamentos, sentimentos, ações e impulsos humanos que se desenvolvem em um fundo social de conhecimento, ao longo de gerações, e são resgatados pelos seus membros como padrões a serem utilizados nas vivências cotidianas. Todas as camadas (ou posições) sociais, de acordo com Norbert Elias, recorrem a este fundo social de conhecimento.

É aí que se pode avançar quanto a uma nova proposta de leitura sobre a democratização no Brasil. Essa junção Elias-Holanda, por meio do resgate do conceito de personalismo como parte do fundo social de conhecimento dos brasileiros, permite tratar o processo de democratização no Brasil de forma dinâmica e sem diretividade Ou seja, aberto à possibilidade de evidenciarmos avanços e recuos ao longo da formação do estado brasileiro, no sentido das alterações em equilíbrios na distribuição de oportunidades de poder. Portanto, não se trata de apenas acompanhar, ao longo dos séculos de formação de nosso Estado, as mudanças institucionais com o foco nas relações políticas (de colônia para império, de império para república, etc.). A questão é repensar, processualmente e em múltiplas camadas, como estruturas de personalidade remodelam as estruturas sociais (instituições parlamentares, econômicas, jurídicas, culturais, etc.), no sentido de promover recuos quanto à distribuição de poder.

Outro ponto a ser destacado é que o processo de democratização brasileiro pode passar a ser estudado a partir de tensões e lutas por oportunidades de poder em múltiplas e distintas configurações que envolvem grupos interdependentes da sociedade brasileira, e não apenas movimentos sociais ou grupos de associações e sindicatos. As relações interdependentes e tensas entre agentes estatais, autoridades do legislativo, executivo ou judiciário (tais como o ministério público) e suas teias de interdependência com demais instituições e autoridades governamentais



passam a ser observados a partir de como agem, sentem e pensam sob a predominância de uma estrutura específica de personalidade: o personalismo. O personalismo, entendido como padrão de controle individual e social constantemente sob a perspectiva de mudança, é gerido e resgatado em um fundo social de conhecimento, e que se revela como padrão compartilhado para a operacionalização cotidiana das diversas tensões em torno da luta por oportunidades de poder.

O ponto central, dessa forma, passa a ser o predomínio de uma preferência, por parte dos brasileiros, pela pessoalidade (ou personalismo tal como evidenciado por Sérgio Buarque de Holanda) como padrão de autocontrole para a vivência em sociedade. Esse predomínio do personalismo sobre outras formas de autocontrole não exclui a convivência simultânea com outros padrões mais impessoais de controle e autocontrole. O que se procurou ressaltar com a pesquisa é que a aparente ambivalência entre padrões mais personalistas (ou engajados) e padrões mais impessoais (estabelecidos como referenciais de comportamentos moderno-democráticos) é apenas aparente, já que o objeto de estudo – a democratização brasileira – é tomado a partir de uma perspectiva processual. Como revela Elias, dentre um dos elementos da processualidade está a recusa em compreender a realidade social a partir de uma tipologia de polaridades: o que há, em dada realidade social, é a “racionalidade alfa” ou a “racionalidade ômega”. Assim, não existe espaço para múltiplas racionalidades operando simultaneamente. O que Elias e Sérgio procuram mostrar é que a processualidade em modelos sociológicos permite que múltiplas racionalidades sejam observadas (inclusive a partir de suas interdependências). Portanto, em *Raízes do Brasil* Holanda revela como padrões mais personalistas operam em estruturas sociais e de personalidade na formação da sociedade brasileira, já que a analisa desde sua colonização, passado pelo Império até chegar ao período Republicano. Não significa que o processo de democratização no Brasil, ao instituir estruturas sociais cujos parâmetros evidenciem padrões impessoais (tais como eleições periódicas, parlamento independente de judiciários, etc.), tenha eliminado, com o passar do tempo, os padrões de ação, sentimentos e pensamento mais pessoais, ou seja, a estrutura de personalidade personalista.

Cabe à sociologia brasileira, e especificamente à linha de pensamento social brasileiro, procurar evidenciar como a democratização brasileira permite que essa dupla condição de sentidos – ora personalistas, ora mais impessoais – amplie, ou não, as oportunidades de poder pelas múltiplas camadas e instituições sociais. A avaliação do rumo que o processo de democratização no Brasil - incluindo o papel de suas recentes “instituições participativas” -, se aumenta ou diminui as oportunidades de poder pelos diferentes grupos sociais, passa por essa dupla revisão sociológica do Brasil contemporâneo: o que aqui se denomina como matriz de análise teórica Elias-Holanda. Uma análise sociológica de cunho processual, mas a partir do fundo social específico de conhecimento social brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Jeffrey. A Importância dos Clássicos. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora UNESP, p. 23-89, 1999.
- ALONSO, Ângela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. In: **Lua Nova**: São Paulo, 76, 2009, p. 49-86.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. London: Verso, 1983.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1974].
- ANDREWS, Georg R. and CHAPMAN, Herrick (orgs.). **The Social Construction of Democracy: 1870-1990**. New York: New York University Press, 1995.
- AVRITZER, Leonardo. Além da dicotomia Estado/Mercado - Habermas, Cohen e Arato. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 36, p. 231-222, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- AVRITZER, Leonardo (coord.). **A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- \_\_\_\_\_. Um desenho institucional para o novo associativismo. In: **Lua Nova**, 39, p. 149-174, 1997.
- \_\_\_\_\_. Teoria Democrática e Deliberação Pública. In: **Lua Nova**, n. 50, p. 25-46, 2000.
- \_\_\_\_\_. Sociedade Civil, espaço público e poder local: uma análise do orçamento participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.
- AVRITZER, Leonardo, NAVARRO, Zander, MARQUETI, Adalmir (org.). **A Inovação Democrática: o orçamento participativo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003b.
- AVRITZER, Leonardo (ed.). **Participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004a.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, v.47, n. 4, p. 703-728, 2004b.

\_\_\_\_\_. **A Participação Social no Nordeste**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. Instituições Participativas e Desenho Institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil Democrático. **Revista Opinião Pública**, v. 14, n. 1, jun. p. 43-64, 2008.

\_\_\_\_\_. A relevância política da participação popular. **Le monde diplomatique Brasil**, v. 2, n. 20, p. 19, mar. 2009.

AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BASTOS, Élide Rugai. Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: um diálogo. **Revista Perspectivas**, n. 28, p. 19-36, 2005.

BASTOS, Élide Rugai e BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. **Dados**, v. 53, p. 889-919, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. Cidadania e Democracia. **Lua Nova**, n. 33, p. 5-16, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo. São Paulo: Vozes, 1972.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação**: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

BOTELHO, André. Manoel Bomfim e o legado autocrático do Estado brasileiro. **Achegas.net**, v. 31, 2006. Acesso em: 25 fev. de 2014. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bAVd fev.<FG8FwiglJ:www.achegas.net/numero/31/col\\_andre\\_31.pdf+&cd=1&hl=>pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bAVd fev.<FG8FwiglJ:www.achegas.net/numero/31/col_andre_31.pdf+&cd=1&hl=>pt-BR&ct=clnk&gl=br)>.

\_\_\_\_\_. Sequências de uma sociologia política brasileira. **Dados**, v. 50, p. 48-82, 2007.

\_\_\_\_\_. Passagens para o Estado-nação: a tese de Costa Pinto. **Lua Nova**, n. 77, p. 147-177, 2009.

\_\_\_\_\_. Passado e Futuro nas Interpretações do País. In: **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, v. 22, n. 1, p. 47-66, 2010.

\_\_\_\_\_. Interpretações do Brasil e ciências sociais, um fio de Ariadne. *Sinais Sociais*, v. 7, p. 10-35, 2012.

\_\_\_\_\_. O Universo Dinâmico dos Clássicos da Sociologia. In: **Sociologia Essencial**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, p. 9-29, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Men and Machines. In: KNORR-CETINA, K.; CICOUREL, A. V. (eds.). **Advances in Social Theory and Methodology: toward an integration of micro-and-macro sociologies**. Boston: Routledge and Kegan Paul, p. 304-317, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Bertrand do Brasil, 1989.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os Clássicos**. São Paulo: Penguin Companhia/Editora Schwarcz, 2009).

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 235-250, 2006 [1967].

CHAPIN, F. Stuart. **Cultural Change**. New York, 1928.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1992.

COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 38, p. 38-53, 1994.

\_\_\_\_\_. A democracia e a dinâmica da esfera pública. **Lua Nova**, n. 36, p. 55-65, 1995.

\_\_\_\_\_. Contextos da construção do espaço público no Brasil. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 47, p. 149-192, 1997a.

\_\_\_\_\_. Categoria analítica ou *passé-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 43, p. 3-25, 1997b.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, p. 121-134, 1997c.

CUNHA, Eleonora S. M. A efetividade deliberativa dos conselhos municipais de saúde e de criança e adolescente no Nordeste. **Paper**, p. 1-30, 2005.

Disponível em: <<http://neic.iuperj.br/textos2/Eleonora%20Schettini%20M.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

DAGNINO, Evelina. **Os Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. Construção Democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. In: **Política e Sociedade Revista de Sociologia Política**, v.1, n. 5, 2004.

DAHL, Robert. **On Democracy**. Yale: Yale University Press, 1998.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Negação das Negações. In: EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estado do Rio de Janeiro, p. 315-347, 2008.

\_\_\_\_\_. Política e Sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CÂNDIDO, Antônio (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, p. 11-28, 1998.

\_\_\_\_\_. Apresentação a Sérgio Buarque de Holanda. In: **História: Sérgio Buarque de Holanda**, n. 51. São Paulo: Editora Ática, p. 7-64, 1985 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

DICIONÁRIO. **Caldas Aulete da Língua Portuguesa**. Edição Online. Acesso em: fev. 2014. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br>>.

DILTHEY, Wilhelm. **El Mundo Histórico**. México: Fonfo de Cultura Económica, 1944.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. Integração e Poiesis: o funcionalismo, Parsons e Luchmann. In: \_\_\_\_\_. **Teorias Sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 35-54, 2001.

DUNLAP, Knight. **Civilized life: the principles and applications of social psychology**. Baltimore, 1935.

DUNNING, Eric; HUGHES, Jason. **Norbert Elias and Modern Sociology: knowledge, interdependence, power, process**. London: Bloomsbury Academic, 2013.

DURHAM, Eunice Ribeiro. "A sociedade vista da periferia". In: KOWARICK, Lúcio. (org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 169-206, 1988.

ELIAS, Norbert. Problems of Involvement and Detachment. **British Journal of Sociology**, v. 7, n. 3, p. 226-252, 1956.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador**: formação do Estado e civilização (Vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b.

\_\_\_\_\_. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Towards a Theory of Social Processes*: a translation. **British Journal of Sociology**, vol. 48, nº 3, p. 357-383, 1997b. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/591135>. Acesso em: 03/09/2011.

\_\_\_\_\_. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. **Norbert Elias por Ele Mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Escritos e Ensaios1**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001 [1957].

FERNANDES, Florestan. Existe uma crise da democracia no Brasil? In: **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.

FERREIRA, Gabriela de Resende. **Participação, personalismo e democracia no Brasil contemporâneo**. 211f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global Editora, 2003b.

FURTADO, Celso. **Brasil**: da República oligárquica ao Estado militar. In: **Brasil**: tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **Central Problems in Social Theory**: action, structure, and contradiction in social analysis. Los Angeles: University of California Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **A constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GURZA LAVALLE, Adrián. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, n. 47, p. 121-135, 1999.

\_\_\_\_\_. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 90. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 66, p. 91-109, 2003.

\_\_\_\_\_. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, 2006.

\_\_\_\_\_. Após a participação: nota introdutória. **Lua Nova**, n. 84, p. 13-23, 2011a.

\_\_\_\_\_. Participação: valor, utilidade, efeitos e causas. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, p. 33-42, 2011b.

GUTMANN, Amy. A Desarmonia da Democracia. **Lua Nova**, n. 36, p. 5-37, 1995.

HABERMAS, Jürgen. Participação Política. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (org.). **Política e Sociedade**. São Paulo: Nacional, v. 1, p. 375-388, 1979.

\_\_\_\_\_. **The Theory of Communicative Action**: reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **The Theory of Communicative Action**: lifeworld and system - a critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1989.



\_\_\_\_\_. Três Modelos Normativos de Democracia. **Lua Nova**, n. 36, p. 39-53, 1995.

\_\_\_\_\_. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade (vol. 1 e 2). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARBER, Paul Lawrence. “*Identity and Political Process*: recent trends in the study of Latin American social movements”. **Latin American Research Review**, vol. 31, n.1, 1996.

HEINICH, Nathalie. **A sociologia de Norbert Elias**. Bauru: EDUSC, 2001.

HELD, David. **Models of Democracy**. Stanford: Stanford University Press, 1996.

HINZE, Otto. **Soziologie uund Geschichte**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1964.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Atual e o Inatual em L. von Ranke*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **Ranke**: história. São Paulo: Ática, 1979 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 8).

\_\_\_\_\_. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (10ª ed.). (Tomo I, V. 2, principalmente os capítulos intitulados *A mineração: antecedentes luso-brasileiros; Metais e pedras preciosas*).

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1936].

\_\_\_\_\_. Carta a Cassiano Ricardo. In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p.393-396, 2006a [1948].

\_\_\_\_\_. Corpo e Alma do Brasil. In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p.399-420, 2006b [1935].

\_\_\_\_\_. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1959].

IANNI, Octávio. **O ABC da Classe Operária**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KOWARICK, Lúcio (coord.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (org.). **A Igreja nas Bases em Tempo de Transição**. São Paulo: CEDEC/L&PM, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEPINE, Claude. **O inconsciente na antropologia de Levi-Strauss**. São Paulo: Ática, 1974.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, 2012 [1958].

\_\_\_\_\_. **O Cru e o Cozido** (Mitológicas v. 1). São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

\_\_\_\_\_. **Anthropologie Structurale Deux**. Paris: Plon, 1967.

LIPSET, Seymour M. **Political Man**. London: Heinemann, 1960;

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Desafios analíticos e metodológicos na avaliação de efeitos democráticos dos Conselhos Gestores. **XVI Congresso de Sociologia**. Trabalho apresentado no GT22 (Políticas Públicas), 11 de set. de 2013. Disponível em: <<http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br>> Acesso: setembro de 2013.

MEAD, Margaret; CAVAN, Ruth Shoule; DOLLARD, John and WEMBRIDGE, Eleanor. "The Adolescent Word. Culture and Personality", **The American Journal of Sociology**, julho, 1936.

MEAD, Margaret. (ed.). **Cooperation and competition among primitive peoples**. New York: McGraw-Hill Book Group, 1937.

MEINECKE, Friedrich. **El historicismo y su genesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

MENNELL, Stephen. 'Individual Action' and its 'social' consequences in the work of Norbert Elias. In: KORTE, H.; GOUDSBLOM, J.; GLEICHMANN, P.; (org.). **Human Figurations: essays for Norbert Elias**. Amsterdam: Amsterdams Sociologisch Tijdschrift, pp. 99-109, 1977.

MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vols. 1 e 2. São Paulo: Sumaré, 2001.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MONDIN, Battista. **Os teólogos da libertação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

MONTEIRO, Pedro Meira. Buscando América. In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p.313-334, 2006.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1966].

MÜNCH, Richard. A teoria parsoniana hoje: a busca de uma síntese. IN: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora UNESP, p. 175-228, 1999.

MULHALL, Terry e MORAIS, Jorge V. Mapeando o reino da sociologia histórica: reflexões acerca do modelo teórico-metodológico de Theda Skocpol, 1998. Disponível em: [www.clacso.edu.ar/~libros/anpocs/Terry.rtf](http://www.clacso.edu.ar/~libros/anpocs/Terry.rtf). Acesso em: 30 de set. de 2003.

NOVAIS, Fernando A. **Aproximações**: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

O'DONNELL, Guillermo. **Modernization and bureaucratic authoritarianism**. Berkeley: University of California Institute of International Studies, 1973.

O'DONNELL, Guillermo. **Counterpoints**: selected essays on authoritarianism and democratization. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1999.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais e espaço público. **Humanidades**, v. 08, n. 4, p. 498-504, 1992.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela. (org.). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, p. 24-55, 1995.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, p. 24-55, 1995.

PARSONS, Talcott. A Formação de um Sistema Social. **Revista Humanidades**, n. 6, vol. 2, p. 30-68, 1984.

PIRES, Roberto Rocha (org.). **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre o Semeador e o Ladrihador. In: MARRAS, Stelio (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, p. 41-49, 2012.

REZENDE, Maria José. A Democracia em Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda. In: **Plural Revista de Sociologia da USP**, vol. 3, p. 14-48, 1996.

\_\_\_\_\_. A simultaneidade de processos civilizacionais e descivilizacionais no Brasil após a década de 1950. IN: **Nômadias - Revista Crítica de Ciências Sociais y Jurídicas**, vol. 27, n. 3, 2010. Acesso em: 20 de fev. de 2014. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/nomadas/27/mjdzerez>> <ende.pdf>.

\_\_\_\_\_. A democracia como transformação global da sociedade e dos indivíduos em Norbert Elias. In: **Polis - Revista Latinoamericana**, vol. 32, 2012. Acesso em: 20 de fev. de 2014. Disponível em: <<http://polis.revues.org/6612>>.

\_\_\_\_\_. A democratização como um processo de distribuição, deslocamento e equilíbrio de poder em Norbert Elias. In: **Reflexión Política**, vol. 14, n. 27, p. 38-53, 2012b. Acesso em: 20 de fev. de 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11023066004>>.

RIBEIRO, Luci Silva. **Processo e Figuração**: um estudo sobre a sociologia de Norbert Elias. Capinas, 210. 273 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Capinas, 2010.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Raízes do Brasil*: Biografia de um Livro-problema. In: MARRAS, Stelio (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, p. 19-39, 2012.

ROMERO, Silvio. **Parlamentarismo e Presidencialismo**. Rio de Janeiro: Companhia Imprensa, 1893. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01616200#page/3/mode/1up>>. Acesso em: jun. 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SALLUM JR., Brasília João. Sobre a Noção de Democracia em *Raízes do Brasil*. In: MARRAS, Stelio. (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, p. 51-61, 2012.

SILVA, Marcelo Kunrath. Entre a norma e o factual: questões para uma análise sociológica dos processos de participação social na gestão pública. **Revista Política e Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 187-202, 2004.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Revista Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 156-179, 2006.

\_\_\_\_\_. Sociedade Civil no Brasil: institucionalização e/ou contestação. **Em Debate**, ano 3, n. 4, p. 37-43, 2011.

SILVA, Tarcísio. Da participação que temos à que queremos: o processo do Orçamento Participativo na cidade do Recife. In: AVRITZER, Leonardo, NAVARRO, Zander, MARQUETI, Adalmir (org.). **A Inovação Democrática: o orçamento participativo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SKOCPOL, Theda. **States and Social Revolutions**. New York: Cambridge University Press, 1979;

SKOCPOL, Theda and SOMERS, Margaret. The uses of comparative history in macrossocial inquiry. In: **Comparative Studies in Society and History**, vol. 22, n. 2, p. 147-197, 1980.

SOUZA, Jessé (org.). **O Malandro e o Protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Elias, Weber e a Singularidade Cultural Brasileira. In: WAIZBORT, Leopoldo. (org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 63-88, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. Sérgio Buarque de Holanda e a Civilização do Ouro no Brasil. In: MARRAS, Stelio. (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, p. 151-166, 2012.

\_\_\_\_\_. Corpo e Alma do Brasil: entrevista de Sérgio Buarque de Holanda. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 69, p. 3-14, 2004.

SZTOMPKA, Piotr. **A Sociologia da Mudança Social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. Orçamento Participativo em pequenos municípios rurais: contextos, condições de implementação e formatos de experiência. In: AVRITZER, Leonardo, NAVARRO, Zander, MARQUETI, Adalmir (org.). **A Inovação Democrática: o orçamento participativo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

TELLES, Vera. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (coord.). **As Lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 247-286, 1988.

\_\_\_\_\_. Cultura da dádiva, avesso da cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, 1994a. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_25/rbcs25\\_05/htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_05/htm)>. Acesso em: 25 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Sociedade Civil e os caminhos (incertos) da cidadania. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n.2, p. 7-14, 1994b.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. **Publicações Pólis**, v. 14, p. 43-54, 1994c.

TILLY, Charles. **Big Structures, Large Process, Huge Comparisons**. New York: Russel Sage Foundation, 1984.

\_\_\_\_\_. **From mobilization to revolution**. Reading: Addison-Wesley Press, 1978;

\_\_\_\_\_. **Coerção, Capital e Estados Europeus: 900-1992**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 [1992].

\_\_\_\_\_. **Democracy**. Petrópolis: Vozes, 2013.

TONYBEE, Arnold J. **A Study of History**. London, 1935; SOROKIN, P. and ZIMMERMANN, C. E.. **Principles of Rural-Urban Sociology**. New York, 1928.

TORRES, Alberto S. **A organização nacional**. São Paulo: Nacional, 1978 [1914].

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, p. 335-365, 1977.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Governo do Estado do Rio de Janeiro/UFF, 1973.

\_\_\_\_\_. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

VICO, Giambattista. **Ciência Nova**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

WAIZBORT, Leopoldo e GOLDFEDER, André. Sobre os “tipos” em *Raízes do Brasil*. **Revista do IEB**, n. 48, p. 13-35, 2009.

WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: WAIZBORT, L. (org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 89-112, 2001.

\_\_\_\_\_. O Mal-Entendido da Democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, n. 76, p. 39-62, 2011.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva** (v.1). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 13-14, 2004.

WEILER, Vera. Norbert Elias: uma introducción. **Anuario Colombiano de Historia Social y de La Cultura**, v. 23, p. 235-272, 1996. Acesso em: fev. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/issue/<view/1632>>>.

\_\_\_\_\_. Lucien Lévy-Bruhl visto por Norbert Elias. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 70, n. 4, p. 791-822, 2008.

\_\_\_\_\_. La manera de ser de lós cortesanos vista a través de sus próprias vivencias efectivas. **Universitas Humanística**, n. 71, p. 13-26, 2011.

\_\_\_\_\_. Bases de la Transformación de el *Sujeto* em proceso intentada por Norbert Elias. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, p. 518-545, 2012.